

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ilza Fernandes Faria

HISTÓRIA DA CRECHE MUNICIPAL EM SOROCABA

Sorocaba/SP

2015

Ilza Fernandes Faria

HISTÓRIA DA CRECHE MUNICIPAL EM SOROCABA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vânia Regina Boschetti

Sorocaba/SP

2015

Ficha Catalográfica

Faria, Ilza Fernandes

F234h História da creche municipal em Sorocaba / Ilza Fernandes Faria.
-- 2015.

183 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2015.

Ilza Fernandes Faria

HISTÓRIADA CRECHE MUNICIPAL EM SOROCABA:

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Prof^a Dr^a Fátima Aparecida de Souza
Universidade de Sorocaba

Prof^a Dr^a Jane Soares de Almeida
Universidade de Sorocaba

Dedicatória: aos meus amados filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da vida e a espiritualidade amiga, ao me intuir com perseverança e fé, na realização deste trabalho.

A meus pais Elvídio Fernandes e Maria Dolores. (*in memoriam*)

Às minhas irmãs e amigas, que respeitaram este momento de introspecção, me incentivando nesta caminhada.

Ao meu esposo e meus queridos filhos, pela paciência e apoio e por compreenderem e respeitarem minhas “ausências”.

Ao corpo docente do curso de mestrado, do programa de História e Historiografia, pelos ensinamentos, em especial, minha orientadora Prof^a Dr^a Vania Regina Boschetti, por suas valiosas contribuições e paciência.

A Prof^a Dr^a Jane Soares de Almeida e Prof^a Dr^a Fátima Aparecida de Souza, pelas valiosas considerações na qualificação desta dissertação.

Aos meus amigos da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba e aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram na elaboração deste trabalho.

Meu eterno agradecimento, as queridas amigas entrevistadas, por acreditarem na importância deste registro histórico para a educação de Sorocaba.

".... Eduquemos e amparemos as pobres crianças que necessitam de nosso auxílio, arrancando-as das trilhas dos vícios, tornando-as cidadãs úteis e dignas para o engrandecimento de nossa pátria."

(Anália Franco).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo pesquisar o contexto histórico do atendimento oferecido às crianças pequenas, em creche, na rede municipal de ensino de Sorocaba e compor uma cronologia administrativa e conceitual da implantação das creches na cidade. As lideranças municipais na área da educação, preocupadas com o bem estar das crianças nos aspectos físico, cognitivo e social, desenvolveram ações educacionais que contribuíram para o atendimento das crianças em creche, pois elas precisavam ser atendidas no período em que as mães estavam envolvidas em trabalhos externos à casa. Apresenta um breve histórico da gênese do atendimento em creche, as raízes históricas desse atendimento no Brasil e como foi o percurso das instituições no sistema municipal de ensino de Sorocaba, considerando indissociáveis o cuidar e o educar. Os subsídios teóricos que norteiam este trabalho apresentam contribuições de autores como Monarcha, Kuhmann, Rosemberg, Kramer e Oliveira. Os documentais utilizados foram fontes textuais como relatórios particulares e fonte oral através de entrevistas com profissionais que vivenciaram o trabalho em creche nos diferentes formatos do atendimento infantil. Os dados coletados em arquivos públicos, como as leis federais e municipais, contribuíram para identificar as políticas educacionais. Este trabalho acadêmico pretende somar-se aos estudos do campo da história e da historiografia da educação, por meio das experiências e projetos desenvolvidos na cidade em prol do atendimento infantil.

Palavras-Chave: Creches. Atendimento infantil. Instituição educativa.

ABSTRACT

This thesis aims to research the historical context of care provided to young children in day care, in Sorocaba municipal school system and compose an administrative and conceptual timeline of implementation of kindergartens in the city. Municipal leaders in education, concerned with the welfare of children in physical, cognitive and social aspects developed educational activities that contributed to the care of children in day care because they needed to be met in the period in which mothers were involved in work outside the home. Presents a brief history of the genesis of care in day care, the historical roots of this service in Brazil and how was the route of the institutions in the Sorocaba city school system, considering the inseparable care and education. The theoretical basis guiding this work presents contributions from authors like Monarcha, Kuhmann, Rosemberg, Kramer and Oliveira. The documentary used were textual sources as private reports and oral source through interviews with experienced professionals who work in day care in different formats child care. The data collected from public records, such as federal and local laws helped to identify educational policies. This academic work aims to add up to study the field of history and historiography of education, through the experiences and projects developed in the city in support of child care.

Keywords: Kindergartens. Child care. Educational institution.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades da Creche da Vizinhança	59
Quadro 2 - Centro de Educação Infantil – CEI / Creches Municipais em Sorocaba..	61
Quadro 3 - Índice de proporção de crianças e profissionais por classes/turmas.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GÊNESE DO ATENDIMENTO EM CRECHE ÀS CRIANÇAS PEQUENAS.....	17
2.1 Uma Instituição Chamada Creche.....	20
2.2 O atendimento infantil no Brasil.....	22
3 A TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO INFANTIL MUNICIPAL EMSOROCABA ..	35
3.1 O município	36
3.2 Atendimento escolar à infância sorocabana: indicadores de um percurso.....	37
3.3 A primeira creche institucional municipal em Sorocaba	41
3.4 Acolhimento alternativo às creches.....	43
3.5 Novo rumo para o atendimento infantil em Sorocaba	51
3.6 Reorganização da equipe escolar e trabalho pedagógico.....	62
3.7 A relação cuidar e educar.....	68
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO EM CRECHE (O ATENDIMENTO EM SOROCABA E SEUS DADOS MAIS RECENTES)	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICE: ENTREVISTAS TRANSCRITAS NA ÍNTEGRA.....	83
ANEXO 1 - LEI QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PARQUE INFANTIL	119
ANEXO 2 - LEI QUE TRANSFORMA EM CENTROS DE RECREAÇÃO INFANTIL OS PARQUES INFANTIS.....	129
ANEXO 3 - CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CECOPES	131
ANEXO 4 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DA PREFEITURA COM A L.B.A.	132
ANEXO 5 - LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES	138

ANEXO 6 - PROJETO CRECHE E VIDA	149
ANEXO 7 - DIVULGAÇÃO DO 1º ENCONTRO REPENSAR A CRECHE.....	155
ANEXO 8 - DIVULGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO 1º ENCONTRO REPENSAR A CRECHE	157
ANEXO 9 - DIVULGAÇÃO DO PROJETO CRECHE E VIDA.....	158
ANEXO 10 - CRECHE DA VIZINHANÇA	159
ANEXO 11 - PROJETO DE TRABALHO DESENVOLVIDO EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE NO PERÍODO DE 1993 A 1996.....	160
ANEXO 12 - LEI E SÚMULA DE ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.....	168
ANEXO 13 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DOS CRITÉRIOS DAS INSCRIÇÕES NO CADASTRO MUNICIPAL UNIFICADO.....	176

1 INTRODUÇÃO

A implantação de creches no município de Sorocaba apresenta uma trajetória digna de registros diferenciados no contexto das ações administrativas ao longo dos anos. A instituição denominada creche apresenta uma semântica que durante muito tempo foi associada a cuidados e proteção às crianças pequenas. Sob este olhar assistencialista, os cuidados quase sempre foram direcionados a uma população economicamente menos favorecida, que necessitava dos atendimentos prestados por instituições públicas.

Em busca de segurança para as crianças, enquanto seus pais ou responsáveis encontravam-se em período de trabalho, a creche, historicamente, adquiriu um rótulo de “espaço destinado às crianças carentes”, pois as mães de famílias com maior poder aquisitivo não necessitavam sair de seus lares em busca de trabalho para contribuir com a renda familiar. Portanto, o atendimento à criança se fazia no âmbito doméstico. Era comum, também, o envolvimento de outros familiares como avós, tias e madrinhas na assistência e cuidados com os pequenos.

A cidade de Sorocaba, por intermédio da Secretaria da Promoção Social, ofertava o atendimento às crianças sob o prisma puramente assistencialista e, no ano de 1981, a comunidade sorocabana foi contemplada com a primeira creche municipal.

O levantamento histórico, apresentado pela pesquisa, delimitou o período de transição do atendimento assistencialista para o atendimento educacional dirigido às crianças na faixa etária dos três meses a seis anos de idade. Com a construção e funcionamento da primeira creche institucional em 1981, até o ano de 1997, a preocupação das lideranças da época com as crianças evoluiu em termos de pensamento e ação. Do bem estar da criança, que envolvia ações para atender às necessidades físicas e emocionais, tão característicos do início, outro ponto de preocupação passou a fazer parte do trabalho desses gestores: o aspecto educacional. Mesmo sem a obrigatoriedade por lei, passou-se ao desenvolvimento de um trabalho voltado para a estimulação do desenvolvimento para a aquisição de aprendizagens.

O período compreendido de 1981 a 1997 foi marcado por trabalho e comprometimento dos funcionários públicos municipais que, no momento em

destaque, atuavam no desempenho de suas funções. As ações desenvolvidas pelas equipes administrativas dessa época contribuíram para o redirecionamento do atendimento infantil nas creches municipais.

As mudanças que ocorreram no atendimento infantil em Sorocaba por meio de diversos modelos, em especial das creches, nem sempre estiveram devidamente registradas. A busca de dados mais concretos para melhor fundamentação da pesquisa mostrou uma carência de informações históricas sobre o atendimento infantil oferecido pela administração municipal às crianças sorocabanas. Essa falta de registro histórico causou inquietação, pois muito se fez pelo atendimento infantil e toda essa construção em prol da criança, não poderia se limitar a comentários do senso comum, como uma simples lembrança de como era ou ouviu-se falar. Foi necessário, então, compilar as informações com caráter histórico, para conhecer com objetividade o processo da implantação do atendimento em creche municipal na cidade de Sorocaba, como ele se organizou em sucessivas administrações municipais procurando compor um histórico cronológico, administrativo e conceitual da implantação das creches municipais.

Entender a necessidade do registro é, sob o ponto de vista da pesquisa, uma forma de, inicialmente, identificar os primeiros anos de existência da creche. O caráter assistencial talvez tenha direcionado a preocupação mais ao encaminhamento dos trabalhos do que à constituição de um acervo de documentos e registros.

Como argumento, é oportuno lembrar que parte da história se fez em residências particulares com mães crecheiras, fora de um espaço físico formal. Logo, a preocupação maior eram as condições pessoais da mãe crecheira, seu cadastro e pagamento, orientação específica sobre o cuidar da criança em relação à alimentação, higiene e cuidados gerais. Não era um prédio ou departamento público com setores para registros e burocracia próprias.

Assim, ao buscar as evidências e sustentação histórica sobre as creches de Sorocaba, verificou-se que o acervo concreto era menor do que o esperado. Foram encontradas comunicações de reuniões, correspondências entre secretarias e funcionários com encaminhamentos específicos, alguns memorandos pontuais, notas da imprensa local e estrutura de projetos. Na maioria das vezes essa documentação, parte integrante de apontamentos pessoais, não se identifica com data, assinatura ou rubricas. A partir dessa documentação foi identificado o pessoal

que, no período, colocou em execução os projetos de creches em Sorocaba, que se constituiu no maior alicerce de argumentos que se encontram nesta dissertação.

O texto fundamenta-se em um tripé de elementos:

- Históricos: do atendimento à criança, da ação assistencialista ao amparo legal;

- A existência da instituição municipal em Sorocaba ofertada à população infantil desde 1954 em seu formato de Parque Infantil e os demais formatos adotados ao longo do tempo;

- A história oral apreendida por meio de entrevistas. “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história (...) traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (...)” (THOMPSON, 1998, p. 44).

A atividade de campo se concretizou por meio de entrevistas. Foram realizadas sete entrevistas formais com pessoas que atuaram no trabalho público em creches municipais. As sete entrevistas foram feitas obedecendo a um critério de trabalho direto dos profissionais de creche, nos formatos que ela adquiriu ao longo da história. Por isso, entrevistou-se a chefe de divisão da promoção social e sua assessora, duas chefes de divisão de educação infantil em épocas distintas, uma supervisora de ensino, uma diretora de creche, docente e uma agente infantil.

A metodologia adotada foi a de entrevista realizada a partir de convite de participação. Marcados local, dia e horário, procedeu-se a entrevista gravada e transcrita dos depoimentos. Para Thompson:

[...] a gravação é um registro, muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances das incertezas, do humor, do fingimento, bem como a textura do dialeto (THOMPSON, 1998, p.146).

A utilização desses depoimentos se faz nesta dissertação de duas maneiras: introdução de fragmentos no decorrer do texto e anexação na íntegra no final do trabalho.

As pessoas envolvidas na história da creche no município de Sorocaba resgataram a memória lembrando sua própria vida. Segundo Thompson:

[...] O valor histórico do passado lembrado apoia em três pontos fortes. Primeiro [...] ele de fato proporciona, informação significativa, e, por vezes,

única sobre o passado. Em segundo lugar pode transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado [...] a humanidade viva das fontes orais atribui-lhes uma terceira força que é excepcional. Pois as intuições reflexivas da retrospectão de modo algum constituem desvantagem. É precisamente essa perspectiva histórica que nos permite avaliar o significado em longo prazo da história [...] estamos lidando com fontes vivas, que exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional (THOMPSON, 1998, p. 195 e 196).

Semelhante a coser uma “colcha de retalhos”, a visão às vezes fragmentada e pessoal sobre a creche, o trabalho precisava ir mais longe, precisava ir além dos fatos de lembrança imediata. Isso porque, o modelo de creche que a cidade conheceu mudou muito de uma administração para outra, o que provocou esse entendimento fragmentado. Questões relacionadas a espaço, demanda, recursos financeiros, recursos humanos, procuravam adequar a oferta da instituição às políticas educacionais e administrativas de cada época. Além disso, o conceito comum durante muito tempo entendia a creche como uma necessidade da mãe trabalhadora e não, predominantemente, como direito da criança.

Historicamente, essa ideia se originou do conceito de infância formulado por teóricos e sociedade. Por isso mesmo, o texto iniciou suas argumentações com conteúdos pertinentes à origem do atendimento infantil às crianças pequenas.

A pesquisa ancorou-se nas contribuições teóricas de Monarcha (2001), Kulhmann (2010), Rosemberg (1898), Kramer (2011), Oliveira (2011), Guimarães (2011)e, também, nas Leis Federais, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Leis Municipais de Sorocaba (1970 e 1992).

Monarcha (2001), subsidiou as discussões sobre a origem do atendimento infantil. Para tanto se verificou através dos registros como se deu o atendimento às crianças pequenas, em países europeus e, conseqüentemente, no Brasil.

Kulhmann (2010), auxilia na elaboração da história da infância. Neste sentido, o historiador da educação infantil no Brasil aborda o desenrolar da educação infantil face ao assistencialismo e à preocupação com o olhar pedagógico.

Rosemberg (1989), trouxe contribuições sobre os programas de atendimento às creches e destacou a exigência imposta pela sociedade através de reivindicações do direito à creche.

Kramer (2011), tendo por base a Constituição Federal de 1988 e a LDB (1996), sinalizou uma proposta educativa nas creches respeitando os direitos, as

necessidades e especificidades da primeira infância, que contribuem para a qualidade no atendimento infantil, em especial no que tange às funções de cuidar e educar as crianças. Destacou o movimento social em defesa do caráter educacional nas creches e os profissionais dessas instituições, pontos considerados como bandeira do movimento da luta por creches.

Oliveira (2011), defendeu questões relativas às propostas pedagógicas, aos saberes e fazeres dos professores junto às práticas cotidianas desenvolvidas com as crianças. O cuidar e o educar são tarefas correlatas, a criança interage com o mundo por meio de brincadeiras e relacionamento direto para a execução das suas necessidades básicas. Uma educação que tem comprometimento com o desenvolvimento e aprendizagens envolve, portanto, ações de atendimento e cuidados de múltipla formação.

As funções da creche no Brasil explicitam as relações entre assistência, cuidados e educação e, como esses se constituíram historicamente a partir de modelos e experiências externas.

A história mostra que a instituição creche está ligada à modificação do panorama econômico provocado pela Revolução Industrial, no século XVIII. Até então, a participação da mulher na frente de trabalho era na esfera doméstica e na área rural que não tiravam delas, por muito tempo, a atenção a ser dada às crianças.

As instalações das fábricas e a utilização de mão de obra feminina levaram as mulheres a um lugar de trabalho que não podia ser adentrado pelas crianças. Fora dos lares pela necessidade econômica, as mulheres precisaram de condições alternativas para o cuidado de seus filhos.

Uma nova problemática social se instalou: a quem caberia cuidar e atender às crianças sem a presença das mães? Da Europa, a questão se espalhou pelo mundo industrializado e, cada país, passou a desenvolver políticas específicas para esse problema.

É sobre essa questão que o capítulo “A gênese do atendimento às crianças pequenas em creches” traz, historicamente, o conceito de infância e o início do atendimento assistencialista nos países europeus. Atentou também para os primeiros modelos de atendimento infantil adotados no Brasil devido a influências e experiências de outros países, nesses moldes de atendimento. Apresenta também mudanças na política educacional com novas determinações na legislação nacional,

normatizando leis a favor dos direitos da criança, conquista de reivindicações através de movimento de luta por creche.

O capítulo seguinte, a “Trajetória do atendimento infantil municipal em Sorocaba”, inicia a explanação no intuito de informar ao leitor as características do município. Apresenta a maneira pela qual a administração pública municipal, em geral atendeu as crianças pequenas em creches, em conformidade com as legislações pertinentes e dispositivos legais mais específicos, em face da relação custo benefício e recursos disponíveis. Destaca também a expansão das unidades de creche, dando atenção especial às iniciativas de expansão qualitativa e trabalho pedagógico.

O último capítulo, “Considerações frequentes do atendimento em creches”, aponta a organização do atendimento oferecido às crianças nas unidades de creches da rede municipal e esclarece os critérios estabelecidos para o acesso e ingresso para o preenchimento das vagas nas unidades escolares em período integral, no município de Sorocaba.

Enquanto contribuição acadêmica, esta pesquisa fez um recorte da história da educação infantil na cidade de Sorocaba, pela implantação do atendimento em creches municipais. Apresentou as variações de atendimento às crianças pequenas através dos tempos, os percalços administrativos municipais de vinculação de creches e pré-escolas a órgãos de assistência social e, também, as preocupações pedagógicas presentes desde o início das propostas de creche. Portanto, são referências abertas ao conhecimento e informações sobre um trabalho realizado pelo sistema municipal de ensino há mais de meio século, que registraram, pelo viés da historiografia, aspectos diferenciados do atendimento à criança no contexto das iniciativas político-administrativas e das propostas pedagógicas voltadas à formação infantil.

2 GÊNESE DO ATENDIMENTO EM CRECHE ÀS CRIANÇAS PEQUENAS

Para abordar a educação infantil em instituições denominadas creches é importante estabelecer um olhar para a história das crianças pequenas. A história da educação infantil é demarcada pelo assistencialismo e pelo tratamento caritativo. Crianças de uma classe econômica menos privilegiada eram vítimas da negligência dos pais e, com precárias condições de higiene e saúde, poucas conseguiam sobreviver.

A figura social denominada criança era considerada insignificante, segundo Ariés (1981), não existia o sentimento de infância, a criança convivia entre os adultos sem receber um tratamento diferenciado, com atenção e cuidados específicos para essa fase da vida. A criança, ao nascer, necessita de cuidados para sua sobrevivência e tudo ao seu redor exerce influência em seu desenvolvimento.

O conceito de infância teve modificações no decorrer da história e, com o tempo e as mudanças sociais e econômicas, a criança passou a ser considerada parte integrante da sociedade. Esse novo olhar percorreu um processo de construção a partir do qual a criança passou a ser considerada um indivíduo com necessidades próprias e maneira de pensar diferente dos adultos.

A infância inicia-se com o nascimento e vai até a puberdade, que ocorre por volta dos 11 anos de idade. Divide-se em três períodos: primeira infância, que compreende do nascimento até os 3 anos de idade; segunda infância que corresponde dos 3 aos 6 anos de idade; terceira infância que vai dos 6 aos 11 anos de idade.(PAPALIA, 2010, p.12).

Os primeiros anos de vida são essenciais ao desenvolvimento do ser humano e Kulhmann (2010), em seus estudos sobre a infância considera:

[...] como período de crescimento, no ser humano que vai do nascimento à puberdade [...] etimologicamente, a palavra infância refere-se a limites mais estreitos oriunda do latim, significa incapacidade de falar [...] infância tem significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel (KUHLMANN, 2010, p.16).

Conforme o autor menciona, durante a infância o indivíduo está totalmente dependente de outro para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência,

sejam elas físicas, sociais e emocionais. O significado da infância passou por transformações através dos tempos e o tratamento dado às crianças recebeu influência dos locais, regiões em que viviam e classes sociais a que pertenciam.

Kramer (2011), ao definir infância, argumenta que a criança possui um comportamento diferenciado do adulto, comportamento que lhe é característico devido à idade e às vivências diversificadas já apontadas.

[...] a definição deste limite está longe de ser simples, pois ao fator idade estão associados determinados papéis e desempenhos específicos. E esses papéis e desempenhos (esperados e reais) dependem estritamente da classe social em que esta inserida a criança. Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas (as brincadeiras às tarefas assumidas) se diferenciam segundo a posição da criança e da sua família na estrutura socioeconômica. Sendo essa inserção social diversa, é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, ao invés de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização [...] o conceito de infância no interior de diversas classes sociais. Deve-se partir do princípio de que as crianças (nativas ou imigradas, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes uma das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais e do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade (KRAMER, 2011, p.15, 19 e 20).

Monarcha (2001.p.2), também se refere à infância como o período da vida humana onde o indivíduo encontra, desde o seu nascimento, uma dependência de outro ser humano. O autor define infância como “*infantia*”: incapacidade de falar por si mesma e de discernir, encontrando-se totalmente dependente dos adultos.

De acordo com os autores anteriormente citados a infância é um período diferenciado de qualquer outra etapa da vida e têm que ser levadas em consideração as mudanças que ocorreram através dos tempos na sociedade, que provocaram um novo olhar sobre a infância e suas necessidades.

Retrocedendo na história, os primeiros registros que temos sobre a educação de crianças pequenas são os documentos deixados por Platão, em 400 a.c., na Grécia Antiga. Na modernidade, o educador Comenius (1592-1670), reconheceu a importância do interesse e as experiências nas aprendizagens das crianças pequenas, mas seus princípios não foram bem aceitos na época. A educação era punitiva e disciplinadora, sendo de responsabilidade da família, sob a determinação da Igreja.

[...] A educação se caracterizava por ser corretiva e disciplinadora e responsável pela formação de crianças segundo padrões considerados corretos para o adulto [...] o temor a Deus devia ser cultivado desde cedo pelos pais e a família deveria ser a primeira responsável pela doutrinação das crianças [...] a educação da criança pequena era dever e atribuição da família, que deveria seguir os padrões determinados pela Igreja (RIZZO, 1985, p.13).

O trato com a infância nem sempre se organizou da mesma maneira, pois refletia as condições de existência social e cultural. Kramer (2011), menciona que na sociedade feudal a criança era vista como um “adulto em miniatura”:

[...] se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade [...] O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos; e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tornando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita de “moralização” e da educação feita pelo adulto (KRAMER, 2011, p.18 e 19).
Grifos do autor

No século XVIII, na França, Rousseau combateu ideias sobre a educação de crianças chamando a atenção para as necessidades delas, em conformidade com a faixa etária. Era preciso conhecer melhor as características da infância para que, conseqüentemente, a educação das crianças pudesse ser melhor. Segundo Rizzo (1985):

Rousseau via na infância um período de ensaio do homem futuro, indispensável à sua formação, e foi quem primeiro instituiu na necessidade de se procurar conhecer mais profundamente as características desta fase para conseguir educar melhor a criança (RIZZO, 1985, p.13).

A partir do século XVIII, a infância passou a ter um novo entendimento sobre o “eu infantil”. Para Ariès (1986), surgiu na modernidade o “sentimento da infância”, quando a criança foi reconhecida como diferente dos adultos por duas situações: os cuidados com criança por parte da família e a moralização das regras de conduta dentro da sociedade em que vivia.

Especialmente a partir do século XX, muitos estudos e pesquisas nas áreas de Psicologia, Medicina e Pedagogia apontaram para novos conceitos sobre a infância, definindo teorias e etapas do desenvolvimento com um novo perfil de

“modelo de criança”.O cotidiano da criança vivenciado por meio de conversas, brincadeiras orientadas, contribuiu significativamente para sua aprendizagem e desenvolvimento.

A criança quando interage socialmente manifesta o seu modo de agir, sentir e pensar, demonstrando desse modo características individuais e influências de hereditariedade e de ambiente, em especial de família, comunidade, status socioeconômico, etnia e cultura, que interferem em seu desenvolvimento.Conforme afirma Papalia (2010):

As crianças diferem em gênero, altura, peso e compleição corporal; na saúde e no nível de energia, na inteligência e no temperamento, na personalidade e nas reações emocionais. Os contextos de sua vida também diferem: os lares, as comunidades e as sociedades onde elas vivem os relacionamentos que elas têm os tipos de escolas que frequentam (ou o fato de não frequentarem nenhuma) e com gastam o tempo livre (PAPALIA, 2010, P.12).

Em cada fase da vida da criança ocorre o processo de desenvolvimento das habilidades motoras e o crescimento físico da mesma. Essas fases de desenvolvimento não ocorrem de forma linear, surgem mudanças de ordem física, intelectual, social e emocional e, durante o seu crescimento, ela experimenta avanços e retrocessos, construindo sua personalidade de um modo próprio. Estudos de Piaget, Wallon e Vygotsky apresentam uma vasta pesquisa e fundamentos quanto às fases do desenvolvimento infantil.

As crianças aprendem sobre si mesmas, sobre o meio em que vivem, construindo assim sua identidade e autonomia para as suas escolhas. Assim, produzem sua própria história dentro do contexto social a que pertencem.

Sua educação inicia-se no ambiente doméstico, a partir do convívio com familiares e, com o decorrer do tempo, outras pessoas passam a compartilhar os cuidados e educação, como por exemplo, os educadores em instituições infantis.

2.1 Uma Instituição Chamada Creche

Ao fazer uma retrospectiva da história da creche, verificou-se que ela foi criada para cuidar de crianças pequenas, devido à saída das mães para o trabalho. Didonet

(2001), afirma que a origem está ligada historicamente ao trabalho extradomiciliar da mulher:

(...) Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão desses três elementos determina grande parte da demanda, da organização administrativa e dos serviços da creche (DIDONET, 2001, p.12).

O termo “crèche”, de origem francesa, significa manjedoura, presépio, lugar que abriga crianças pequenas. A primeira creche que se tem registro na literatura, fundada na França, foi a “escola de principiantes” ou “escola de tricotar”, criada pelo pastor Oberlin em 1769, na paróquia rural de Ban-de-la-Roche, para atender às crianças pobres enquanto suas mães trabalhavam (MONARCHA, 2001)

Na França, em 1826, a marquesa de Pastoret, juntamente com outras mulheres da sociedade da época e o prefeito de Paris, criaram as “Salles d’Asile”, pois com a Revolução Industrial ocorreu uma crescente busca pelo trabalho feminino fora do lar. As “Salles d’Asile” ofereciam atendimento com o intuito de proteger e retirar as crianças pequenas de perigos exteriores, defendendo esse trabalho como um projeto educativo. Ao longo da história do atendimento verificou-se um atendimento meramente assistencialista (MONARCHA, 2001, p.7).

A Revolução Industrial, no século XVIII, na Europa, deu partida ao emprego da mão-de-obra feminina, provocando uma substancial alteração na forma de cuidar e educar as crianças. Como os homens e as crianças também trabalhavam nas incipientes indústrias têxteis, os pequeninos ficavam em casa, sem alguém que cuidassem deles..Mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e acidentes domésticos passaram a chamar a atenção e despertar sentimentos de piedade e solidariedade de religiosos, empresários, educadores...foi por este lado, ou seja, como problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade...com um sentimento filantrópico, caritativo,assistencial, é que começou a ser atendida fora da família (DIDONET,2001 p.12).

Segundo Kulhmann (2011), o século XIX foi um marco de intercâmbio de ideias sobre educação e cuidados para o atendimento das crianças pequenas durante as exposições internacionais. Isso possibilitou expandir a outros países contribuições para o serviço de atendimento em creches.

Um destaque para Maria Montessori,¹ que fundou, em Roma na Itália, a primeira “Casa dei Bambini” para crianças carentes e filhos de empregados. O atendimento possibilitou a realização de fundamentações práticas com o seu método de aprendizagem.

Outro país que se voltou ao atendimento em creche foi França no século XX. Crianças menores de seis anos foram beneficiadas por um programa educativo mediante políticas públicas, em tempo integral para filhos de mães que trabalhavam fora. Eram instituições domiciliares onde as crianças eram atendidas em casas, e, as creches de passagem que abertas ao público em tempo integral, atendiam por tempo limitado e descontínuo as crianças cujas mães não trabalhavam regularmente.

As creches coletivas são instituições, cujo atendimento é assegurado por uma organização pública ou privada. Seu pessoal possui formação específica, e o prédio é exclusivamente utilizado para esse fim. Todas as modalidades de creche coletivas são subordinadas ao Ministério da Saúde, atendendo crianças de até três anos de idade, em tempo integral, exclusivamente filhos de mães que trabalham fora[...] creches domiciliares (crianças atendidas por assistentes maternas em suas casas) dirigidas por uma diretora com formação em puericultura e submetidas ao controle médico do Serviço de Proteção Materno-Infantil e da Direção de Ação Sanitária Social; creches de passagem, abertas ao público em período integral que acolhem de forma descontínua, por tempo limitado, crianças menores de seis anos e são destinadas, essencialmente, às mães que não trabalham regularmente (SANTOS, 2004, p.12).

Com o modelo de creche coletiva apresentada por países europeus, o atendimento foi expandido a outros continentes e muitos estudiosos como por exemplo, Kulmann (2001) e Kramer (2003),discorreram sobre a história da construção do atendimento à infância no Brasil.

2.2 O atendimento infantil no Brasil

As primeiras instituições de atendimento criadas no Brasil tinham como objetivo esconder e cuidar de filhos abandonados por mães solteiras, principalmente

¹Maria Montessori (1870-1952), médica e pedagoga italiana, defendia o respeito às diferenças individuais de cada criança. Desenvolveu o método montessoriano, que consiste em a criança vivenciar o conhecimento através de materiais lúdicos e pedagógicos, possibilitando à criança fazer suas próprias conexões concretas sendo auxiliada pelo professor somente quando solicitado (NICOLAU,1989,p.37).

aqueles deixados na “Roda dos Expostos” das Santas Casas de Misericórdia (SANTOS, 2004). Neste sentido, constatou-se que:

[...] o ocultamento de identidade permitido pela “Roda” aos indivíduos que abandonavam suas crianças visava absorver os frutos de uniões imorais, amores proibidos. Mas, com o passar do tempo no Brasil, como em outros países, a “Roda” passou a ser utilizada por indivíduos das camadas populares, que abandonavam seus filhos por não terem meios materiais para criá-los (ROMAN & STEYER, 2001, p16).

Segundo menciona Freitas (1997), a roda foi instituída para garantir o anonimato resguardando a honra da família. Evitava-se, deste, o aborto e o infanticídio. As crianças eram colocadas na roda e recolhidas pela rodeira que as destinava a uma ama de leite.

[...] Buscava a rodeira colocar logo o bebê recém-chegado em casa de uma ama de leite, onde ficaria, em princípio, até a idade de três anos. Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob a sua guarda. Neste caso, até a idade dos sete anos, e em alguns casos, e de doze anos, e em outros, a Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí poderia explorar o trabalho da criança de forma remunerada, ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum (FREITAS, 1997, p.72).

Com a “Lei do Ventre Livre”,² no século XX, o número de crianças abandonadas diminuiu, mas somente com a abolição da escravatura veio ao término a prática de “Roda dos Expostos” no Brasil.

A partir de modelos desenvolvidos em outros países surgiram no Brasil os Jardins da Infância ou Kindergarten,³ embasados nas teorias do filósofo alemão Friedrich Wilhem August Fröebel,⁴ que desenvolveu diretrizes com a finalidade de propiciar a prática de educar os sentidos das crianças com a idade entre 4 e 7 anos, através de jogos, cantos, marchas e pinturas. (FREITAS, 1997, p.116,117 e 118). O

²Lei do Ventre Livre- promulgada em 28/07/1871 pela Princesa Isabel. Considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos no Brasil a partir da data da lei. Disponível em <www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm> acesso 20/07/2015.

³Jardins de Infância ou Kindergarten – metáfora que assemelha o crescimento da criança ao das plantas. No dia-a-dia escolar, a professora no papel da jardineira conduz a sua atividade didática. Projeção romântica da proposta froebeliana (NICOLAU, 1989, p. 32).

⁴ Friedrich Wilhem August Fröebel (1782-1852). Suas ideias reformularam a educação. Inspirou-se no amor à criança e à natureza. A essência de sua pedagogia são as ideias de atividade e liberdade. Criou o “Kindergarten” e dedicou sua vida, à formação de professores e à elaboração de métodos e equipamentos para tais instituições (NICOLAU, 1989, p.31).

primeiro deles em São Paulo em 1870, na Escola Americana, atual Instituto Mackenzie e, o segundo no Rio de Janeiro em 1875, no Colégio Menezes Vieira.

Ao final do século XIX, a partir da década de 1860, com a industrialização, ocorreu expansão das relações internacionais e progresso no campo científico e tecnológico influenciando vários países para organizar instituições para o atendimento de educação infantil. (MONARCHA, 2001, p.12).

A industrialização no Brasil aumentou a demanda por mão de obra, particularmente em algumas frentes de fábrica como as têxteis, por exemplo. Para o empregador, o trabalho realizado pelas mulheres era de baixo custo e levou à expansão a oferta de trabalho para o público feminino. Com esse mercado aberto para as mulheres, começou a surgir a necessidade de cuidados para com as crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam. Segundo Kramer (2011), a partir de modificações políticas e econômicas que ocorreram no país, começaram a surgir propostas para o atendimento à infância.

A causa da criança despertava interesse de autoridades oficiais e consolidava iniciativas particulares. Num contexto de reforço ao patriotismo e por questões de conciliações políticas foram tomadas medidas burocráticas que influenciaram a conjuntura administrativa e os programas de atendimento à infância. (KRAMER, 2011, p.57).

A questão econômica em uma sociedade capitalista acirrou a busca por melhores condições financeiras e sociais. A necessidade de atendimento às crianças filhas de trabalhadoras foi se tornando uma exigência frequente. Um exemplo ocorreu no estado de São Paulo:

[...] as primeiras iniciativas dirigidas para crianças das camadas trabalhadoras possuíam um cunho assistencialista e se deram no contexto dos conflitos dos operários das primeiras décadas do século. Tanto as creches locais de trabalho, como as creches filantrópicas e, menos acentuadamente, os “parques infantis” da cidade de São Paulo, tinham como principal preocupação atender às necessidades das mães que trabalhavam fora, com objetivos de cuidado e assistência à infância. (CAMPOS; ROSEMBERG & FERREIRA, 1995 p.103).

O atendimento infantil e o acolhimento nas camadas populares, o cuidado que as crianças pequenas teriam enquanto suas mães trabalhavam fora dos lares tornou-se constante. O cuidar pertencia às mais pobres direcionado ao

assistencialismo e, o educar, era direcionado às crianças de famílias mais abastadas preocupadas com o pedagógico. Nesse sentido Didonet (2001), menciona:

Enquanto as famílias abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidassem. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação creche/criança pobre e o caráter assistencialista da creche. (DIDONET, 2001 p.12).

No Brasil, a primeira educadora a utilizar os termos creches e escolas maternais para denominar as suas instituições, foi Anália Franco.

Em São Paulo, em 1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Anália Franco, espírita, filiada ao partido Republicano, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para as escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim de infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher. (KUHLMANN, 2010, p.86).

Kishimoto (1988), destaca que esses estabelecimentos eram semelhantes a asilos e orfanatos, mas fatores de ordem pedagógica diferenciavam suas instituições. Anália atribuiu às suas instituições um caráter educativo.

(...) Enquanto nos Asilos Infantis ou Orfanatos geralmente não se observa nenhuma atividade pedagógica nem a presença de elementos especializados em educação infantil, os estabelecimentos de Anália recebem asiladas que cursam a escola de formação de professores, denominada Liceu, que tinha como função preparar profissionais para a docência nas creches e escolas maternais da rede de ensino de Anália (...) (KISHIMOTO, 1998,p.55).

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1937-1945), foi regulamentada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), beneficiando crianças cujas mães trabalhavam em indústrias. A lei trabalhista protegia o direito à amamentação do bebê e a instituição era voltada à assistência. “Para amamentar o próprio filho, até que se complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de meia hora cada um” (ART.396, da CLT/LEI nº 5452/43). Em cumprimento à lei, os empresários eram obrigados a prestar atendimento às crianças pequenas conforme suas determinações:

A recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com frequência nos congressos que abordavam a assistência à infância. Era uma medida no quadro da necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino. A Creche da Companhia de Fiação e tecidos Corcovado (RJ), fundou-se em 1899 (...) há outros exemplos de creches e escolas maternais em indústrias, como a da Companhia de Tecidos Alliança (RJ), da Vila Operária Maria Zélia, em São Paulo, em 1918 e da indústria Votorantim, em Sorocaba (SP) em 1925 (...) (KUHLMAN, 2010 p.82 e83).

Nos grandes centros urbanos a população de mães reivindicava creches para seus filhos, alegando ser um direito do trabalhador e dever do Estado. A creche não seria mais um favor concedido aos menos favorecidos mas sim, um direito de todas as crianças.

Em decorrência destas reivindicações, o Estado redefiniu sua política para a educação, inclusive revendo o significado da creche. Para Kramer (2011), os movimentos sociais exigiram do Estado uma nova postura como direito do trabalhador e direito da criança, sendo a instituição um espaço novo com uma educação adequada para os pequenos.

Os movimentos sociais é que tem exigido do Estado ações políticas mais significativas, direcionadas às populações infantis. Notadamente as mulheres, mas também os núcleos de educadores tem defendido a democratização da educação de 0 a 6 anos e tem denunciado, ainda, o descaso das políticas públicas voltadas às crianças das classes populares. Consciente de que a situação da infância resulta da própria desigualdade a que é submetida a maioria da população brasileira, o movimento social de luta, então, pelo acesso das crianças de todas as classes sociais a serviços de saúde, assistência e educação de qualidade, que de fato representem condições de vida digna e – no caso da educação- também contribuam para o desenvolvimento e a ampliação dos conhecimentos infantis. E os movimentos sociais fazem essa exigência por entenderem que saúde, assistência e educação são direitos sociais que o Estado deve garantir (KRAMER, 2011, p.125).

Surgiram nesse contexto, os movimentos sociais que pressionavam o poder público a cumprir seu papel social na cidade de São Paulo. Mães trabalhadoras uniram-se reivindicando locais adequados para poderem deixar seus filhos durante o horário de trabalho.

Os movimentos populares em determinadas regiões da cidade de São Paulo, atuaram incisivamente e, cabe aqui destacar o Movimento de Luta por Creches, cujo panfleto de divulgação se encontra a seguir. A chamada para o evento de reivindicação apontava como local, a área central da cidade de fácil acesso. De acordo com Rosemberg (1989), as mulheres operárias que participavam desse

movimento tinham como argumento a necessidade de trabalhar para aumentar a renda familiar. A reivindicação se propagou e a construção de creches se constituiu em pauta dos discursos políticos pré-eleitorais de 1982.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais.
Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/isp/educacaoinfancia/index.isp>>

Apesar do Estado reconhecer a necessidade do atendimento às crianças pequenas, ele nunca atendeu sozinho à demanda e, a participação de órgãos particulares tem presença contínua na história da educação do país.

Kramer (2011), afirma que no decorrer da história associações eram convocadas a colaborarem com o atendimento às crianças, em instituições privadas, para dividir os custos financeiros com o governo. Naquele momento,

(...) as lutas pela escola pública recrudescem em todo país. As eleições estaduais e municipais favorecem o delineamento de diversas políticas públicas locais e aumentam as pressões para que o Estado reconheça, cada vez mais, a educação pública em todos os níveis como sua responsabilidade e dever. O direito à educação de todas as crianças de 0 a 6 anos é bandeira de movimentos de mulheres, de educadores, de trabalhadores em geral (KRAMER, 2011 p.122).

Os setores sociais passaram a entender gradativamente o direito a uma educação de qualidade a expansão de creches públicas, a partir de 1980, no território nacional. O poder público, por meio de ações paliativas, possibilitava o atendimento, mas ainda permanecia o assistencialismo como preocupação maior.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que a instituição creche se modificou, reconsiderando as funções sociais do atendimento infantil. A Constituição reconhece a creche como uma instituição educativa, sendo a educação um direito de todos e dever do Estado e da família. Por ela a denominação educação infantil para o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade se estabeleceu.

Reconhecendo que creches e pré-escolas integram o sistema educacional, junto aos demais níveis de ensino, embora não em caráter obrigatório, a nova Constituição consagra, no plano da lei, o que os movimentos sociais já vinham reivindicando em várias partes do país (CAMPOS; ROSEMBERG & FERREIRA, 1995 p.16).

A Constituição Federal de 1988, destina aos municípios a obrigatoriedade no atendimento da educação infantil e do ensino fundamental e, tanto a creche quanto a pré-escola, fazem parte das ações das políticas educacionais. O documento destaca:

Art.211-A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino".
§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (BRASIL, 1988).

A Carta Constitucional define que cabe aos municípios o atendimento a educação infantil, sendo eles responsáveis, administrativamente, por promover programas de governo que possibilitem o acesso das crianças a esse nível de escolarização.

As atividades desenvolvidas com crianças de 0 a 5 anos não poderiam mais ser desenvolvidas como outrora, sem preocupação educativa. A necessidade de ter onde deixá-las acabava, muitas vezes, em um procedimento não formal, nos moldes do contexto doméstico.

Para um atendimento com educação de qualidade foi necessária a aplicação de recursos financeiros. Assim os municípios, através dos recursos orçamentários, precisaram estar devidamente preparados para cumprir suas atribuições de forma responsável. A Constituição Federal de 1988, em sua narrativa refere-se também, aos percentuais mínimos da receita de impostos que devem ser destinados ao ensino pela União:

Art. 212- A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988).

A Lei responsabiliza o poder público em fiscalizar e supervisionar as atividades escolares em instituições privadas. Tanto as creches como as pré-escolas, integradas em um sistema educacional, não poderão ser deixadas de lado, conforme artigo da Constituição Federal de 1988:

Art.209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendida as seguintes condições:

I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - Autorização e avaliação de qualidade do Poder Público (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico para a educação infantil. A referida lei provocou uma ruptura no modelo assistencialista, promovendo uma mudança no atendimento infantil. A creche passou a ser um espaço onde a criança recebe um atendimento para o seu desenvolvimento social, físico, cognitivo e emocional. Um direito dela e não mais da mãe trabalhadora, dessa forma, no artigo 206, inciso I:

[...] o atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a cinco anos de idade é definido na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado em relação à educação, oferecido em regime de colaboração e organizado em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. A incorporação das creches e pré-escolas no capítulo da Educação na Constituição Federal (art.208, inciso IV) impacta todas as outras responsabilidades do Estado em relação Educação Infantil, ou seja, o direito das crianças de zero a cinco anos de idade à matrícula em escola pública (art.205), gratuita e de qualidade (art.206, incisos IV e V), igualdade de condições em relação às demais crianças para acesso, permanência e pleno aproveitamento das oportunidades de aprendizagem propiciadas (BRASIL, CNE/CEB N° 20/2009).

Apesar de ser responsabilidade do Estado, em muitos casos de ampliação no atendimento de educação infantil, o poder público associou-se às instituições públicas ou privadas com o objetivo de atendimento educacional às crianças. Esse processo tem se realizado através dos convênios entre o poder público e entidades sem fins lucrativos, proporcionando um número significativo ao atendimento infantil. Segundo o Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Básica (APUD DI PIETRO, 2000, p.284), o convênio é definido como “Forma de ajuste de poder

público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração”.

A educação infantil no Brasil desenhou uma trajetória histórica em que o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições privadas sem fins lucrativos, comunitárias, filantrópicas e confessionais, principalmente no que diz respeito às crianças de zero a três anos, como forma de não ficar totalmente ausente deste atendimento (BRASIL, MEC, 2009, p.7).

Essas instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos são administradas por um grupo de pessoas físicas ou jurídicas, conforme disposto na LDB nº9394 de 26/12/1996 (BRASIL, MEC, 2009).

Instituições comunitárias: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (LDB, art.20inciso II); Instituições confessionais: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior (LDB, art. 20,inciso III); Instituições filantrópicas: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, de direito privado, e possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (BRASIL, 2009,p.12).

Para direcionar e orientar as secretarias e conselhos municipais e estaduais de educação, o Ministério da Educação e Cultura apresentou “Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil” (MEC, SEB, 2009), com preceitos legais para a estrutura e funcionamento da educação infantil por meio de convênio. Este documento também contém procedimentos referentes ao convênio e documentos específicos para o chamamento público, termo de convênio e prestação de contas.

A atuação do poder público não pode apenas se ater ao repasse de recursos financeiros. Ações como supervisão, formação continuada e assessoria técnica e pedagógica, devem ser realizadas para que ocorra um atendimento de qualidade às crianças e famílias envolvidas nesse processo. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, toda essa mudança foi bastante significativa para a área educacional.

A nova Carta incluiu a educação da criança de primeira infância no sistema educacional com compromisso e responsabilidade quando afirma: “(...) o dever do

Estado com a educação será efetivado mediante a garantia entre outros o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988, art.208, inciso IV).

As creches deixaram de pertencer à programas de políticas públicas na área da assistência social e saúde. A responsabilidade no atendimento infantil passou a ser da área educacional. A educação da primeira infância, assim como as instituições que ofereciam o atendimento infantil, passaram a estar vinculadas à Secretaria da Educação.

A inclusão da creche no capítulo da educação consagrou a sua função educativa. Enquanto instituição, é um local que deve proporcionar um ambiente de socialização por meio de práticas pedagógicas, rotinas diárias e brincadeiras, possibilitando a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

A partir da Constituição de 1988, a criança pequena passou a ser reconhecida com o direito à educação em creches e pré-escolas, abrindo as portas do poder público conforme afirmam os autores a seguir:

No plano legislativo, além da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (que reafirma princípios de direitos da infância e adolescência outorgados pela Constituição), observamos a tramitação nas Câmaras Federais de projetos de lei (em especial a lei de Diretrizes e Bases da Educação) que regulamentam e especificam o direito da criança pequena à educação reconhecida pela Constituição de 1988. (ROSEMBERG, CAMPOS & FERREIRA, 1995, p.8).

O quadro social e educativo das instituições de atendimento à criança mudou muito em consequência das necessidades da sociedade. A mão de obra produtiva dos integrantes da família fez com que a creche fosse necessária. Muitas reivindicações ocorreram no decorrer dos anos e contribuíram para a formulação dessas novas políticas públicas.

[...] verifica-se que, a partir da promulgação da nova Carta, a tarefa de elaborar legislação complementar, formular políticas sociais, estabelecer prioridades orçamentárias e expandir o atendimento em creches e pré-escolas respalda-se em direitos constitucionais adquiridos pelas crianças brasileiras (...) (ROSEMBERG, CAMPOS & FERREIRA, 1995, p.27).

Leis federais foram normatizadas para a implantação e atendimento da educação infantil assegurando os direitos da infância. A LDB coloca a criança como sujeito de direito e dever do Estado. A família passou a compartilhar a educação e

cuidados da criança com a creche. A educação infantil passou a fazer parte da primeira etapa da educação básica.

[...] a Constituição de 1988, vai estabelecer que as creches e pré-escolas passariam a compor os sistemas educacionais. Essa determinação constitucional ganha estatuto legal, mais definido com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (KUHLMANN apud LOPES, FARIA, VEIGA, 2000, p.493).

Os atendimentos em creche são oferecidos em estabelecimentos públicos ou privados. As instituições públicas são criadas, mantidas e administradas pelo poder público, municipal, estadual, distrital ou federal. As instituições privadas têm sido mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado de acordo com o artigo 19, inciso II da LDB.

[...] na perspectiva jurídica e na realidade social dos estados brasileiros, a maioria das creches se constituiu a partir de iniciativas comunitárias apoiadas pelas Secretarias de Assistência Social ou Bem-Estar, por meio de diversas formas de convênio. A LDB de 1996 prevê que as instituições existentes e as prefeituras incorporem as creches ao sistema de ensino, vinculando-as do ponto de vista jurídico e administrativo às Secretarias de Educação. Os estados e a federação tem o papel de apoiar as iniciativas municipais, através de assistência técnica e financeira (GUIMARÃES, 2011, p.30e31).

Esses espaços institucionais educam e cuidam oferecendo atendimento em período integral ou parcial. É exigido que os profissionais que atuam nesses estabelecimentos educacionais tenham formação específica legalmente comprovada. É oportuno ressaltar que a LDB também contemplou os profissionais que atuam com as crianças.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, LEI nº 12.796/2013)

Por meio de práticas pedagógicas cotidianas, intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico, desenvolvidas por um professor habilitado, as crianças receberão condições para desenvolver-se integralmente.

O atendimento em creche deve estar regulamentado por leis que normatizam a criação, autorização, funcionamento, supervisão e avaliação. Os municípios em que o sistema educacional não implantou o Conselho Municipal de Educação permanecem integrados ao Conselho Estadual de Educação (MEC, 2013). Cabe as Secretarias de Educação o suporte técnico, pedagógico e financeiro para a adequação das necessidades às vistas da regulamentação.

Art. 9 - A união incumbir-se-á de:

IV- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum [...]

§ 1º na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade criado por lei (BRASIL, LDB nº 9394/1996).

Os municípios, de acordo com o artigo 11, estão incumbidos de:

Art.11. Os Municípios incumbir-se-ão de :

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, LDB nº 9394/96).

A LDB estabeleceu um prazo de três anos, a partir de sua publicação, para que as creches se adequassem ao sistema de ensino (art.89). Deste modo, a educação infantil ocupou seu lugar nas legislações até então inexistentes. A lei impôs as regulamentações e o cumprimento destas para a garantia de padrões básicos de qualidade no atendimento infantil de creches e pré-escolas.

[...] a inserção da educação infantil numa lei que regulamenta a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino, significa que se configura como componente de um sistema de ensino; e, ainda que o processo educativo que lhe é próprio ocorre em instituição regular, de caráter escolar, o qual deve ser objeto de fiscalização e submissão aos órgãos superiores (NASCIMENTO apud FARIA (org.), 2007, p.103).

A identidade das creches, associada às práticas educacionais ainda é muito recente. O caráter assistencialista delas esteve presente no consciente coletivo das pessoas que as consideravam destinadas aos filhos das pessoas pobres, enquanto as pré-escolas ou escolas maternas particulares eram destinadas às pessoas ricas

ou da classe média. A creche passou a ser vista como direito da criança e não mais da mãe trabalhadora; mesmo considerando que a maioria dos pais ou responsáveis necessitem do trabalho para o sustento da família e, conseqüentemente do encaminhamento dos pequenos para instituições adequadas.

Coube aos municípios, através da Secretaria da Educação, a responsabilidade em adequar o atendimento prestado às crianças em instituições públicas. Para desenvolver um trabalho de qualidade, reestruturações administrativas foram necessárias para que os municípios cumprissem as determinações legalmente instituídas ao atendimento infantil.

Assim como em outros municípios do país, o atendimento infantil municipal na cidade de Sorocaba, também passou por mudanças que merecem destaque no capítulo seguinte.

3 A TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO INFANTIL MUNICIPAL EMSOROCABA

Neste capítulo a pesquisa apresenta o percurso percorrido pelo poder público municipal no que se refere às iniciativas tomadas para atender à criança nos anos iniciais da infância.

Ao abordar o atendimento infantil na cidade de Sorocaba, é importante destacar algumas características do município, tais como sua localização geográfica e a influência que o setor econômico exerce nela, pois atrai muitas pessoas em busca de trabalho e melhor qualidade de vida. Outro ponto que merece ser mencionado são as instituições públicas e privadas que oferecem o atendimento educacional tanto à população sorocabana quanto às pessoas dos municípios vizinhos.

Com o objetivo de possibilitar uma compreensão do atendimento municipal para as crianças de creche, explanou-se o percurso histórico com os acontecimentos que marcaram o atendimento infantil municipal e as políticas públicas utilizadas pela administração municipal, para a oferta de educação às crianças sorocabanas. O estudo compreende o período de 1973 até 2014.

Ao considerar o tema atendimento às crianças pequenas, em especial nas creches, a pesquisa utilizou os embasamentos teóricos de autores como Rosemberg (1989), Didonet (2001), Faria (2007), Guimarães (2011) e Oliveira (2011), que no transcorrer do texto contribuíram com argumentos de ordem política e histórica, sinalizando mudanças que ocorreram com a instituição creche para assegurar à criança um atendimento pedagógico de qualidade, o qual tem como direito.

Ao resgatar a história, se fez uso das Leis Municipais de Sorocaba, que estabeleceram ações para normatizar o atendimento oferecido às crianças em instituições municipais, durante diferentes períodos e administrações. Ao ir em busca da identidade histórica da educação infantil em Sorocaba, foi preciso também, recorrer a fontes orais através de entrevistas.

Por meio dos depoimentos colhidos nas entrevistas, foram obtidas informações sobre a implantação das creches em Sorocaba. Esses registros de acontecimentos, fornecidos pelas pessoas entrevistadas, relacionados à educação das crianças sorocabanas foram utilizados no decorrer do texto sob a forma de recortes - uma forma de agregar ao texto em seus aspectos legais e teóricos, a

vivência, a trajetória de trabalho e parte do cotidiano das instituições de educação infantil, na história da educação local.

3.1 O município

Localizada no interior paulista, na região sudoeste do estado de São Paulo, a 90 km da capital, Sorocaba tem uma população estimada em 644.919 habitantes, sendo considerada região metropolitana.⁵ (www.cidades.ibge.gov.br)

Devido a sua localização geográfica privilegiada e às condições de infraestrutura que oferece, migrantes são atraídos em busca de novas oportunidades de trabalho, estudo e qualidade de vida.

Sorocaba possui uma história originalmente ligada ao tropeirismo e como decorrer dos anos as indústrias têxteis tiveram importância notória na economia da cidade. Muitas mudanças ocorreram a partir de então, e o panorama econômico se transformou, resultando no esvaziamento e desativação do parque têxtil e também do setor ferroviário, grande marco histórico da cidade.

A partir de 1970, várias empresas das mais diversas áreas, dos setores de mecânica, metalurgia, materiais elétricos, indústrias químicas e farmacêuticas, investiram no município. Atualmente a cidade possui um Parque Tecnológico, cujo propósito é atrair e instalar empresas em tecnologia, instituições de ensino e pesquisa, empresas de consultorias públicas e privadas que possam oferecer apoio técnico ao mercado (www.empts.com.br).

Quanto à área educacional, oferece atendimento em instituições públicas municipais e estaduais e em instituições privadas. Compreende as etapas de ensino desde a educação infantil até às graduações e especializações em instituições de ensino de renome nacional.

Quanto ao atendimento municipal, há a oferta do ensino fundamental em quarenta e seis unidades escolares, incluindo cinco unidades que também oferecem

⁵Região Metropolitana - Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **Região Metropolitana** “é uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. (www.brasilecola.com/brasil/regioes-metropolitanas-brasil-htm). A Lei Complementar Estadual nº. 1241, de 8 de maio de 2014, cria a Região Metropolitana de Sorocaba. ([w.w.cepam.org/noticias/ultimas-noticias/Sorocaba-é-a-nova-região-metropolitana-de-são-paulo-asp#ad-image-0](http://www.w.w.cepam.org/noticias/ultimas-noticias/Sorocaba-é-a-nova-região-metropolitana-de-são-paulo-asp#ad-image-0))

o ensino médio. Na educação infantil, o atendimento é oferecido em creches e pré-escolas, totalizando noventa e quatro unidades escolares. O município também conta com as creches conveniadas na oferta de vagas para a educação infantil, totalizando quinze unidades (SISTEMA DE CADASTRO DE ALUNOS - GDAE).

3.2 Atendimento escolar à infância sorocabana: indicadores de um percurso

A Prefeitura de Sorocaba inaugurou o primeiro Parque Infantil Antônio Carlos de Barros, em 1954, no bairro Além Ponte (ANEXO 1). Nos anos seguintes, de 1957 a 1970, outras unidades foram criadas como os parques infantis, com oferta de vagas para atendimento gratuito.

Naquele período, os parques infantis eram identificados através do nome do bairro ao qual pertenciam como, por exemplo: Parque Infantil do Além Ponte, Parque da Vila Sant'ana, Parque Infantil do Cerrado, Parque Infantil de Santa Rosália⁶, Parque Infantil da Vila Progresso, Parque Infantil da Vila Assis, Parque Infantil da Árvore Grande e Parque Infantil da Vila Angélica.

A Prefeitura de Sorocaba estabeleceu a criação de parques infantis também em Votorantim, na época, um distrito da cidade⁷. Os registros de criação mencionam: Parque Infantil de Santa Helena, Parque Infantil de Votocel, Parque Infantil do Rio Acima e Parque Infantil Helena Pereira Moraes (SOROCABA, n° s520/1957, 901/1962, 1281/1964, 1290/1964).

A rede municipal de ensino trilhou uma história no atendimento de educação infantil e, para acompanhar as mudanças que ocorreram na área educacional do país, foram necessárias ações através de programas de atendimento às crianças de três meses a seis anos de idade, sendo sua execução um desafio para as lideranças do sistema educacional municipal da época.

Diante disso, ocorreu uma evolução no atendimento municipal para às crianças sorocabanas, o que levou as instituições escolares infantis a passarem por

⁶ Uma curiosidade que vale aqui destacar é que no Centro de Educação e Recreação de Santa Rosália o trabalho docente era realizado pelas professoras integrantes do quadro do magistério da Estrada de Ferro Sorocabana, que passaram a ser aproveitadas pela Prefeitura de Sorocaba para os cargos de educadoras recreacionistas, que atuavam em Centros de Educação e Recreação Infantil (SOROCABA, n°1767/1973).

⁷ Votorantim deixou de ser distrito de Sorocaba em 1963, através de um plebiscito popular que a levou à emancipação.

diversas denominações, na seguinte ordem: primeiramente os Parques Infantis que passaram a denominar-se CERIs - Centros de Educação e Recreação Infantil; em seguida E.M.E.I.-Escola Municipal de Educação Infantil; CECOPE- Centro Educacional de Convivência Pré-Escolar; PEMSO - Pré-Escola Municipal de Sorocaba e, atualmente, CEI- Centro de Educação Infantil.

Esclarecendo-se essas mudanças, no ano de 1970, os parques infantis municipais foram transformados em Centros de Educação e Recreação Infantil - CERIs. (ANEXO 2). Os CERIs mantiveram a denominação dos parques infantis seguida dos nomes dos patronos, que eram pessoas de destaque nos meios administrativos ou educacionais. Além disso, as unidades foram classificadas administrativamente através de uma numeração ordinal, obedecendo às datas de criação e instalação dos centros de educação (SOROCABA nº 1597/70 art. 4º e parágrafo único). Essa ação justifica o porquê das unidades escolares municipais de educação infantil serem conhecidas por meio da numeração.

A instalação de classes nos centros de educação, para o atendimento infantil (pré-primário), foi inicialmente determinada pela Lei Municipal no 1597/1970, sendo competência, na época, da Secretaria da Educação e Saúde. Nesse período, o atendimento às crianças estava vinculado também à Secretaria da Saúde. As questões da mortalidade infantil, alimentação, higiene e segurança física das crianças eram preocupações dos órgãos responsáveis (ROSEMBERG, 1989).

Os centros de educação eram dirigidos administrativamente por uma educadora recreacionista chefe, com o auxílio de educadoras da mesma modalidade. Essas educadoras recreacionistas eram efetivas do Quadro de Ensino da Prefeitura Municipal de Sorocaba com habilitação específica para o ensino pré-primário (SOROCABA, nº 1597/70).

Por volta de 1974, a denominação dos CERIS foi alterada para Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e, no decorrer dos anos, outras unidades foram instaladas.

Em 1978 foram criados os CECOPEs – Centros de Convivência do Pré-Escolar, que ofereciam atendimento às crianças carentes em fase pré-escolar. Nesse período também ocorreu alteração quanto à secretaria municipal, responsável pelo atendimento infantil, cabendo as ações à Secretaria da Educação e Cultura (SOROCABA, CADERNO INFORMATIVO/SEC/,1997,p.9).

Para dar credibilidade a essas informações, a utilização dos depoimentos transmitidos durante as entrevistas é bem oportuna porque constata a veracidade dos acontecimentos. É o que verificou-se por meio das palavras da funcionária pública municipal, atualmente aposentada, que no período atuava como assessora do secretário municipal de educação.

“(...) Foi um projeto ousado, de baixo custo com dois professores, uma merendeira, um porteiro, e a colaboração da comunidade. Sabíamos que com o tempo haveria pressão dos pais sobre o governo municipal para conseguir a construção de escola, pois o governo municipal precisava construir escolas, mas o custo era muito alto, ficava muito caro (...).(Entrevista com N.T.M, em 24/08/2015).

O projeto refere-se aos CECOPEs que ofereciam atendimento com característica de creche, pois as crianças permaneciam o dia todo na escola, em tempo integral. Em um período recebiam um atendimento voltado ao educacional, com atividades direcionadas por uma professora com especialização em educação pré-escolar e com treinamento em ações comunitárias e, no outro período, as crianças recebiam atendimento assistencialista, que geralmente era realizado pelas mães da comunidade local que prestavam serviço voluntário.

Constatou-se que a cada nova administração pública novas unidades de CECOPEs no atendimento infantil surgiam, isso pode ser verificado por meio de reportagens da imprensa local, que na época efetuaram o registro dos acontecimentos (ANEXO 3). O anexo apresentado destaca a construção dos prédios nas avenidas Afonso Vergueiro e Juscelino Kubitschek de Oliveira e, também, uma nova construção no bairro da Árvore Grande.

Diante de uma demanda de solicitações feitas ao poder público, ocorreu um aumento de prédios, o que resultou em unidades construídas em espaços físicos nem sempre adequados: sobras e doações de terrenos irregulares, resíduos de desapropriações, pontas de terreno em avenidas e outros. A estrutura física da cidade na época conforme esclareceu a entrevistada, necessitava de construções que não exigissem altos custos, por isso a opção por edificações que estivessem dentro das disponibilidades da administração municipal no momento.

“(...) A saída dada pelo secretário foi então construir escolas de uma maneira mais barata e assim iniciou-se o atendimento com CECOPE 1 na avenida Juscelino Kubitschek, o CECOPE 2 na avenida Perimetral, atualmente avenida Afonso Vergueiro, local do antigo CEI-16 e o CECOPE 3 no Centro de Esportes “Dr. Pitico (...). (Entrevista com N.T.M., em 24/08/2015).

Faz-se um parêntese aqui, ao mencionar os espaços físicos das unidades escolares, pois de acordo com Faria (2007), há importância em considerar o espaço coletivo utilizado pelas crianças:

A organização e os espaços físicos das instituições de educação infantil devem levar em consideração todas as dimensões humanas: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo, etc.etc. Estas dimensões estão contempladas nos Critérios para Atendimento em Creches e Pré-Escolas, que respeitem os direitos fundamentais da criança (...) indica a necessidade de repensar a organização espacial comumente adotada entre nós, inspirada em um único tipo de escola/sala de aula, em um único tipo de casa (...) nem sempre respeitando todos os quesitos imprescindíveis para educação e cuidado das crianças em espaços coletivos (FARIA (org.), 2007, p.74 e 75).

A diferenciação no atendimento direcionado às crianças nas EMEIs e CECOPEs gerou divergências entre os profissionais da educação da rede municipal de ensino. Devido ao trabalho pedagógico entre as instituições que não seguiam a mesma linha educacional, os próprios professores da rede que atuavam nas EMEIs não enxergavam com bons olhos o atendimento prestado nos CECOPEs, principalmente no período da tarde quando o trabalho tornava-se assistencialista, pois eram realizados por mães, sem qualificação na área educacional.

A mesma entrevistada citada anteriormente ainda afirma:

(...) o projeto do CECOPE cujo atendimento era para crianças de 4 a 6 anos. Recebíamos pessoas para conhecer o trabalho, mas alguns professores não gostavam e muitos diziam que não era escola de verdade (...) no início não tinham uniformes (...) tínhamos que dominar a comunidade, cada mãe queria fazer do seu jeito, cada uma queria dar merenda primeiro para o seu filho (...) (Entrevista com N.T.M. em 24/08/2015).

Medidas administrativas foram necessárias para unificar os atendimentos ao pré-escolar. Novamente foram alteradas as denominações EMEI e CECOPE para PEMSO - Pré-Escola Municipal de Sorocaba, com o propósito de manter uma mesma linha pedagógica, isto é, comum para ambas às instituições e, deste modo, o formato de atendimento nos moldes de CECOPE deixou de existir.

A denominação PEMSO permaneceu durante alguns anos, mas novamente foi alterada, passando para CEI- Centro de Educação Infantil, que se mantém. Essa mudança de nomenclatura foi necessária, pois algumas unidades escolares não atenderiam mais somente à pré-escola em período parcial (meio período), passariam também a oferecer atendimento em período integral (creche). É importante destacar

que nesse período a educação em idade pré-escolar (4 a 5 anos) não tinha obrigatoriedade de lei, mas a procura por vagas, tanto em creche quanto em pré-escola, já era significativa. O atendimento educacional municipal oferecido às crianças em idade pré-escolar sempre foi um referencial e muitos queriam seus filhos matriculados (SOROCABA - Secretaria da Educação e Cultura - Caderno Informativo, s/d.).

3.3 A primeira creche institucional municipal em Sorocaba

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, o atendimento infantil no país era visto sob a ótica do amparo e assistência, e não como um dever do Estado e direito da criança. Isso contribuiu para que a visão da creche ficasse caracterizada como lugar de atendimento às crianças pobres. Nesse período as instituições estavam vinculadas à Secretaria da Promoção Social, de acordo com Santos (2004):

(...) Restou, então, para o Estado, supervisionar o atendimento e subsidiar as entidades que atendiam crianças carentes. Assim, o atendimento à criança de 0 a 6 anos ficou ligado, historicamente, aos Ministérios da Saúde, Previdência, Assistência Social e da Justiça (...) (SANTOS, 2004, p.14).

Em Sorocaba, por volta do ano de 1980, a única creche institucional municipal em funcionamento, pertencia à Secretaria da Promoção Social e Saúde, no setor de Divisão de Saúde Pública e Assistência Social

A narrativa a seguir oferece esclarecimentos sobre a mentalidade da época a respeito do assunto. A entrevistada recorda que, naquele tempo, ocupou o cargo de administradora de creche e a preocupação era com o assistencialismo:

(...) Foi inaugurada na metade do ano de 1981 a creche Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro, hoje CEI-58, localizada no Jardim Maria do Carmo. Nessa época não havia numeração era somente o nome da escola e também não era vinculada à educação, era vinculada à Secretaria da Promoção Social (...) em 1982 o Prof. Marins fez o convite para eu ir à creche, como administradora de creche (...) Foi inaugurada na metade do ano de 1981 a creche "Prof. Dulce. A creche era ligada ao posto de saúde. Se hoje tem "problema com a merenda" naquele tempo os funcionários, médicos dos postos de saúde, todos comiam na creche... Era assistencialista, chegou um ponto que não tinha mais onde por criança, porque era vaga para todos ...os funcionários da prefeitura queriam as vagas para seus filhos, eles tinham vaga garantida. Havia uma perua Kombi que passava na casa dos funcionários, tinha um roteiro, pegava as crianças ...imagina!!! uma perua

com nenês, deitadinhos no banco, sem “cadeirinhas”, sem “cuidadoras”, nada como é hoje (...)(Entrevista com N.T.M., em 24/08/2015).

Esse cenário com atendimento infantil assistencialista foi deixando de existir a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A oferta da educação infantil coube ao poder do Estado passou a ser responsabilidade do município, conforme determina a Lei, em seu artigo 211, §2º “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

Não caberia somente a incumbência de cuidados com a criança, mas também o desenvolvimento de um trabalho educacional. Desse modo, o atendimento infantil passou a não mais estar vinculado à Secretaria da Promoção Social. As creches passaram a compor a área de competência da Secretaria da Educação e Cultura. Sobre essa afirmação Guimarães (2011), menciona:

(...) a reordenação legal consolida o deslocamento das creches, que atendem crianças de 0 a 3 anos, da área da assistência ou bem-estar para a área da educação. Essa passagem vem acontecendo de modo variado nos diferentes municípios dos estados brasileiros, exigindo o aprofundamento da discussão sobre os caminhos da creche na educação, as mudanças efetivas, os impasses, os desafios. Novas formas de controle exigem novas formas de mapeamento de como essa realidade é vivida, de que maneira se constitui o bebê como sujeito da educação, quais as formas que o eu infantil ganha na creche (GUIMARÃES, 2011, p. 31).

Com a mudança política de atendimento que ocorreu em muitos municípios brasileiros, a creche e a pré-escola passaram a constituir-se em trabalho educativo. Novos desafios surgiram, as instituições não poderiam mais apenas cuidar das crianças, mas proporcionar o seu desenvolvimento por meio de ações educativas.

Mediante pressões sociais Oliveira (2011), afirma:

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões dos movimentos sociais feministas e de movimentos sociais de luta por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creche e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (OLIVEIRA, 2011, p.115).

Os argumentos do autor identificam claramente a nova perspectiva que deveria nortear o trabalho com as crianças matriculadas nas creches. Mesmo considerando que as famílias continuassem movidas pela necessidade de atendimento e assistência, os pressupostos que passaram a vigorar no trabalho das

instituições, adquiriram nova orientação e novos objetivos, mais condizentes com a formação pessoal e pedagógica.

O atendimento à criança pequena passou a ser reconhecido como necessário para sua educação e não apenas como uma saída para a mãe ter onde deixar seus filhos durante a jornada de trabalho. A creche surgiu como um espaço socializador, com o direito e oportunidade à educação.

3.4 Acolhimento alternativo às creches

Os Ministérios da Educação e Saúde e da Assistência Social participavam de conferências e de grupos de elaboração de propostas políticas em relação à educação pré-escolar e ao atendimento integral da criança (DIDONET, 2011, p.24). O Ministério da Previdência e Assistência Social mantinha a Legião Brasileira de Assistência⁸ (LBA), como órgão vinculado, que implantou um programa de atendimento de creches com o Projeto Casulo⁹,

Legião Brasileira de Assistência (LBA) ocupa um espaço significativo na trajetória histórica dos conceitos de cuidar e educar, porque, sendo um órgão da Assistência Social, implantou programas de creches, que incluíam o componente da educação pré-escolar [...] em 1981, o Ministério da Previdência e Assistência Social, ao qual a LBA estava vinculada, editou um pequeno livro de orientação prática, o “vamos fazer uma creche”, no qual explicitava as ações educacionais a serem desenvolvidas. As creches da Assistência Social passaram a ter, senão na prática efetiva, pelo menos na concepção e na orientação metodológica, a função de “guardiã” e a função “pedagógica”(DIDONET, 2011, p.24) . grifos do autor.

A Prefeitura de Sorocaba manteve convênio com a LBA através do Projeto Casulo. A L.B.A. se comprometia a orientar tecnicamente o serviço social prestado às crianças de três meses a cinco anos, oferecendo assistência educacional recreativa, alimentar e médica e desenvolvendo um trabalho de orientação

⁸Legião Brasileira de Assistência (LBA)- criada em 1942, com a finalidade de assistir às famílias dos soldados enviados à 2ª Guerra Mundial, teve em 1946 seu objetivo voltado para maternidade e infância. Fazia convênios com as secretarias de Assistência Social dos estados e com associações comunitárias para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade.Com sua extinção em 1995, suas atividades e convênios com as creches comunitárias passam para a Secretaria da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob o nome de Programa de Manutenção de Creche (KRAMER,2011).

⁹Projeto Casulo (1977) - ação mais expressiva da LBA, o projeto tinha um programa educacional com critérios técnicos para firmar convênios com entidades sociais e documentos que orientavam o atendimento da criança (KRAMER, 2011).

educacional, recreativa e cultural junto aos pais. Em contrapartida, a prefeitura se comprometia a executar o projeto e aplicar os recursos financeiros de forma adequada, prestando contas mensalmente junto à LBA. Os recursos foram utilizados na Creche Municipal Prof^a. Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro e, em Centros de Integração Social (CIS), no intuito de promover atividades com o menor escolar, afastando-o da ociosidade. O documento oficial (Anexo 4) ao final do texto apresenta todas as prerrogativas expressas.

A Creche Municipal Prof^a Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro oferecia atendimento a aproximadamente 120 crianças. Conforme esclareceu a entrevista a seguir, o atendimento era assistencialista:

“O CEI-58 foi a primeira creche na Secretaria da Promoção Social que passou para a educação [...] muitas vezes presenciei o trabalho na creche, simplesmente, faziam o que uma mãe fazia na casa para seus filhos, brincavam, cantavam, contavam estórias, mas não tinham formação específica e conhecimento sobre o desenvolvimento das crianças” (Entrevista com R.M.A.M.A, em 04/08/2015).

Devido ao trabalho da mulher fora dos lares, a procura por vaga em creches foi se acentuando. Sorocaba, possuía apenas uma creche pública municipal nos moldes convencionais e não comportava uma ampliação do atendimento.

Desse modo, foram necessárias ações administrativas para poder atender um número maior de crianças em creches públicas municipais. Isto foi lembrado por uma entrevistada, que atuou como assistente social, na Prefeitura de Sorocaba e, hoje, se encontra aposentada.

(...) Naquela época existia só uma creche convencional, havia necessidade de ampliar o atendimento de creche em virtude das mães que começaram todas a trabalharem fora e não tinham onde deixar as crianças (...) (Entrevista com R.M.A.V. em 09/09/2015).

Uma ação precisou ser tomada para sanar o problema de atendimento em creche. Outros municípios do país, em diversos estados, tiveram a iniciativa de instalar creches domiciliares. Esse recurso para o atendimento infantil era de baixo custo operacional e, ainda, gerador de renda. As creches domiciliares eram lares de família da comunidade que atendiam crianças durante a jornada de trabalho dos pais e, tinham como objetivo possibilitar um desenvolvimento normal a elas.

A entrevistada R.M.A.V. relata a primeira ação do poder público municipal como alternativa para atendimento infantil:

(...) Flávio Chaves, tinha visto esta experiência em São Paulo, tinha tomado conhecimento da existência, e começou a procurar pessoas que fossem capacitadas em creches para implantar o sistema em Sorocaba [...] este novo sistema atendia nas casas das pessoas era Creches Domiciliares e era isto que ele queria implantar devido a impossibilidade financeira de estar construindo prédios para as creches convencionais e soube-se então que tinha uma casa vazia no bairro Guadalajara(...) (Entrevista com R.M.A.V. em 09/09/2015).

Instituído pelo governo, o programa era uma modalidade de atendimento familiar com baixo custo porque não gastava em construção e a criança era atendida de forma integrada recebendo atenção quanto à saúde, alimentação e atividades pedagógicas.

Rosemberg (1986), em artigo no Caderno de Pesquisas São Paulo nº 56, ressalta:

(...) a divulgação do programa em nosso meio com a solução alternativa de o Estado expandir o número de vagas em creche. Também poderíamos considerar como novidade o fato dessa modalidade de atendimento estar sendo estimulada, com certa ênfase por organismos internacionais (OMEP e UNICEF), como uma forma alternativa e adequada de guarda da criança para países de terceiro mundo, na medida em que conciliaria baixo custo, baixa tecnologia e participação da comunidade (ROSEMBERG, 1986, p.73).

O programa era direcionado ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, com o propósito de desempenhar a função de proteção/cuidados, mas deixando a desejar a função educativa. Digno de nota mencionar que as mães crecheiras realizavam trabalhos semelhantes aos de assistência social nos cuidados de alimentação, higiene, vestuário e atendimento às necessidades afetivas da criança. Isto significa que as necessidades básicas deveriam ser atendidas, segundo a entrevistada R.M.A.V. a partir de uma rotina estabelecida e padronizada para todas as unidades onde a atividade se desenvolvia:

(...) Tinha uma rotina estabelecida, eles chegavam, todos recebiam café da manhã, quando chegava às 10:00 horas recebiam uma fruta ou gelatina, ou qualquer coisa assim, depois do almoço todos dormiam, nós tínhamos colchonetes para todas as crianças (...) tomavam o lanchinho da tarde, das 16:00 às 17:30 tomavam banho, uma sopa e iam embora (...) O cardápio era estipulado pela prefeitura (...toda a alimentação era enviada na segunda-feira [...] Monitoras faziam relatório diário (...) geralmente visitam em média quatro casas cada uma, iam na casa davam atividades pedagógicas para a criança e observava tudo o que estavam fazendo, o horário das monitoras era imprescindível tinha dia que elas iam para o horário do almoço, tinha dia era o lanche, jantar ou banho As atividades pedagógicas que elas davam eram preparadas pela orientadora pedagógica [...] faziam programações semanais era dado atividades de acordo com a idade da criança, o que era muito complicado, era o tempo das atividades de mimeógrafos, rodavam as atividades por idade e para as crianças

menores tudo era lúdico, como se fosse realmente uma escola regular [...] Nós dávamos o que a criança não tinha [...] quando precisava de remédio [...] se a criança ficava doente, passava mal nós tínhamos uma condução[...]para levar a criança doente[...] (Entrevista com R.M.A.V, em 09/09/2015).

Entretanto, o trabalho realizado pelas mães crecheiras não deveria ser confundido com o trabalho da mãe social. A mãe social era a mulher que se dedicava à assistência ao menor abandonado conforme a legislação federal:

Art. 1º.- As Instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado. e que funcionem pelo sistema de casais, utilizarão mães-sociais visando propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social [...]
Parágrafo Único A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada (BRASIL n° 7.644 DE 18/12/1987).

As denominações utilizadas para a mulher que, mediante pagamento, tomava conta de crianças pequenas de outras famílias em sua própria casa, enquanto os pais trabalham, variavam muito conforme a região: mãe substituta (Ceará e Minas), mãe solidária (Paraná), mãe receptora (Rio de Janeiro), mãe vicinal (Rio Grande do Sul) e mãe crecheira (Mato Grosso, Brasília e São Paulo). Em Sorocaba, destaca a entrevistada R.M.A.V.:

*(...) nós chamávamos de Crecheiras Domiciliares. O Projeto Mãe-Crecheira era em São Paulo, o nosso tinha outra denominação o nosso era Creche Domiciliar, Crecheiras Domiciliares, Monitoras Domiciliares e Administradoras de Núcleos, assim era composta a nossa equipe (...)
(Entrevista com R.M.A.V. (09/09/2015).*

Sorocaba implantou o programa Creches Domiciliares por volta do ano de 1983 e, muitas crianças sorocabanas foram atendidas em Creches Domiciliares. Elas funcionavam em residências familiares onde as donas de casa se responsabilizavam pela guarda e cuidados de aproximadamente sete crianças, enquanto suas mães trabalhavam. Essas crecheiras domiciliares tinham a oportunidade de aumentar sua renda familiar através da prestação de serviços dentro de sua própria residência.

Sobre a seleção das mulheres que prestavam o serviço, a entrevistada R.M.A.V. destacou que:

(...) Eu sou assistente social, porque até então as creche eram um equipamento social (...) da Promoção Social, nós fazíamos a seleção da crecheira (...) e a seleção era assim (...) a gente fazia uma observação da pessoa como ela se comportava dentro do bairro, se ela tinha perfil, se era idônea, boa, íntegra para que pudesse ser mãe crecheira. Após esta pesquisa preliminar ela vinha para a sede e nós fazíamos uma entrevista com ela para ver se o perfil da pessoa se adaptava a esse tipo de atendimento e fazíamos a visita domiciliar para ver se a casa da pessoa era compatível em aspecto de higiene, espaço físico, se tinha condições de abrigar as crianças e se ela não tinha uma família muito grande (...) se dava preferência que tivesse no máximo dois filhos pequenos, as casas eram muito simples, porque eram todas em núcleo habitacional (...) (R.M.A.V., 09/09/2015).

Portanto, a perspectiva da assistente social estava circunscrita ao âmbito do conforto e bem-estar da criança e à compatibilidade entre as condições da casa da mãe crecheira e suas possibilidades de desempenho do trabalho.

O atendimento em creches domiciliares cresceu rápido e muitas mães mostraram interesse, pois era vantajoso para elas, como relembra uma entrevistada que, na época, atuava como assessora da chefia de Divisão da Secretaria da Promoção Social:

(...) Era vantajoso porque a prefeitura provia toda alimentação, toda comida da semana, fora a comida mensal, não sei como conseguiam. Deste modo cresceu muito rápido este atendimento, toda mãe que não podia trabalhar queria, pois, cuidava dos filhos e de outras crianças, totalizando máximo oito na casa (...) (Entrevista com R.M.A.M.A. em 04/08/2015).

As creches domiciliares dispunham dos seguintes funcionários: dois assistentes sociais que coordenavam as atividades; nove orientadoras encarregadas da execução e avaliação do projeto; vinte monitoras domiciliares com a responsabilidade de visitar as casas das crecheiras, que eram em número de setenta, desenvolvendo atividades pedagógicas e recreativas.

A admissão do funcionário público ocorria em geral, sob o regime da CLT mas, no caso, as mães crecheiras não tinham vínculo empregatício e recebiam como prestadoras de serviços para a prefeitura. A entrevistada R.M.A.V. menciona:

(...) O pagamento é uma coisa interessante de mencionar o que era feito a prefeitura repassava o dinheiro para uma entidade assistencial que era a Casa Transitória André Luiz (todos autônomos e recebiam por RPA - Recibo de Pagamento de Autônomo (...)) nós prestávamos conta da verba recebida, para a Casa Transitória André Luiz e a Casa Transitória prestava contas para a prefeitura, a entidade era um vínculo com a Promoção Social, era assim que era feito o repasse de verbas (...) (Entrevista com R.M.A.V., em 09/09/2015).

As monitoras de creche domiciliar tinham a atribuição de percorrer as residências das crecheiras domiciliares e, durante o prazo de duas horas, desenvolver atividades educativas. A presença da monitora na residência estabelecia um elo entre a crecheira e o núcleo (sede) no qual a casa estava inserida.

O acompanhamento das atividades das crecheiras domiciliares era realizado através de reuniões periódicas e relatórios mensais feitos pelas monitoras e orientadoras. Assistente social, a entrevistada R.M.A.V., relata que durante os treinamentos as mães crecheiras aproveitavam a oportunidade para interagirem a respeito das dificuldades encontradas no dia-a-dia:

(...) As administradoras faziam esta reunião com as mães crecheiras, para que elas interagissem, trocassem dificuldades do que estava acontecendo, troca de experiências, o problema de uma servia para outra (...) (Entrevista com R.M.A.V., em 09/09/2015).

Visitas às casas eram supervisionadas pela coordenação do projeto. Os recursos materiais como alimentação, materiais de higiene e limpeza, material de expediente, equipamentos e transporte eram providenciados pela Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Para compreender como o atendimento em creches domiciliares se originou, foi necessário retroceder ao ano de 1981, quando o Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Assistência Social, organizou um encontro técnico sobre creches domiciliares, com o objetivo de oferecer o aperfeiçoamento às sistemáticas operacionais no campo da administração e técnica, definindo diretrizes para o atendimento em creches domiciliares (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

A partir de debates em grupos de trabalhos, foram analisados e discutidos os temas: atividade com as mães das crianças, atividades com a mãe crecheira, atividades com as crianças, administração e supervisão do programa.

Foram validados por esse grupo os seguintes assuntos: o modelo creche domiciliar como uma alternativa de atendimento, reconhecimento profissionalizante e regulamentação da atividade de crecheira, formação de crecheiras através de instituições profissionalizantes, utilização de equipamentos sociais existentes na

comunidade para execução das atividades do programa e divulgação do modelo de atendimento dos meios de comunicação oficiais como rádio e televisão.

Para a execução deste tipo de atendimento o Ministério da Previdência e Assistência Social estabeleceu critérios para a escolha das mães-crecheiras. Os principais eram: atender no máximo seis crianças, incluindo seus próprios filhos, não devendo ter mais que três filhos em idade pré-escolar; boas condições de saúde da mãe crecheira e de sua família; as condições da habitação deveriam ser do mesmo nível que da casa da criança atendida, preenchendo as condições mínimas de higiene; a casa deveria ser localizada nas proximidades da residência da criança. Não havia impedimento para a mãe crecheira ter laços de parentesco com a mãe da criança, desde que recebesse mais pessoas da comunidade (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015). Durante esse encontro algumas recomendações técnicas foram transmitidas às mães crecheiras:

- Responsabilizar-se pelas crianças atendidas durante a jornada de trabalho da mãe;
- Informar a mãe sobre os acontecimentos do dia relacionados à criança e contribuir para seu desenvolvimento global em conformidade com a faixa etária;
- Administrar medicação prescrita através dos receituários;
- Acompanhar o crescimento e desenvolvimento físico das crianças e, quanto à alimentação, zelar pelo preparo e distribuição dos alimentos que eram fornecidos;
- Na área da educação, promover estimulação visando o desenvolvimento global da criança;
- Zelar pela formação de hábitos e atitudes;
- Estabelecer constantemente a conversação com as crianças;
- Executar atividades lúdico-educativas apropriadas para a faixa etária.

O Ministério da Previdência e Assistência Social também orientava os municípios a proporcionar preparação para o desempenho da função de mães crecheiras através de treinamentos em serviços e reciclagens (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

Essa preparação dividia-se em quatro etapas: laboratório de criatividade e laboratório de psicologia; orientações nas áreas de saúde, educação, higiene, alimentação e serviço social. Também incluía a interpretação do programa e as atribuições da mãe crecheira; aplicação dos conhecimentos adquiridos na parte teórica; e avaliação do treinamento (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

As mães crecheiras eram orientadas a manter um bom entrosamento com os pais e familiares das crianças assistidas pelo programa, sendo imprescindível uma boa relação de amizade, confiança, respeito e aceitação mútua. Deveriam orientar a mãe natural a respeitar e manter os procedimentos que os filhos recebiam das mães crecheiras durante a semana, havendo assim, continuidade ao trabalho desenvolvido pelo programa (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

A crecheira deveria apresentar compreensão em relação às expectativas da mãe, suas angústias e dificuldades e manter um bom relacionamento com a comunidade local, sendo elemento multiplicador do programa.

Com relação à entidade mantenedora, no caso o município, cabia à mãe crecheira a aceitação das normas e o cumprimento de suas atribuições, mantendo assim, um bom relacionamento entre as partes (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

Quanto ao ingresso das crianças no atendimento das creches-lares, era precedido de uma avaliação clínica e nutricional, sendo realizado um acompanhamento sistemático em relação ao desenvolvimento físico-motor, controle de imunização e outros aspectos em relação à saúde da criança. O programa estabelecia atendimento prioritário nas unidades de saúde municipal e estadual para os menores que eram atendidos nas creches-lares (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

As crianças deveriam ser avaliadas quanto ao seu desenvolvimento global e as atividades trabalhadas tinham que considerar os aspectos do movimentar, sentir, falar e criar. O programa também incluía o treinamento e a orientação das visitadoras das creches-lares, quanto aos aspectos de higiene (pessoal, alimentar, ambiental), nutrição e desenvolvimento global das crianças (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

O programa das Creches domiciliares como forma de atendimento a criança pequena, utilizava-se de argumentos afirmando que se tratava de um atendimento de baixo custo, quando na verdade o Estado repartia com a mãe crecheira e a família todo o custo do investimento. Não existia custo com equipamentos, a casa, o terreno, os móveis, os utensílios e condições para o funcionamento do atendimento, não eram contabilizados pelo Estado. Em muitos lugares do Brasil, o Estado assumia parcialmente os custos com alimentação e contratação da mãe crecheira.

Outro argumento utilizado era que a criança era atendida de forma integrada: saúde, alimentação, atividades pedagógicas e estimulação.

Essas afirmações causaram muita polêmica entre pesquisadores e estudiosos da área. Segundo Rosemberg (1986), as avaliações nacionais que foram analisadas apresentaram como principal falha da proposta de creche domiciliar a de desempenhar a função assistencialista e não educacional.

Todas as avaliações nacionais a que tivemos acesso, e grande parte das estrangeiras, apontam que a principal falha na proposta da creche domiciliar é a de desempenhar essencialmente a função de guarda e praticamente não ter condições de assumir a educação da criança (ROSEMBERG, 1986, p.73).

Para Oliveira (2011), o programa era uma alternativa emergencial:

Eram as “mães crecheiras”, ou “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creche lares”, programas assistenciais de baixo custo estruturados com a utilização de recursos comunitários, tal como ocorria no Terceiro Mundo. Tais formas de atendimento, das quais a comunidade carente já lançava mão fazia tempo, constituíam alternativas emergenciais e inadequadas, dada a precariedade para a realização (OLIVEIRA, 2011, p.113 e114).

Deste modo, verificou-se que, na tentativa de atender às demandas da educação infantil lançou-se mão de experiências alternativas para garantir à criança um lugar de acolhimento, enquanto seus pais ou responsáveis trabalham.

A partir do ano de 1989, o município de Sorocaba precisava adequar sua política de atendimento às crianças pequenas, em virtude da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, inciso IV, o determinou como “o dever do Estado e direito da criança”. Dessa forma, outras medidas foram tomadas para possibilitar e ampliar a oferta de atendimento na rede municipal.

3.5 Novo rumo para o atendimento infantil em Sorocaba

Com o crescente aumento da população, a cidade necessitava de mais creches públicas para atendimento às crianças de três meses a 6 anos¹⁰ de idade.

¹⁰Idade correspondente ao último ano no atendimento da pré-escola, anterior a Lei Federal nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que regulamentou o ensino fundamental de 9 anos, a partir dos seis anos de idade.

O ano posterior à Constituição foi o início de um novo mandato no governo municipal, em função das eleições. O governo municipal em exercício no ano de 1989 estabeleceu como prioridade a construção de creches municipais convencionais.

No ano de 1989, existia uma única creche municipal de Sorocaba, o CEI-58 Prof^a Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro na rua Eliezer Barboza Lima, nº 448 - no Jardim Maria do Carmo. Essa creche originalmente estava vinculada à Secretaria da Promoção Social (LEI MUNICIPAL nº 2131/1981/Ciáusula III). A entrevistada I.G.C. abordou o trabalho social realizado na creche:

(...) A primeira creche surgiu como uma creche padrão foi na Vila Gabriel. Ela surgiu assim das próprias necessidades da população carente e a prefeitura tinha que investir nesta demanda muito grande e a oferta de vagas pequena (...) atendia 120 crianças das 7:00 às 17:00 horas, era um trabalho essencialmente social, priorizava os filhos de empregadas domésticas, mães solteiras, população carente. A nossa seleção era feita realmente baseada no social. Atender quem realmente precisava deixar a criança para poder trabalhar (...) basicamente era um projeto piloto na Vila Gabriel por causa do CIS – Centro de Integração Social (...) (Entrevista com I.G.C, em 10/09/2015).

O atendimento em creches a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, não poderia estar vinculado à Secretaria da Promoção Social. [...] em 1989, a creche tornou-se um equipamento educacional e não se encontrava mais como no nosso caso equipamento social [...](Entrevista com R.M.A.V. em 09/09/2015).

Desse modo, o atendimento às crianças, adquiriu outro perfil. O cuidar e educar seriam tarefas da Secretaria da Educação. Didonet (2011), argumenta:

A creche, com tudo o que ela comporta de cuidado para crianças de 0 a 3 anos, adquire um novo lugar: a educação. A Constituição coloca-a no capítulo da Educação. Isso significa que o cuidado que envolve a atenção às crianças mais novas é uma tarefa e uma atividade educativa (DIDONET, 2011, p.31).

Assim sendo, a Constituição Federal de 1988 tornou o atendimento infantil e oferta de educação às crianças em seus primeiros anos de vida responsabilidade do poder público.

Como alternativa para ampliar o atendimento em creche, a administração municipal dispôs da Lei Municipal nº 4002 de 02/09/1992, o Projeto Creches Domiciliares. Esse projeto era destinado a suprir provisoriamente, por um período de

dois anos, o atendimento que era realizado nas residências das crecheiras domiciliares, por um atendimento em creches convencionais, assim que essas fossem construídas (SOROCABA, nº4002/1992).

Em 1992, ainda permaneciam nove núcleos de creches domiciliares, em nove bairros, com atendimento a 530 menores. Esses núcleos estavam localizados nos seguintes bairros: Jardim Guadalajara, Vila Sabiá, Vila Gomes, Jardim Itanguá, Jardim Lilu, Jardim Nova Esperança, Jardim Real, Aparecidinha e Vila Formosa. O atendimento da creche domiciliar expandiu-se nos bairros como forma de oferecer condições de atendimento aos carentes, conforme apontam algumas informações a seguir:

(...) Reunimos dados, e elas foram abrindo creches, elas faziam trabalho de acompanhamento às mães-crecheiras, o projeto cresceu...o ideal seria um prédio aparelhado mas para o social isso foi muito importante, porque conseguia atender mais mães e a criança não ficava na rua (...) a gente tinha pouco recurso mas muito ideal. E foi assim que surgiu o próprio projeto das creches domiciliares, vamos conhecer. . .precisa atender (...) isto veio para nós e foi muito importante (...).(Entrevista com I.G.C,em 10/09/2015).

Esses núcleos de atendimento às crianças foram mantidos até o término das construções das creches convencionais (ANEXO5).

Embora a Constituição Federal atentasse para o cumprimento da lei com o dever da oferta de vagas para as creches, o município não tinha recursos suficientes para atender essa determinação. A seguir há uma menção de como foram feitos cursos e visitas em creches convencionais, com o objetivo de adquirir novas informações sobre uma concepção de trabalho que não fosse assistencialista:

(...) Fomos conversar com o Secretário da Saúde, Prof.MárioBiazi, que autorizou fazermos um curso em São Paulo, chamado "Creche Plan". Ele queria diferença no trabalho da creche. Era um curso caro, mas trazia outra visão sobre a creche que não era a de assistencialismo. Durante o curso visitávamos muita creche e fomos vendo a diferença que tinha nesta outra concepção de trabalho (...)(Entrevista com I.G.C,em 10/09/2015).

Entretanto, novos desafios surgiam e ações administrativas foram necessárias para construir ou reformar prédios para disponibilizar o atendimento em creche. Para Guimarães (2011, p.45) "transformar creches comunitárias em creches públicas quanto implantar novas creches, pois, entre outras dificuldades, os recursos são escassos e as condições de formação profissional são frágeis".

Para a administração municipal, passar o atendimento das crianças que frequentavam as creches domiciliares para as creches convencionais em prédios próprios, foi um desafio que resultou em duas novas creches construídas: a CEI-59 Eugênio Leite, localizada no bairro de Brigadeiro Tobias e a CEI-60 Anna Rusconi localizada no bairro Vila Jardini.

Desse modo, assim que as obras de construção ou reformas de creches convencionais eram concluídas, as unidades escolares passavam a receber a denominação do patrono e a numeração do CEI, obedecendo à continuidade a partir do CEI nº 58, até então, a única creche municipal. E a clientela atendida pelas creches domiciliares foi sendo absorvida pelas novas unidades (...) *Construir creches em bairros onde já havia as creches domiciliares, como em Brigadeiro Tobias e ir eliminando conforme fossem sendo criados novos espaços (...)* (Entrevista com R.M.A.M.A. em 04/08/2015).

Apesar do projeto de reformas e construção de creches estarem ativos, era necessário viabilizar recursos financeiros para solucionar o impasse no atendimento infantil em creches no município de Sorocaba. Segundo uma das entrevistadas, uma das propostas foi utilizar os prédios das entidades conveniadas à prefeitura de Sorocaba:

(...) Neste período tinha também as creches das entidades conveniadas que recebiam verbas da prefeitura. As entidades eram Cáritas Diocesano, no bairro Lopes de Oliveira, OPAI Sagrada Família, OPAI Nossa Senhora Imaculada no Largo do Divino. A OPAI tinha prédios também em outros bairros como Vila Rica e Vila Barão (...) propôs que as entidades disponibilizassem o prédio pois a prefeitura manteria todos os custos como reforma e infraestrutura em uma nova proposta de atendimento infantil (...) (Entrevista com R.M.A.M.A. em 04/08/2015).

Buscaram-se essas parcerias entre a prefeitura e as entidades filantrópicas que tinham convênio com a prefeitura, com o objetivo de adequar os espaços físicos para atendimento das crianças provenientes das creches domiciliares.

Embora a administração pública da época estivesse tomando providências quanto ao atendimento infantil sob o viés educacional, essa questão preocupava as lideranças, em busca de alternativas para as creches. A entrevistada R.M.A.M.A., afirma que a Prof^a. Maria Inês Pannunzio, presidente do Fundo Social de Solidariedade, estava muito envolvida com a questão da creche e trouxe para Sorocaba a ideia de um projeto de sucesso realizado na cidade de Curitiba, Paraná denominado Vale-Creche e propôs o Projeto Creche e Vida.

O projeto Creche e Vida, segundo os arquivos informativos do acervo da Fundação Carlos Chagas, partia de uma concepção da criança como centro da creche, local onde teria oportunidade de construir seu conhecimento através da interação. O espaço seria compartilhado com a rede municipal de ensino e o trabalho docente seria realizado pelos professores dessa.

A estratégia encontrada foi incentivar a participação das empresas e da comunidade através da criação de um convênio entre a prefeitura local e a iniciativa privada para a construção de creches ou o fornecimento de vagas para as crianças de zero a seis anos de idade (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

No ano de 1989, a cidade de Sorocaba já contava com um número bastante significativo de indústrias e a prefeitura não tinha condições financeiras, naquele período, para atender à demanda de quem necessitava de creches para seus filhos. Tal exigência da lei incentivava os empresários a oferecer e garantir a permanência de creches para os filhos de seus funcionários. O artigo 7º da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 7º- São direitos dos trabalhadores rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...)
XXV- assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas¹¹ (BRASIL, Constituição, 1988).

A legislação reforçava a justificativa para a implantação do projeto, pois provavelmente algumas empresas teriam funcionários com filhos em idade de creche.

Em novembro de 1989, foi lançado oficialmente o projeto para as diretoras das Pré- Escolas Municipais de Sorocaba (PEMSO), que contou com o patrocínio do Banco Bamerindus. Participaram do lançamento os representantes da antiga instituição, o empresariado sorocabano, autoridades e demais convidados (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

O projeto Creche e Vida, partindo da prerrogativa da lei como direito social, procurou sensibilizar os empresários para a construção e manutenção de creches. Foram apresentadas três alternativas: uma empresa ou grupo de empresas constrói uma creche. Manutenção e funcionários ficam como encargo da prefeitura, sendo, das vagas distribuídas, 50% para empresas e 50% para a prefeitura; uma ou mais

¹¹Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006.

empresas constroem e mantêm integralmente a creche, recebem assessoria, treinamento e supervisão da prefeitura, sendo, das vagas distribuídas, 90% para as empresas e 10% para a prefeitura; a prefeitura constrói e mantém a creche e a empresa paga um valor determinado para o direito de 10% das vagas (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015). O pagamento dos valores das vagas seria realizado sob a forma de carnês Creche Vida Vaga. Cada carnê daria direito a uma vaga para criança na faixa etária de três meses a seis anos de idade. Havia também o carnê Creche Vida Construção, este era simplesmente uma doação. Essa forma de contribuição não dava direito à vaga, mas à prioridade na compra da mesma. Os valores arrecadados eram investidos na construção de novas creches que teriam a prefeitura responsável por tudo: construção, manutenção e funcionários. Esses carnês poderiam ser comprados por empresas, profissionais liberais, autônomos e comerciantes entre outros, com o direito a abatimento no imposto de renda (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

O depositário da arrecadação dos recursos financeiros foi o Fundo Social de Solidariedade, como órgão gerenciador da verba. O mandato estimado era de dois anos e o Conselho Fiscal era composto por cinco empresários a serem escolhidos pelos vinte primeiros a aderirem ao projeto. O valor mínimo da Creche e Vida Construção era de 1m² de área de creche construída. O valor mensal da Creche e Vida Vaga correspondia ao preço de uma criança na creche: 75 BTN¹². (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

As vagas oferecidas para a comunidade em geral deveriam priorizar as crianças cujos pais tivessem uma renda familiar de um a cinco salários mínimos¹³.

A área construída da creche deveria obedecer à metragem de 891,40m², a área mínima para construção era de 1500m². O espaço físico da creche estava relacionado com a importância em possibilitar à criança a construção de conhecimentos em um processo de interação com o meio no qual está inserida (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2015).

Outro ponto ressaltado como justificativa foi o reconhecimento da creche como direito da criança em ter um espaço digno para seu desenvolvimento integral,

¹² Lei nº 7.777/16/06/1989: expede normas de ajuste do Programa de Estabilização Econômica. Essa lei determina o valor nominal de 1 BTN (Bônus do Tesouro Nacional): NCz\$1,00 (um cruzado novo).

¹³ Considerar o salário mínimo correspondente ao ano de 1989/1990. Nesse período ocorreram variações na tabela do salário mínimo. Ter por base o correspondente a novembro de 1989 NCz\$557,33 (cruzado novo) e março de 1990 Cr\$3.674,06 (cruzeiro), período em que ocorria a apresentação do projeto (www.volpe.com.br/tabsalmi.htm).

nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social. Um dos objetivos era absorver nessas unidades as crianças que frequentavam as creches domiciliares. Para a Prof^a Maria Inês Moron Pannunzio a “*maneira de encarar a creche e os preconceitos em relação a ela deveria ser mudada*”, como expresso em reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul¹⁴ (ANEXO 6).

Houve muita divulgação do projeto Creche e Vida*, na mídia impressa, que pelos jornais da cidade noticiava o projeto com reportagens sobre o 1º Encontro Repensar a Creche, que abordaria a nova visão educacional da creche e as novas formas de implantá-la (ANEXOS 7,8 e 9).

Por questões próprias os empresários locais não aderiram ao projeto, talvez devido aos custos financeiros que teriam que disponibilizar a partir da adesão. Então, apesar do reconhecimento, do valor e importância, o projeto não se concretizou. Não houve adesão nos moldes propostos pela administração municipal. Apesar da qualidade proposta de instalações de creches, sob uma concepção pedagógica qualitativa, o Creche e Vida não conseguiu ser viabilizado, se manteve na possibilidade e não chegou à concretização; enquanto projeto as parcerias não aconteceram e sem elas o poder municipal não efetivou a sua execução.

Paralelamente a essa possibilidade de parceria com empresas, as construções de novos prédios para atendimento continuavam com o propósito de atender às crianças provenientes das creches domiciliares, juntamente com a nova visão de caráter educacional. De acordo com uma das entrevistadas, diretora e supervisora na época, hoje aposentada, foram construídas mais duas unidades:

(...) em 1990 o atendimento assistencialista foi eliminando as mães crecheiras [...] foi no prédio administrado pela Instituição Cáritas Diocesano, denominado CEI-61 “Yolanda Rizzo” [...] em conformidade com as novas estruturas de atendimento infantil em caráter educacional que o projeto propunha esta unidade escolar oferecia atendimento para 200 crianças distribuídas conforme a faixa etária, desde o berçário até a 2ª. Fase da pré-escola em período integral. A unidade escolar possuía 14 professores que atuavam nestas etapas de ensino. Os professores dividiam-se 7 no período da manhã e 7 no período da tarde decorrente da carga horária de trabalho. Estes professores foram contratados em regime CLT através de um processo seletivo (...) outra unidade foi o CEI-63 “Reynaldo D’Alessandro, Bairro Alto da Boa Vista (Paço Municipal)(...) como eu tinha experiência com

¹⁴ O Projeto em todas as etapas apresenta-se em anexo como cópia fiel do que foi encontrada no endereço eletrônico Fundação Carlos Chagas, departamento de pesquisas educacionais biblioteca História da Educação e da Infância.

Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/isp/educacaoinfancia/index.isp>>.

Reconhece-se o timbre da Prefeitura Municipal de Sorocaba, mas ele não apresenta nem datas, nem assinaturas, nem rubricas.

a implantação da creche foi convidada para assumir a direção do CEI-63 no ano de 1992 (...)ficou decidido que as crianças da 1ª. 2ª.e 3ª fase teriam professor em um período e em outro seriam agentes de recreação infantil, cargo criado para atender as crianças que estavam permanecendo muitas horas em sala de aula com professores (...)(Entrevista com V.L.A.S. em(16/07/2015).

O ano de 1992 era final de mandato da administração do prefeito Antônio Carlos Pannunzio e em 1993, a administração passou para o prefeito eleito, Paulo Francisco Mendes.

Nesse período a Secretaria da Educação e Cultura mantinha um atendimento associado à Secretaria da Criança e do Adolescente (SEMEAR), com o programa de governo intitulado Creche da Vizinhança¹⁵.

A administração das creches da vizinhança cabia à Secretaria da Criança e do Adolescente e os professores e diretores eram vinculados à Secretaria da Educação e Cultura. Uma entrevistada esclarece:

(...) Eu implantei a Creche da Vizinhança enquanto estava lá. Selecionei as casas, as pessoas, os professores e também os agentes infantis que pertenciam à Secretaria da Educação. Única diferença era um número menor de crianças e casas adaptadas (...) (Entrevista com R.M.A.M.A, em 04/08/2015).

Os dados do projeto Creche da Vizinhança, foram obtidos através de fontes orais por meio de entrevistas, uma vez que registros em fontes escritas, sobre o projeto em questão, não foram encontradas.

As entrevistadas foram: R.M.A.M.A., que atuou naquela época, como chefe de seção do apoio ao desenvolvimento educacional, na Secretaria da Criança e do Adolescente e em seguida como chefe de divisão na Secretaria da Educação e Cultura; em .S.A.S.B., que atuou nos anos de 1994 a 1996 na Secretaria da Criança e do Adolescente, junto à equipe técnica das creches e, no ano de 1997, atuou como agente infantil na Creche da Vizinhança do SAAE.

Segundo a entrevistada R.M.A.M.A., o titular da Secretaria da Criança e do Adolescente, Prof. Antonio Carlos Bramante, queria um projeto de creche alternativa para implantar uma proposta de trabalho e sua sugestão foi:

¹⁵As creches da vizinhança visavam o atendimento às crianças em idade de creche para os filhos, principalmente, de empregadas domésticas. Essas casas localizavam-se em bairros próximos ao centro da cidade, em locais onde o transporte coletivo facilitasse o trajeto entre o trabalho e a creche. O espaço físico das creches eram casas adaptadas, com seus cômodos transformados em berçário, refeitório, salas de aula e playground, semelhante a uma “escolinha” particular (dados obtidos com as entrevistadas M.S.A.S.B em 31/07/2015 e R.M.A.M.A em 04/08/2015).

(...) um atendimento alternativo de creche (...) vou propor o aluguel de casas, a prefeitura adapta para a creche de um modo rápido e sem construção. Se a prefeitura autoriza as escolinhas particulares em casas adaptadas podemos fazer também (...) (Entrevista com R.M.A.M.A., em 04/08/2015).

O atendimento alternativo proposto foi aceito e essas casas adaptadas transformaram-se em unidades da Creche da Vizinhança. A entrevistada M.S.A.S.B, relatou:

(...) a creche da vizinhança era um projeto alternativo para o atendimento de creche, vinculado à Secretaria da Criança e do Adolescente (SEMEAR), que tinha a responsabilidade da administração e chefia das creches e tinha também a parceria com a Secretaria da Educação e Cultura (SEC), que fornecia estrutura administrativa como os professores e diretores para atuarem nestas unidades que eram espaços alugados e adaptados pela prefeitura como se fosse uma “escolinha particular” (...) em agosto de 1994, retornei da licença maternidade, fiquei trabalhando como colaboradora da diretora nas funções administrativas da creche. No ano seguinte 1995 minha diretora foi convidada para trabalhar na Secretaria da Criança e do Adolescente e eu tive a oportunidade de acompanhá-la para trabalhar junto à equipe técnica responsável pelas creches, durante os anos 1994, 1995 e 1996. Em 1997, voltei a atuar como agente infantil na Creche da Vizinhança do SAAE (...) (Entrevista com M.S.A.S.B. 31/07/2015).

As creches da vizinhança ofereciam atendimento em sete unidades, distribuídas nos bairros do município. O quadro abaixo demonstra as unidades de atendimento e seus respectivos endereços:

Quadro 1 - Unidades da Creche da Vizinhança

CRECHE DA VIZINHANÇA	LOCAL/BAIRRO
C.V. 1	Rua: Armando Salles de Oliveira- Trujilo
C.V. 2	Rua: Comendador Oetterer- Além Linha
C.V. 3	Rua: Cônego Januário Barbosa - Vergueiro
C.V. 4	Rua Santana – Jardim Santa Rosália
C.V. 5	Rua: João Scatena (atual CEI-80) - Vitória Régia
C.V. 6	Avenida Afonso Vergueiro – Centro
C.V.7	Rua: Alcindo de Almeida Rosa (atual) CEI-81- Parque São Bento

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados obtidos nas entrevistas de R.M.A.M.A. e M.S.A.S.B..

Como mostra o quadro, essas unidades eram distribuídas em diversos bairros. Essa divisão das unidades era um fator que contribuía para locomoção dos pais entre suas residências e seus locais de trabalho.

As creches da vizinhança, permaneceram durante a administração dos anos de 1993 a 1996. A partir de 1997, a nova administração extinguiu a Secretaria da Criança e do Adolescente. A entrevistada U.J.M., observou:

(...) quando foi passado para nós enquanto Secretaria da Educação, que deveríamos atender todas as creches que o município tinha, inclusive de outra Secretaria, a primeira ação foi visitar e conhecer todos os espaços para que pudéssemos planejar uma ação que tivesse coerência com as políticas públicas que é o atendimento de qualidade para nossas crianças. Feito isto, montamos uma comissão de supervisores de ensino, eu mesma como chefe de divisão na época, fui a campo, fui conhecer as creches (...) (Entrevista com U.J.M. 10/08/2015).

A partir dessas visitas às creches da vizinhança, foi realizado pela equipe da Secretaria da Educação e Cultura, um trabalho no sentido de desativar esses espaços e atender às crianças nas unidades escolares da rede municipal, ou seja, as creches, próximas de suas residências. A entrevistada esclareceu a situação, explicando inclusive as formas de encaminhamento:

(...) nós não fechamos as creches, não deixamos as mães sem creche em nenhum momento. Fizemos uma reunião em cada local, foi bem esclarecedor, fui a cada local fazendo reunião com os pais das crianças, esclarecendo que haveria uma mudança gradativa e para melhor prezando o atendimento de qualidade para nossas crianças, que isto iria acontecer onde houvesse vaga próximo ao endereço de residência ou de trabalho, iríamos sim, atender a criança. Os pais receberiam uma carta, faríamos contato, receberiam informação onde a criança deveria ser atendida. Deixamos claro que as Creches da Vizinhança não seriam fechadas enquanto não atendêssemos todas as crianças com um atendimento de referência de trabalho.

(...) Mesmo assim com todo este cuidado e com toda essa organização nós sofremos um movimento contrário porque entrou na “zona de conforto” dos pais e então acionaram a mídia, rádio, televisão e a Câmara dos Vereadores, então nós sofremos...posso dizer, que fui nestes lugares e dei a “cara pra bater”, para esclarecer e deixar bem claro que nosso foco era a criança. Posso dizer para você que foi um processo árduo, difícil e que gradativamente fizemos isto, conseguimos atender todas as crianças que estavam matriculadas na Creche da Vizinhança, só fechamos as portas das Creches da Vizinhança quando conseguimos atender todas estas crianças nas unidades da rede municipal de ensino (...) tínhamos muito claro, que esta medida geraria polêmica (...) isto foi um avanço, um salto qualitativo, falando-se em infância, falando-se de criança e principalmente, falando de direito da criança (...) (Entrevista com U.J.M. em 10/08/2015).

Com essa mudança no atendimento às crianças da Creche da Vizinhança para os CEI, algumas mães se manifestaram na Câmara Municipal de Sorocaba contra a transferência das crianças (ANEXO 10).

Conforme a entrevistada U.J.M., foi necessária a otimização e reforma de algumas unidades escolares:

(...) na época, tomamos a atitude de reformar e otimizar algumas unidades com recursos da Secretaria da Educação um exemplo que me lembro agora , o CEI-02, na Vila Santana, funcionava de forma parcial e tinha defasagem de atendimento, não tinha muitas crianças (...) investimos para que tivesse uma reforma, uma adequação do prédio, para poder receber as crianças que estavam na Creche da Vizinhança, da rua: Comendador Oeterer (...) foram inúmeras unidades algumas maiores como CEI-07 Santa Rosália, CEI-08 Vila Progresso (...) (Entrevista com U.J.M. em 10/08/2015).

Com a otimização dos espaços físicos e de recursos materiais como mobiliário, o número de unidades aumentou consideravelmente, resultando em 24 unidades com atendimento a crianças de três meses a seis anos, conforme o quadro:

Quadro 2 - Centro de Educação Infantil – CEI / Creches Municipais em Sorocaba

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	BAIRROS
CEI-48 Frei Achilles Kloeckner Cajuru	
CEI-54 Profª Sonia Aparecida Machado	Bairro dos Morros
CEI-58 Profª Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro	Maria do Carmo
CEI-59 Eugênio Leite	Brigadeiro Tobias
CEI-60 Anna Rusconni	Vila Jardim
CEI-61 Yolanda Rizzo	Lopes de Oliveira
CEI-62 Monsenhor Antônio Sion Sola	Parada do Alto
CEI-63 Reynaldo D'Alessandro	Alto da Boa Vista
CEI-64 Joana Simon Sol	Vila Rica
CEI-65 Santo Agostinho	Jardim Novo Mundo
CEI-66 Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul	Vila Haro
CEI-67 Profª Maria das Graças Arruda P. Nardi	Vila Barão
CEI-68 Gladys Moeckel de Togni Amaral	Vila Angélica
CEI-69 Profª Ester Bueno de Camargo Nascimento	Jardim Lilu
CEI-70 Prof. Adail Odin de Arruda	Nova Sorocaba
CEI-71 Yolanda Prestes Neder	Nova Esperança
CEI-72 Sueli Gazolli Campos	Aparecidinha
CEI-73 Matilde Gavin	Matilde Gavin
CEI-74 Profª Maria de Castro Affonso Marins	Pacaembu
CEI-75 Jornalista Alcir Guedes Ribeiro	Laranjeiras
CEI-76 Menino Jesus	Mineirão
CEI-77 Profª Olga de Toledo Lara	Astúrias
CEI-78 Ettore Marangoni	Sabiá
CEI-79 João Tortello	Jardim Botucatu

Fonte: Prefeitura de Sorocaba - SEC/1996

As mudanças ocorreram tendo por objetivo beneficiar as crianças, conforme demonstrado pela narrativa a seguir:

(...) nosso objetivo é a criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê isto. Primeiro, a creche não é só de mães trabalhadoras, a creche é um espaço com direito a um desenvolvimento pleno e educacional...claro que não existe ainda a universalização deste atendimento, porém nós temos que sempre trabalhar visando a garantir estes direitos de todas as crianças... Olhando a criança enquanto um ser em desenvolvimento, com direito à saúde, ao lazer, a educação, enfim a um desenvolvimento pleno e harmonioso para que sejam pessoas felizes, bem integradas ao mundo podendo realmente ser sujeitos. (...) (Entrevista com U.J.M., em 10/08/2015).

A educação infantil municipal, nos CEI, em especial nas creches, foi reestruturada com uma filosofia voltada para a qualidade no atendimento oferecido às crianças, oportunizando o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

3.6 Reorganização da equipe escolar e trabalho pedagógico

Para reforçar a proposta educacional no atendimento nos CEIs com atendimento em creche, foi necessária uma reorganização no quadro de funcionários que atuavam diretamente com as crianças. Após a extinção das creches domiciliares e a implantação de creches convencionais ligadas à Secretaria da Educação no período de 1990 a 1992, havia unidades escolares, com professores e regentes maternas atuando. De acordo com Oliveira (2011), a função do professor é:

(...) ser uma pessoa verdadeira, que se relacione afetivamente com a criança, garantindo-lhe a expressão de si, visto que ela precisa de alguém que acolha suas emoções e, assim, lhe permita estruturar seu pensamento. Ao responder à criança, ampliando, redefinindo e esclarecendo seus comentários, confusões e ações, o professor alimenta o pensamento infantil, propondo-lhe questões que a ajudem a consolidar as ideias que possui e a construir hipóteses (OLIVEIRA, 2011, p.207).

A atuação do professor é muito importante, pois ao relacionar-se com a criança possibilita um aprendizado, por meio de sua relação com ela, através de situações lúdicas que permitem desenvolver suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais.

Com a ampliação de unidades de atendimento infantil em creches municipais houve a necessidade de ampliar o quadro de funcionários, em especial, aqueles que atuavam diretamente com a criança, como foi o caso da ampliação do cargo de agente e regente maternal, que desempenhavam a função de cuidadores. A

entrevista com M.S.A.S.B. relembrou a função de agente infantil e a importância dos treinamentos:

“(...) A função específica deste cargo era os cuidados com a criança no tocante à alimentação, higiene e garantia de integridade física. As ações do “cuidar” eram os grandes eixos. Participei da formação e treinamentos realizado pela Supervisora Vera Lúcia Alves Silveira. Aprendi a “cuidar” de crianças com estes treinamentos. Até um brinquedo a professora Vera disponibilizava para ensinar como proceder a higiene com as crianças, era desde o banho, alimentação e limpeza da creche(...) Entrevista com M.S.A.S.B. em 31/07/201).

No final do ano de 1993, foi realizado o processo seletivo nº 013/1993, para o preenchimento do cargo de agente de recreação infantil. Antes de assumirem o cargo, após aprovação no processo seletivo, foi realizado um treinamento para os 125 candidatos classificados que assumiriam para atuarem nas unidades escolares de educação infantil a partir de fevereiro de 1994.

Um mês antes, nos dias 26 a 31 de janeiro de 1994, nas dependências do CEI- 68 Gladys Moeckel de Togni do Amaral, localizado na Vila Angélica, foi ministrado treinamento pela equipe técnica: Prof.^a Elenice Cristina de Oliveira Silva (apoio pedagógico), Prof.^a Roseli Aparecida da Silva (supervisora didático-pedagógica), e Prof.^a Vera Lúcia Alves Silveira (supervisora didático-pedagógica). No mesmo ano, uma parte dos agentes infantis solicitou demissão para assumir a função de professor, e isto ocasionou a necessidade de um novo encontro entre os funcionários para uma reflexão sobre o trabalho que estava sendo realizado com as crianças em CEI integral (acervo pessoal da entrevistada V.L.A.S.).

Assim sendo, a equipe que havia anteriormente ministrado treinamento para os agentes infantis e regentes maternas, ousou elaborar o projeto intitulado Creche em Reflexão, que após aprovação do secretário municipal de educação Prof. Dr. Antônio Carlos Bramante, foi executado, envolvendo os funcionários que atuavam nas creches municipais.

Os funcionários das creches foram convocados, em conformidade com o cargo de atuação, a comparecer nas unidades de educação infantil: O CEI-62 Monsenhor Antônio Simon Sola- bairro Parada do Alto, que recebeu em suas dependências, em período integral, 144 agentes infantis, quando, através de reflexão, trabalhou-se a atuação dos mesmos em atividades de rotina com as crianças de berçário, minigrupo e maternal. No CEI-63 Reynaldo D’Alessandro- bairro Alto da Boa Vista, reuniram-se 96 merendeiras no período da manhã e 96

serviçais e 15 porteiros no período da tarde, e no CEI-64 Joana Simon Sola-bairro Vila Rica, onde participaram do treinamento 192 professores, divididos em seus períodos de trabalho, de acordo com dados anotados e fornecidos durante entrevista.

A partir de maio de 1995, ocorreu uma reformulação da equipe que atendia as unidades de educação infantil em centros de educação infantil, com atendimento em períodos parciais e integrais¹⁶.

As diretoras dos CEIs, com atendimento em período integral, passaram a supervisioná-los através de visitas periódicas. O mesmo ocorreu com as diretoras de CEIs com atendimento em período parcial, que passaram a supervisioná-los também, através de visitas, os CEIs parciais.

As supervisoras de ensino ao visitarem os CEIs com atendimento em período integral, verificaram a necessidade da realização de uma orientação de trabalho, direcionada à organização e rotina das atividades que eram desenvolvidas diariamente com as crianças. Vale ressaltar que a rotina mencionada não deve ser entendida no sentido de ações repetitivas, enfadonhas, mas no sentido de que as atividades diárias deveriam ser dinâmicas, prazerosas, significativas, flexíveis, para que a criança participasse delas de forma positiva para seu desenvolvimento.

Deste modo, constataram a importância da realização de um projeto de trabalho junto à equipe escolar, no sentido de orientar os procedimentos diários, necessários às crianças e, também, orientar quanto às situações específicas que surgissem durante o atendimento infantil.

Essa ação de trabalho, por parte da supervisão de ensino, quanto às práticas pedagógicas diárias, nas unidades de educação infantil, é considerada por Oliveira (2011), como:

(...) uma retomada da identidade conceitual, legal, sociopolítica da educação infantil se mostrou uma tarefa urgente para orientar as práticas pedagógicas cotidianas vividas nas instituições de Educação Infantil a fim de torná-las mediadoras mais eficientes de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 2011, p.120).

Assim, as supervisoras de ensino passaram a ter que contribuir para o bom andamento das unidades escolares, ou seja, as creches. Assim sendo, organizou-se

¹⁶Centros de educação infantil integrais compreendem o período de atendimento das 07h às 17h. Centros de educação infantil parciais compreendem o período de atendimento das 07h50min às 11h50min ou das 13h às 17h.

um projeto de trabalho¹⁷ (ANEXO 11), composto de encontros mensais com as diretoras de creche e treinamento com os agentes infantis e regentes maternais, com o propósito de alinhar o trabalho a ser desenvolvido nas creches e, auxiliar, através de capacitação, o desempenho de suas funções com crianças de três meses a três anos de idade.

Além desse trabalho desenvolvido com os diretores, agentes e regentes maternais dos centros de educação infantil com atendimento em período integral, essa equipe de supervisores foi comissionada para repensar o quadro de professores que atuava nessas unidades escolares, no sentido de reequilibrar o trabalho pedagógico e as atividades recreativas.

Para exemplificar a atuação dos professores, as turmas de pré-escola correspondentes às 1ª, 2ª e 3ª fases (4 a 6 anos de idade), eram atendidas por dois professores, um no período da manhã e outro no período da tarde. Essa forma de organização de trabalho fez com que as crianças permanecessem a maior parte do tempo dentro das salas de aula, ficando comprometido o trabalho com atividades recreativas pela ênfase dada às atividades pedagógicas convencionais. Isso foi observado por meio das visitas realizadas pelas supervisoras de ensino.

As atividades recreativas exercem um papel importante durante a brincadeira, pois por intermédio delas a criança transforma os conhecimentos, aciona o pensamento e seu mundo interior. Oliveira (2011), afirma que pela brincadeira a criança exercita capacidades como:

(...) as de representar o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilitadas especialmente pelos jogos de faz de conta e os de alternância, respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característico de seu pensamento verbal (OLIVEIRA, 2011, p. 164).

Para atuar na parte recreativa, era necessária a ampliação do quadro de agentes infantis. Assim, a criação do cargo de agente de recreação infantil levou à realização do processo seletivo nº 004/95 em 07/01/1996.

¹⁷O projeto de trabalho consta no anexo 11 e faz parte do acervo pessoal da entrevistada V.L.A.S. O conteúdo apresentado está inserido na encadernação intitulada "Trabalho desenvolvido no CEI integral no período de 1993 a 1996".

Após os trâmites legais decorrentes do processo seletivo, os aprovados para o cargo de agente de recreação infantil participaram no período de 22 a 30 de janeiro de 1996, no período das 08h às 17h, na Oficina Pedagógica, de um treinamento elaborado pelos supervisores da equipe de CEI integral. O treinamento realizado abordou temas como: considerações gerais sobre os CEIs; a rotina das crianças em um CEI; o desenvolvimento infantil e a prática de recreação com as crianças. Registros relacionados a esses eventos compõem o acervo pessoal da entrevistada V.L.A.S.

As atividades desenvolvidas apresentaram um bom resultado, com interação e troca de experiências entre os participantes sobre o dia a dia das creches, tanto nos treinamentos de agentes infantis, como nas reuniões com diretores de CEIs e, também, nas reuniões de equipe escolar.

A atuação da equipe da Secretaria da Educação e Cultura, entre os anos de 1993 a 1996, possibilitou aos CEIs com atendimento integral a construção de identidade das creches, com bases educacionais preocupadas verdadeiramente com o desenvolvimento físico, intelectual e social da criança.

Com a mudança de governo no ano de 1997, decorrente das eleições para prefeito, muitos agentes de recreação infantil que estavam em estágio probatório foram demitidos. A entrevistada M.S.A.B., que naquela época exercia a função de agente infantil, relata:

“(...) com a justificativa dada de ser necessário um ajuste fiscal, forma demitidos 200 agentes infantis que se encontravam em estágio probatório. Não fui exonerada na ação do novo prefeito, pelo fato de eu não estar mais em estágio probatório. De um dia para o outro as creches foram invadidas por estagiários dos cursos de magistério e pedagogia e prestavam serviços à prefeitura por meio de convênios de estágios remunerados [...] as creches que até o momento contavam com professores atuando desde o berçário, passaram a ter um professor por período para coordenar os estagiários (...)”(Entrevista de M.S.A.S.B., em 31/07/2015).

Outra entrevistada, hoje aposentada, que também presenciou essa reestruturação, havia atuado como supervisora de ensino dos CEIs, juntamente com as unidades integrais, mas que naquele período de alteração política, tinha retornado a seu cargo de origem como diretora do Centro de Educação Infantil, lembrou:

(...) para atuar com as crianças foram contratados estagiários de pedagogia, para sanar a falta dos agentes de recreação infantil que foram demitidos (...) a equipe da minha unidade tinha organizado, arrumado, pintado à escola para receber os alunos em fevereiro de 1997, mas foram demitidos, sendo funcionários capacitados para o trabalho com crianças (...) novamente organizei a rotina e os funcionários dos Centros de Educação Infantil Integrais, a pedido das novas lideranças da secretaria. Era urgente a formação dos novos contratados (...) os estagiários foram distribuídos nas unidades de educação infantil, com atendimento integral (creche), pois ainda eram bem inexperientes. Os agentes infantis foram remanejados entre as unidades, pois eram os que tinham conhecimento da rotina de uma creche e experiência nas vivências com as crianças. Este episódio foi muito triste, pois o trabalho feito pela equipe trouxe muitos ganhos para a educação infantil da época. Em 1998, me aposentei! (Entrevista de V.L.A.S. em 16/07/2015).

A partir desse período ocorreu alteração na nomenclatura do cargo de agente de recreação infantil, que passou a chamar-se auxiliar de educação.

A súmula de atribuição do auxiliar de educação define as suas atribuições inerentes ao cargo: executar os serviços relativos ao atendimento das necessidades diárias da criança, no tocante à sua saúde, higiene, segurança e desenvolvimento global; atuar na organização de atividades como jogos, brincadeiras e situações de aprendizagem que envolvam a criança; e auxiliar a direção e professores em atividades de rotina ou administrativas da unidade escolar (ANEXO 12).

O centro de educação infantil com atendimento integral, é uma unidade escolar onde o auxiliar de educação desenvolve o seu trabalho. O papel do auxiliar de educação na creche é fundamental e necessário, suas ações com as crianças, durante as atividades anteriormente planejadas pela equipe escolar, contribuem para o crescimento individual, social e emocional da criança. De acordo com Oliveira (2011), os cuidados ministrados na creche, para com a criança, não se reduzem ao atendimento de:

(...) necessidades físicas das crianças, deixando-as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede e a higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual estão se percebendo como sujeitos. Nestes ambientes de educação, a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com o seu bem estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua autoestima. Educar e cuidar são formas de acolher (OLIVEIRA, 2011, p.47).

É nesse ambiente escolar entre o educar, cuidar e brincar que a criança vai se sentindo acolhida pelos adultos com os quais convive.

3.7 A relação cuidar e educar

A aprendizagem no cotidiano da educação infantil ocorre por meio de brincadeiras intencionais advindas de uma situação pedagógica intencional.

O cuidar e educar nas instituições de educação infantil, são ações indissociáveis. Não é possível educar sem cuidar, a relação corpo-mente, não tem como ser separada (OLIVEIRA, 2011).

Kramer (2003), aponta algumas distorções geradas:

(...) quando se considera educar e cuidar/cuidar, como duas expressões necessárias, que se adicionam. Para a autora, na perspectiva de integrar o campo da Educação Infantil com outras esferas da educação, o termo educar daria conta de assumir o que é próprio também do trabalho com as crianças de 0 a 6 anos, englobando as duas dimensões, tendo em vista que não é possível educar, sem cuidar não só do contexto do trabalho com as crianças pequenas, mas em qualquer espaço de formação humana (KRAMER, in GUIMARÃES, 2011, p. 48).

Para Kuhlmann (2007), educar e cuidar é inspirado na expressão inglesa *educare*:

(...) a tradução desta palavra inglesa precisa manter a unidade dos termos, utilizando-se de elo entre ele: cuidar e educar (...) A expressão tem o objetivo de trazer à tona o núcleo do trabalho pedagógico consequente com a criança pequena. Educá-la é algo integrado ao cuidá-la (...) (KUHLMANN in FARIA 2007, p.60).

Na educação infantil, o cuidar precisa ser compreendido como parte integrante da educação. O ser físico, social, emocional e intelectual é parte de um ser único, a criança. Uma parte não se realiza sem a outra.

Podemos compreender que na educação infantil, as ações dirigidas à criança, seja um gesto, um olhar ou um ato, são feitas como formas de cuidar e educar ao mesmo tempo. Como dito anteriormente, são indissociáveis, ao mesmo tempo em que se está cuidando, se está educando com valores morais e culturais, costumes e estilos de vida diferentes. Essa interação e relacionamento contribuem para o desenvolvimento integral da criança.

Este capítulo, partindo da caracterização do município, mostrou o percurso no atendimento infantil e suas formas de acolhimento em creches, bem como o novo rumo e a reorganização da equipe escolar e trabalho pedagógico em Sorocaba. A

educação infantil municipal de Sorocaba ampliou o seu atendimento às crianças pequenas a partir de 1981, passando por diversas administrações do poder público municipal. No capítulo seguinte, serão explanadas algumas considerações frequentes, relacionadas ao processo de educação das crianças sorocabanas de primeira infância.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO EM CRECHE (O ATENDIMENTO EM SOROCABA E SEUS DADOS MAIS RECENTES)

Do capítulo anterior em que foi situada a trajetória do atendimento infantil, no município de Sorocaba passa-se às considerações quanto ao atendimento às crianças em creches e pré-escola nos CEIs, em 2015.

Em 2015, o município de Sorocaba disponibiliza atende em 117 unidades escolares de educação infantil. Nesse total estão inclusas unidades com atendimento em período integral (das 7h às 17h), unidades em período semi-integral (das 7h às 12h ou das 12h às 17h) e unidades com períodos parciais (das 7h50min às 11h50min ou das 13h às 17h). Para o atendimento, as crianças são organizadas por faixa etária, o que contribui com a prática pedagógica do professor e auxiliares de educação. A divisão das crianças por turma possibilita à criança, uma aprendizagem coerente com a idade (www.sorocaba.sp.gov.br).

Para Kuhlmann (2010), as instituições educacionais precisam levar em conta o período da infância com limites etários amplos, subdivididos em fases de idade, para as quais se criaram as instituições educacionais específicas (KUHLMANN, 2010, p.16)”. O número de crianças e profissionais que atuam nas turmas deve considerar as características do espaço físico. Segundo a recomendação do referencial curricular nacional para a educação infantil, a proporção de crianças e profissionais que atuam nas turmas, devem ser orientada pelos dados do quadro a seguir:

Quadro 3 - Índice de proporção de crianças e profissionais por classes/turmas

Crianças entre zero e um ano, seis a oito crianças por adulto;
Crianças entre um e dois anos, quinze crianças por adulto;
Crianças entre dois e três anos, vinte crianças por adulto.
O número de crianças deve permitir que o professor dê atenção a todas.

Fonte: (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p.72).

Para Oliveira (2011), a proposta pedagógica das instituições escolares deve continuar sendo norteadas pelos princípios emanados da Constituição que, desde 1988, estabeleceu os pressupostos da creche no contexto da educação infantil e,

(...) ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade, garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (OLIVEIRA, 2011, p.120).

Os CEIs em Sorocaba, com atendimento para creche, utilizam de uma proposta pedagógica, direcionada ao desenvolvimento integral da criança. Durante sua permanência na creche a criança tem a oportunidade de vivenciar e construir o conhecimento através da interação com o meio em que está inserida. As ações como cuidar e educar (indissociáveis), estão presentes em todas as atividades diárias da criança na creche. Por isso, é oportuno citar Delors (1998), quando afirma que a educação deve ser alicerçada em quatro aprendizagens fundamentais:

(...) os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas, finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes (...) uma nova concepção ampliada da educação devia fazer com que todos pudessem descobrir reanimar e fortalecer seu potencial criativo (...) isto supõe que ultrapasse a visão instrumental da educação (...) passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa, que na totalidade, aprende a ser (...) (DELORS, 1998, p.9).

Conforme menciona o autor, a educação deve ser uma experiência para toda a vida. É nessa perspectiva humanista, que a Secretaria da Educação do município de Sorocaba, procura direcionar sua linha de trabalho, baseada na valorização do ser, ou seja, a educação do ser integral.

No ano de 2015, os CEIs contam com os seguintes profissionais da educação: diretores, orientadores pedagógicos, professores e auxiliares de educação. Esses ingressam na rede municipal através de concurso público com a habilitação específica para o desempenho da função.

Os CEIs recebem suporte técnico e pedagógico, por meio de visitas e reuniões periódicas, realizadas pelos supervisores de ensino municipais. O acesso ao cargo de supervisão de ensino, também se dá mediante concurso público.¹⁸

Os funcionários terceirizados pertencem à equipe da unidade escolar. As empresas terceirizadas participam de licitações junto à Prefeitura de Sorocaba, e

¹⁸A Lei 8119 de 29/03/2007 estabelece o plano de carreira do quadro do magistério público municipal de Sorocaba.

prestam serviços de limpeza e de merenda (preparação da alimentação), por meio de contratos. Em algumas unidades escolares, existem ainda funcionários mais antigos, com o cargo de auxiliares de serviço e porteiros, cargos há muitos anos disponibilizados através de concurso público.

Devido à forte demanda por atendimento, o município organizou critérios para a seleção de crianças a serem matriculadas nas creches. Atualmente, as vagas disponibilizadas para o atendimento de creche nos centros de educação infantil municipal de Sorocaba, são oferecidas através de inscrições no cadastro municipal unificado. O decreto nº 21438/2014 estabelece os critérios das inscrições no cadastro municipal unificado, da classificação, da reclassificação, da documentação para matrícula e transferência nas instituições educacionais municipais e instituições conveniadas com o município que atendem à educação infantil-creche (ANEXO 13).

O cadastro municipal unificado tem como sistemática planejar, organizar e distribuir as vagas disponíveis nos CEIs integrais e as vagas disponíveis para atendimento nas instituições que estabelecem convênio com a prefeitura. As inscrições para cadastramento das crianças que residem no município de Sorocaba ocorrem nos três últimos dias do mês (março a setembro) para o ano letivo. Os pais ou responsáveis legais podem efetuar as inscrições nas unidades de interesse que atendam à faixa etária correspondente à creche. A publicação da classificação e disponibilidade das vagas é divulgada no site da Secretaria da Educação (SOROCABA, no21438/2014). O direito das crianças com deficiência às vagas está assegurado pela Lei nº 7.853 de 24/10/89.

Segundo o levantamento estatístico educacional, CENSO 2014, o município de Sorocaba ofereceu atendimento para educação infantil na modalidade creche para 2.170 alunos em período parcial, e para 7.469 alunos em período integral, totalizando 9.578 matrículas. Esse índice ainda não atinge a totalidade de atendimento à demanda de vagas por creche. As unidades de educação infantil localizadas em bairros recém loteados e com população de baixa renda são as mais requisitadas e encontram-se com sua capacidade de atendimento completa devido à grande demanda dos bairros a que pertencem.

Embora o poder público municipal amplie o atendimento de educação infantil em creches com novas construções e reformas, a falta de vagas persiste. Ainda é possível presenciara procura por vagas em creches pelas mães ou pais que precisam deixar seus filhos para poderem trabalhar.

Para que possam cumprir a demanda, a cada nova administração são traçados planos de governo que viabilizam a ampliação de vagas em creches.

Uma das diretrizes traçadas pela atual gestão administrativa municipal de Sorocaba, referente às creches é fortalecer o atendimento à primeira infância. Isso corresponde a criar ações intersetoriais e pedagógicas que considerem o cuidar e educar, como aspectos indissociáveis de uma mesma e única realidade, com a garantia de acesso a equipamentos, brinquedos, livros e materiais adequados; planejar a oferta e o atendimento à demanda de vagas na creche. (www.educacao.sorocaba.sp.gov.br).

Através da gestão democrática, os CEIs, oportunizam a participação da comunidade nos interesses e ações da escola.

Apesar de mudanças administrativas ocorrerem devido às eleições municipais, a educação infantil, através de políticas públicas, busca possibilitar à criança o direito à creche, e a uma educação de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a implantação de creches no município de Sorocaba apresentou uma trajetória do atendimento prestado à primeira infância, durante o período de 1980 a 1997, salientando a atuação das diversas administrações do poder público municipal no contexto da educação e atendimento às crianças de primeira infância.

Para um aprofundamento em como se iniciou o atendimento em creches municipais em Sorocaba, buscou-se analisar primeiramente a creche em um contexto mais amplo, por meio do processo histórico pelo qual ele se realizou, buscando as raízes da história social das creches, identificaram-se suas práticas iniciais assistencialistas.

Esta pesquisa constatou a carência de registros relacionada ao atendimento às crianças pequenas sorocabanas, em creches municipais. Isso se tornou objeto de inquietação e direcionou a pesquisa para a constituição desse acervo. Pretendeu-se por meio deste registro histórico, esclarecer a trajetória do atendimento em creche municipal, e apontar a importância do trabalho, que realizado junto às crianças nos CEIs, tem sido, sob o ponto de vista educativo e social, referência na cidade.

Resgatar o processo histórico da implantação da creche no município de Sorocaba, contribuiu para o entendimento das diferentes estruturas pela qual passou o atendimento municipal às crianças sorocabanas. O levantamento histórico da primeira creche municipal e as modalidades de atendimento infantil trouxeram informações a respeito das mudanças que permearam o atendimento assistencial de olhar caritativo, para uma creche voltada ao desenvolvimento da criança como ser integral, passando a interagir num ambiente educacional, com condições propícias para o desenvolvimento de suas potencialidades, cognitiva, social e emocional.

Caracterizar a história das creches municipais de Sorocaba pela identificação do trabalho de lideranças municipais, assistentes sociais, dirigentes, e educadores em geral permitiu melhor compreensão, não apenas dos procedimentos do atendimento oferecido na rede municipal de ensino às crianças pequenas, mas também um entendimento das questões que levaram, ao longo da história, à necessidade de prover à população, mais particularmente aos segmentos mais

pauperizados da sociedade, a oferta de instituições que atendesse de modo mais amplo e pedagógico.

A metodologia seguiu o caminho das publicações de especialistas na área. A consulta dos autores como Monarcha (2001), Kulhmann (2010), Rosemberg (1998), Kramer (2011) e Oliveira (2011), foi significativa para o conhecimento das informações concernentes à história do atendimento que era destinado às crianças em países europeus e em seguida no Brasil. As expectativas, quanto às contribuições teóricas, foram alcançadas. Os diversos autores presentes na bibliografia deram valiosas contribuições como: visão histórica da infância; o assistencialismo; a história da creche no Brasil, marcada pelos cuidados em assistir, ou seja, cuidar e, as determinações legais como a Constituição de 1988, que reconheceu a educação, como direito social da criança e a LDB de 1996, que consagrou a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Outra fonte de pesquisa foi a textual, através do caderno informativo da Secretaria da Educação e Cultura¹⁹, acervo de relatórios e Leis Municipais que contribuíram para o direcionamento das datas em que ocorreram os acontecimentos.

O levantamento da memória viva se fez por meio de entrevistas. A gravação dos depoimentos das entrevistadas foi essencial para o registro e comprovação da veracidade dos acontecimentos do atendimento prestado às crianças em creche. Essas colaboradoras vivenciaram os acontecimentos relatados e as informações prestadas foram fundamentais para a obtenção da sequência dos fatos, desde a primeira creche municipal assistencialista, até o ano de 1997.

Em alguns momentos durante as entrevistas, foi possível observar o olhar, o entusiasmo, a responsabilidade e o envolvimento pessoal, que as entrevistadas manifestaram ao relembrar pontos marcantes em suas trajetórias profissionais. Seus semblantes transpareciam um sentimento de gratidão e de dever cumprido pelo trabalho realizado. Foi com muita dedicação por parte dessas funcionárias públicas e suas equipes, que a história do atendimento infantil nas creches municipais se originou.

Paralelamente aos recursos metodológicos apresentou-se a ação do poder público enquanto órgão responsável pela viabilização das creches. As

¹⁹Caderno informativo da Secretaria da Educação e Cultura, cujo secretário da Educação e Cultura, na época, era o Prof. Antônio Carlos Bramante.

administrações municipais da época utilizaram os recursos públicos estabelecidos pelas políticas de governo para oferecer o atendimento em creche.

Uma retrospectiva da história da creche no município de Sorocaba foi feita. Partiu-se da única creche municipal ainda ligada ao atendimento da promoção social, passando pelas creches domiciliares, creches da vizinhança, chegando às creches convencionais, conhecidas como CEIs. Nessa trajetória pelo atendimento em creche na rede municipal de Sorocaba, muito se fez e se faz para oferecer às crianças uma educação de qualidade, possibilitando o desenvolvimento integral.

Campos e Rosemberg (2009), em “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, afirmam que a política e programas de creche devem: respeitar os direitos da criança; estar comprometidos com seu bem-estar e desenvolvimento; reconhecer o direito a um ambiente aconchegante seguro e estimulante; reconhecer o direito a higiene e saúde; reconhecer o direito a alimentação saudável; reconhecer o direito a brincadeiras e a ampliação de conhecimentos, além do direito ao contato com a natureza (BRASIL, MEC/SEB, 2009).

Devido à obrigatoriedade da matrícula nas pré-escolas na faixa etária de quatro a cinco anos, conforme determina a Emenda Constitucional 059/2009, as unidades escolares priorizam a formação de turmas/classes para a pré-escola. Dessa forma, as crianças com idade anterior a essa idade, ficam na lista de espera por vagas.

A cada nova gestão o poder administrativo municipal de Sorocaba estabelece um programa de organização, com novas unidades escolares e projetos de ampliações e reformas de prédios já existentes. Contudo essa demanda parece não ter fim. Reconhecendo a importância da ação educativa, foram priorizadas pelo Plano Nacional de Educação (2011-2020), as metas a serem cumpridas pelos municípios, quanto à instalação de creches e expansão de vagas em creches e pré-escolas. No entanto, para que isso ocorra, muito há que ser feito. Inúmeras crianças na lista de espera por vaga em creche é uma realidade nacional.

Ao mesmo tempo em que o escolarização infantil é um direito da criança pequena, a vaga em creche tornou-se uma necessidade da família da criança. Os responsáveis pela criança necessitam de recursos financeiros para sua subsistência. O atendimento adequado continua sendo um desafio para as políticas públicas,

tanto pela carência novos prédios, quanto de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos.

Pode-se constatar que as unidades municipais de educação infantil com atendimento em creche, desde a sua primeira unidade, tiveram, como prioridade, o atendimento à criança, respeitando e possibilitando o seu desenvolvimento integral. Mesmo com um início marcado por cuidados assistencialistas, e vinculado à Secretaria da Promoção Social, a criança recebia um olhar especial nos seus primeiros anos de vida, que foi confirmado pelos relatos mencionados na presente pesquisa.

A preocupação com o bem-estar físico, social e emocional é considerada nas tarefas do cuidar e educar por parte dos profissionais que atuam diretamente com as crianças das creches pois, as experiências vivenciadas na primeira infância são marcantes. As influências do ambiente familiar, as relações afetivas de amor ou rejeição; atenção ou indiferença; interferem no resto de suas vidas.

Considerando essas influências na vida das crianças de zero a cinco anos de idade, cabe à educação infantil (creche e pré-escola), respeitar os direitos dos matriculados, suas diferenças étnicas, culturais e sociais e contribuir para que a criança, nessas instituições de ensino, tenha experiências prazerosas com qualidade.

Robert Fulghum (2004), em sua obra “Tudo que Eu Devia Saber Aprendi no Jardim de Infância”, descreve de uma maneira romântica e filosófica a importância da educação na primeira infância:

A maioria das coisas que eu realmente precisava aprender sobre como viver, fazer e ser, eu aprendi no Jardim de Infância. Sapiência não se encontra no topo da montanha das escolas de pós-graduação, mas no pátio do jardim. Essas coisas que aprendi: compartilhar todas as coisas; “jogue limpo” e não bata nos colegas. Não pegue nada que não seja seu; limpe a bagunça que você fez. Coloque tudo de volta nos seus lugares. Peça desculpas quando você magoar alguém. Sempre dê a descarga e lave as mãos, sobretudo antes das refeições. Viva uma vida equilibrada: além de trabalhar, desenhe, pinte, cante e dance um pouco todos os dias. Lembre-se também de que leite frio e biscoitos fresquinhos podem ser bons para você. Tire uma soneca à tarde e, quando sair nas ruas, cuidado com o trânsito, dêem as mãos e permaneçam juntos. Cultive a imaginação. Lembre-se da semente de feijão que a professora colocava no vaso de água. As raízes cresciam para baixo e as folhas para cima e ninguém sabia por quê. Nós somos parecidos. Os peixinhos do aquário, os passarinhos da gaiola, as sementes do feijão todos morrem também. Recorde-se do grande e melhor conselho da época. Olhe! Olhe ao seu redor! Tudo o que você precisa saber está aí a sua volta. As regras de ouro: paz, amor, ecologia e uma vida saudável (FULGHUM, 2004, p.16). grifo do autor.

Várias crianças sorocabanas também fizeram parte dessa história. Algumas frequentaram a primeira creche municipal, outras, os Centros de Recreação Infantil (CERIs), outras, as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), as Pré-Escolas Municipais de Sorocaba (PEMSO), e por fim nos Centros de Educação Infantil (CEIs), e todas levaram consigo, lembranças de suas infâncias.

Cabe salientar que, independentemente dos objetivos das creches, de suas denominações ou de como se organizaram na esfera de governo as instituições de atendimento, a cidade de Sorocaba tem se mostrado atenta ao processo educativo da infância. Há mais de sessenta anos, as sucessivas administrações municipais com rigor, projetos, compensações e alternativas diversas, procurou atender aos apelos sociais e políticos da escolarização. Para isso, atenta às exigências legais da educação e aos direitos da criança, tem estruturado do ponto de vista formal e pedagógico, um trabalho disseminado por toda a cidade, que proletária em sua referência econômica, continua reivindicando instituições educativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARUERI. **Manual creche eficiente: guia prático para educadores e gerentes** — SP Minha Editora : São Paulo : UNIFEST EP, 2006.

BRASIL. **Lei do Ventre Livre** . Lei Nº 2040 de 28.09.1871.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**, Lei nº 5452/1943.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília – Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996.

BRASIL. **Orientações sobre convênios entre secretárias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil**. – Brasília: MEC SEB, 2009.

BRASIL. **Revisão das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Parecer nº 20, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Lei nº 12796/2013.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia, FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil** - 2ed. – São Paulo, Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1995.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia, **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**- 6ª. ed. Brasília: MEC,SEB,2009.

DELORS, J. **Educação: Um tesouro à descobrir**- São Paulo, Editora Cortez,1998

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio para onde vai In: Eduardo Infantil: a creche, um bom começo.** Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais. V 18 n. 73, Brasilia. 2001. P. 11-28.

FARIA, Ana Lucia G. de; PALHARES, Marina Silveira, ED. **Infantil pós- LDB: rumo e desafios** 6º ed. Campinas, SP AUTORES Associados, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil.** Ed. Cortez, 1997.

FRÖEBEL, Friedrich Wilhem August - **metáfora que se assemelha o crescimento da criança ao das plantas** - Disponível em www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/froebel-e-o-primeiro-jardim-de-infancia-942992.html>acesso 20/07/2015.

FULGHUM, Robert; DEUTSCH, Therezinha Monteiro, **Tudo o que eu devia saber aprendi no jardim-de-infância.** Editora Best Seller, 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Departamento de Pesquisas Educacionais.** Biblioteca História da Educação e da Infância. Disponível em:<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/isp/educacaoinfancia/index.isp> Acesso 10/09/15.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética** – São Paulo: Cortez, 2011

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940).** Edições Loyola 1988.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 9ª ed, v.3 – São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica** – Porto Alegre. 5º ed atual. ortog. Mediação, 2010

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 1241 de 08 de maio de 2014.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO FARIA, Luciano Mendes de, VEIGA, CyntiaGreive. **500 Anos de Educação no Brasil.** – Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

MONARCHA, Carlos. **Educação da Infância Brasileira: 1875-1983** – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Educacional Contemporânea.

MONTESSORI, Maria (1870-1952)- médica e pedagoga italiana. Disponível em <revistaescola.abril.com.br/fomacao/medica-valorizou-aluno-423141.shtml?pg=1> acesso 20/07/2015.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **A Educação Pré-Escolar Fundamentos e Didática**. 5ª ed. Editora Ática, 1989.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos** – 7. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

PAPALIA, Dione E. **O mundo da criança, da infância à adolescência**. Porto Alegre. 11ªed. AMGH, 2010

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes - **Critérios para a política em creche**. Revista HISTEDBR Online, Campinas n.33, p.78-95, mar. 2009 – ISSN: 1676-2584.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA -
Disponível em:<w.w.w.cepam.org./noticias/ultimas-noticias/Sorocaba-é-a-nova-região-metropolitana-de-são-paulo.aspx#ad-image-0> Acesso 10/09/15

RIZZO, Gilda. **Educação Pré – Escolar**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves Editora S.A, 1985.

ROMAN, Eurilda Diva; STEYER, Vivian Edite - **A criança de 0 a 6 anos na Educação Infantil** Retrato Multifacetado. Canoas RS. Universidade Luterana do Brasil, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Creche**. Fundação Carlos Chagas - Editora Cortez.1989.

ROSEMBERG, Fúlvia. Temas em debates - Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. Caderno Pesquisa; São Paulo (nº 56), p.73-81, fev. 1986.

SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos – **Creche e pré escola uma abordagem de saúde**. São Paulo. Artes médicas, 2004.

SOROCABA. Decreto nº 21.438 de 15/10/2014. Dispõe sobre as diretrizes dos critérios das inscrições no Cadastro Municipal Unificado, da classificação, da reclassificação, da documentação para matrícula e da transferência nas Instituições Educacionais Municipais e nas Instituições conveniadas com o Município que atendem a etapa da Educação Infantil creche e dá outras providências.

SOROCABA. Lei nº 520 de 05/10/1957. Denomina “Helena Pereira de Moraes” o Parque Infantil de Votorantim.

SOROCABA. Lei nº 901 de 26/01/1962. Dispõe sobre a criação de Parque Infantil no Bairro do Rio Acima, e dá outras providências.

SOROCABA. Lei nº 1281 de 19/11/1964. Denomina “Neyde Helena de Moraes”, o Parque Infantil de Santa Helena.

SOROCABA. Lei nº 1290 de 07/12/1964. Denomina “ Maria Helena de Moraes”, o Parque Infantil de Votocel.

SOROCABA. Lei nº 1597 de 14/05/1970. Transforma em Centros de Educação e Recreação Infantil os atuais Parques Infantis.

SOROCABA. Lei nº 2131 de 1981. Autoriza celebrar convênios com a Legião Brasileira de Assistência Projetos “Casulo” e “Elos”.

SOROCABA. Lei nº 4002 de 1992. Dispõe sobre a criação do projeto de creches domiciliares e dá outras providências.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998

APÊNDICE: ENTREVISTAS TRANSCRITAS NA ÍNTEGRA.

Entrevistado: Prof^a. Vera Lucia Alves Silveira

Data: 16/07/2015

Local: Espaço Bistrô São Bento / Rua da Penha, Sorocaba/São Paulo

"Iniciei na Prefeitura de Sorocaba em 1989, através do processo seletivo e atuei no cargo como Administradora de Creche. Em virtude das mudanças da Constituição de 1988 as creches passaram a pertencer a Secretaria da Educação. Fui a 1ª diretora de creche, pois por volta de 1990, o Projeto "Creche e Vida" foi implantado pela administração de governo, com a iniciativa e participação da primeira dama que tinha por objetivo desativar o atendimento infantil assistencialista eliminando as mães crecheiras.

Com a lei a creche não poderia mais pertencer a Secretaria da Promoção Social e a primeira creche qual o Projeto Creche e Vida foi implantado foi no prédio administrado pela Instituição Cáritas Diocesano, que passou a ser denominado CEI-61 " Yolanda Rizzo" localizado à Avenida Betsaida,s/nº –Bairro Lopes de Oliveira a qual fui designada para atuar.

Em conformidade com as novas estruturas de atendimento infantil em caráter educacional que o projeto propunha, esta unidade escolar oferecia atendimento para 200 crianças distribuídas conforme a faixa etária, desde o berçário até a 2ª Fase da Pré escola em período integral. Esta unidade escolar possuía quatorze professores que atuavam nessas etapas de ensino. Os professores dividiam-se sete no período da manhã e sete no período da tarde, decorrente da carga horária de trabalho.

Estes professores foram contratados em regime CLT através de um processo seletivo e em setembro de 1991 ocorreu um novo concurso público para professores.

Outra unidade foi implantada nos moldes do Projeto Creche e Vida, que é o CEI-63 "Reynaldo D'Alessandro" localizada à Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, nº. 3043 – Bairro Alto da Boa Vista (Paço Municipal). Esta creche tinha como administradora a Sra. Regina Maria Aparecida Maiello Alcoléa que foi convidada para trabalhar na equipe junto a Secretaria de Educação e Cultura, no cargo de Chefe de Divisão da Educação, durante a gestão do Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante. Como eu tinha experiência com a implantação da creche fui convidada para assumir o CEI-63 no ano de 1992, pois a Regina estava na secretaria.

Em 1993 fui convidada para trabalhar na equipe da Secretaria da Educação e Cultura durante o governo do prefeito Dr. Paulo Francisco Mendes. O objetivo era junto com a equipe da secretaria, trabalhar para reestruturar as creches "diminuindo os custos".. Em 1993, no final do ano, foi realizado um processo seletivo para o cargo de agente infantil. Estes assumiram em fevereiro de 1994, mas muitos deles pediram demissão para assumir a função de professor, e então tivemos que preparar um Projeto para o 2º Semestre com o nome "Creche em Reflexão" para preparar os novos agentes infantis para atuarem junto as crianças de 3 meses a 3 anos de idade.

Nestes encontros, era feita leitura de textos e reflexões sobre o trabalho e atuação dos profissionais junto às crianças nas creches. Novamente eu e a

equipe de supervisão fomos chamadas para participar da comissão, desta vez, para repensar o quadro de professores das creches.

Foi decidido que as crianças da 1ª, 2ª. e 3ª. fase teriam professor em um período e em outro período seriam os agentes de recreação infantil, cargo criado para atender as crianças que estavam permanecendo muitas horas em sala de aula com professores.

O treinamento dos agentes de recreação infantil, aconteceu em janeiro de 1996. Como foi um sucesso os treinamentos realizados!

No ano de 1996 ocorreram vários encontros com a equipe escolar e as diretoras de creche, com o objetivo de interagirem sobre a organização, funcionamento e espaço físico do CEI Integral .

Contudo no ano de 1997 nova administração assume o governo municipal, e nós diretoras que compúnhamos a equipe da Secretaria da Educação e Cultura, voltamos para nossa unidade escolar. Infelizmente muitos dos novos contratados nos últimos concursos público encontravam-se em estágio probatório e como a nova administração queria reduzir custos, demitiu-se grande parte destes funcionários que estavam ainda nesse processo.

Isto ocorreu em janeiro de 1997 quando assumiu o novo prefeito. Em fevereiro as aulas iniciavam como começar, quem ficaria com as crianças?

Faltavam funcionários nas unidades escolares!!!

Neste período ocorreu também a terceirização da merenda. As merendeiras passaram a atuar na unidade como serventes administrativas, mas muitas foram demitidas. As creches não abriram em fevereiro de 1997.

As informações sobre o funcionamento e rotina das creches anteriores a 1997, estavam arquivadas na secretaria, mas a nova equipe não tomou conhecimento e as alterações pelo novo governo, foram feitas sem pensar como ficariam as unidades escolares.

Eu estava em férias em janeiro de 1997, quando minha filha telefona avisando que eu precisava comparecer à Secretaria da Educação e Cultura. Acabei retornando para Sorocaba e ao entrar na secretaria a nova equipe já estava reunida com esta problemática.

Para atuar com as crianças foram contratados estagiários de pedagogia para sanar a falta dos agentes de recreação infantil que foram demitidos.

Foi muito triste, a equipe da minha unidade tinham organizado arrumado, pintado a escola, para receber os alunos em fevereiro de 1997, mas foram demitidos, sendo funcionários capacitados para o trabalho com as crianças.

Novamente, organizei a rotina e funcionamento dos CEIs Integrais, pois era urgente a formação dos novos contratados: os estagiários de pedagogia. Os estagiários foram distribuídos nas unidades escolares com atendimento de creche, pois eram ainda bem inexperientes. Os agentes infantis foram remanejados entre as unidades, pois eram os que tinham conhecimento da rotina de uma creche e experiência nas vivências com as crianças.

Este episódio foi muito triste, pois o trabalho feito pela equipe trouxe muitos ganhos para a educação infantil da época. Em 1998, me aposentei.”

Entrevista II

Entrevistada: Prof. Me. Solange Aparecida da Silva Brilo

Data: 31/07/2015

Local: Secretaria da Educação de Sorocaba- Paço Municipal

Entrou na Prefeitura de Sorocaba em 1994, através do 1º Processo Seletivo efetivando-se para o cargo de Agente Infantil. Atuou como Professor de Educação Básica I (Infantil e Ensino Fundamental); Orientadora Pedagógica e atualmente Supervisora de Ensino. Professora Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba (UFSCar/Sorocaba).

“ Cursei o Magistério e me formei em 1989, em seguida matriculei-me em um curso de administração de empresas, mas não concluí em virtude de não encontrar afinidade com as disciplinas da área de exatas. Voltei para a área da educação em 1994 na rede pública municipal, passando a atuar em creches na função de Agente Infantil. A função específica deste cargo era os cuidados com a criança no tocante à alimentação, higiene e garantia da integridade física. As ações do “cuidar” eram os principais eixos de atuação. Particpei da formação e treinamentos realizados pela Supervisora Vera Lúcia Alves Silveira. Aprendi a “cuidar” de crianças com estes treinamentos. Até uma boneca de brinquedo a professora Vera disponibilizava para ensinar como proceder com a higiene das crianças, o foco era o banho, alimentação e limpeza da creche. A Prof. Vera Silveira, após o treinamento fez uma reclassificação conforme o aproveitamento e fui classificada em 1º lugar para a escolha da unidade Creche da Vizinhança que iria atuar.

Iniciei na Creche da Vizinhança da Rua Comendador Oeterer. A Creche da Vizinhança era um projeto alternativo para o atendimento de creche, vinculado a Secretaria da Criança e do Adolescente (SEMEAR) que tinha a responsabilidade da administração e chefia das creches e tinha também a parceria com a Secretaria da Educação e Cultura (SEC), que fornecia a estrutura administrativa como os professores e diretores para atuarem nestas unidades que eram espaços alugados e adaptados pela prefeitura como se fosse uma “escolinha particular”.

Não estou conseguindo lembrar quem era a chefe de seção, não lembro se tinha chefe de seção, acho até que não tinha. Era a Regina Maria Aparecida Maiello Alcoléa e a Maria Angela Del’ Cistia que eram supervisoras e coordenadoras do programa; tudo era com elas: as visitas, formação e acompanhamento.

Existiam as seguintes unidades:

Creche da Vizinhança 1 - Bairro Trujillo Rua: Armando Sallés de Oliveira em uma casa.

Creche da Vizinhança 2 - Rua: Comendador Oeterer (atualmente acho que é um abrigo, no final do cemitério, uma casa grande)

Creche da Vizinhança 3 – Bairro Vergueiro (atualmente é uma clinica perto do regional em uma esquina)

Creche da Vizinhança 4 – Bairro Santa Rosália (ao lado do SAAE), exclusiva para atender os filhos dos funcionários do SAAE, sobrando vagas estas era distribuída para a comunidade.. (trabalhei nesta creche em 1997).

Creche da Vizinhança 5 – Bairro Vitória Régia (atualmente CEI-80)

Creche da Vizinhança 6 – Avenida Dr. Afonso Vergueiro (localizava-se em um casarão, hoje, em frente ao Mac Donald's).

Creche da Vizinhança 7 - Bairro Parque São Bento (atualmente CEI-81).

Em agosto de 1.994, o meu primogênito nasceu e quando retornei da licença de maternidade fiquei trabalhando como colaboradora da diretora nas funções administrativas da creche. No ano seguinte em 1995 minha diretora a Profª Vanessa Alessandra Filipin Rodrigues, foi convidada para trabalhar na Secretaria da Criança e do Adolescente e eu tive a oportunidade de acompanhá-la para trabalhar junto à equipe técnica responsável pelas creches, durante os anos de 1994, 1995 e 1996.

Em 1997, voltei a atuar como agente infantil na Creche da Vizinhança IV - do SAAE e vivenciei importantes situações, pois iniciei o curso de Pedagogia. Conflitos se delinearam na minha reintegração na equipe, pois a equipe me via como “supervisora” enquanto eu procurava colocar em prática toda experiência e informação que havia sido a mim oportunizada enquanto “corpo técnico da secretaria” e os conhecimentos que estava adquirindo na universidade.

Embora as funções do agente infantil estivessem direcionadas aos “cuidados”, fiz parceria com outra agente infantil experiente e devido a minha prática nunca nos limitamos a essas ações. Desenvolvíamos projetos com cunho pedagógico, embora estas ações fossem atribuições aos docentes.

O ano de 1.997 foi um período bastante conturbado para rede municipal de educação de Sorocaba, pois o panorama político da cidade estava mudando devido à posse de um novo prefeito decorrente das eleições. Com a justificativa dada pelo governo de ser necessário um “ajuste fiscal” foram demitidos 200 agentes infantis que se encontravam em estágio probatório. Não fui exonerada na ação do novo prefeito pelo fato de eu não estar mais em estágio probatório. De um dia para outro as creches foram “invadidas” por estagiários dos cursos de magistério e pedagogia que “prestavam serviços” à prefeitura por meio de convênios de estágios remunerados. Foi uma relação muito estranha vivida com estes estagiários. As creches que até o momento contavam com professores atuando desde o berçário, passaram a ter um professor por período para coordenar os estagiários. Estes assumiram a responsabilidade dos “cuidados” das crianças e também para desenvolver ações recreativas com crianças em idade pré-escolar que permaneciam em tempo integral.

No ano de 1.998 e 1.999 trabalhei como professora volante em unidades de creches diferentes. Minha função era ajudar os estagiários a planejar e desenvolver projetos e atividades recreativas no período em que os alunos não estavam com as professora. Neste período a rotina das creches era organizada da seguinte forma: As crianças de zero a dois anos ficavam com os agentes infantis e os estagiários. A partir dos três anos as crianças eram acompanhadas por um estagiário e um professor. O atendimento para as crianças de quatro a seis anos era feito por um professor no período da manhã, que tinha a preocupação com o “pedagógico” e no período da tarde as crianças ficavam com um estagiário que atuava na parte recreativa. Para que estes professores não ficassem sem supervisão, havia um professor volante, como eu.

Atuei na Educação Infantil de 1994 a 1999 e 2000 a 2007 no Ensino Fundamental. Em 2008 a 2010 atuei como Orientadora Pedagógica.

A partir do mês de novembro de 2011 até nossos dias atuo como Supervisora de Ensino da rede municipal de educação.

Resgatando a minha história não me esqueço que vim de uma família nordestina, que arriscou sua vida aqui, tive "mestres" em minha família sem título acadêmico, mas que fizeram muita diferença no que sou hoje, educadora por paixão e escolha."

Entrevista III

Entrevistada: Profª. Regina Maria Aparecida Maiello Alcoléa

Data: 04/08/2015

Local: Rua: Coronel José Cavalheiro, nº170 – 8ºandar apto. 81

“Entrei na prefeitura em 1983, como auxiliar administrativo. Naquela época era a Secretaria da Saúde e Educação e havia somente uma única creche municipal, o CEI-58 “Profª. Dulce Pulppo de Oliveira Pinheiro” que pertencia à Secretaria da Promoção Social. Esta creche foi inaugurada em 1981 na gestão do prefeito Theodoro Mendes.

D. Ivone Castilho era chefe de divisão e queria alguém para trabalhar com a creche, neste período a creche era totalmente assistencialista. Fui convidada para trabalhar na Secretaria da Promoção Social, com a D. Ivone Castilho. O CEI -58 foi a primeira creche na Secretaria da Promoção Social que passou para a educação. A Dona Darci foi a primeira diretora.

Para creche da época, o CEI-58, era um bom prédio separado por fases, lactário, como é hoje. Infelizmente o pessoal que estava lá não tinha conhecimento sobre o que faziam. Muitos até sem escolaridade, só tinha uma professora por meio período que fazia atividades para todos.

Muitas vezes presenciei o trabalho na creche. Simplesmente, faziam o que uma mãe fazia na casa para seus filhos, brincavam, cantavam, contavam estórias, mas não tinham uma formação específica e conhecimento sobre o desenvolvimento das crianças. Elas tinham rotina de creche com as crianças.

Em relação do que vimos em muitas creches conveniadas o nosso atendimento no CEI-58 estava adiantado. O nosso modo de atendimento, era diferenciado, pedíamos relatórios e muitas tinham dificuldade em escrever. Visitávamos semanalmente e toda sexta-feira, havia reunião com a equipe e fazíamos muitos cursos, junto comigo foi convidada também a psicóloga Angela Maria Del Cistia.

Dávamos assistência, no sentido de como pensar o que seria necessário para o atendimento de creche. Fomos conversar com secretário da Profª. Mário Biasi, que autorizou fazermos um curso em São Paulo chamado “Creche Plan”. Ele queria uma diferença no trabalho da creche. Era um curso muito caro, mas trazia outra visão sobre creche que não era a de assistencialismo. Durante o curso visitávamos muita creche e fomos vendo a diferença que tinha nesta outra concepção de trabalho.

Quando terminamos o curso, pensamos em alguma coisa para implantar em Sorocaba mas neste período mudou o governo devido as eleições e Antonio Carlos Pannunzio foi eleito prefeito em 1989. A Profª. Maria Inês, primeira dama, estava diretamente ligada ao trabalho da D. Ivone devido a Promoção Social e ela começou a conhecer e visitar o trabalho nas Creches Domiciliares que pertenciam à Secretaria da Saúde e Promoção Social. Nós não cuidávamos das Creches Domiciliares era a Regina Márcia que cuidava.

Estas creches domiciliares eram nas casas da mãe crecheira nos bairros. Era vantajoso porque a prefeitura provia toda alimentação toda comida da semana fora a comida mensal, não sei como conseguiam...

Deste modo cresceu muito rápido este atendimento toda mãe que não podia trabalhar queria, pois cuidava dos filhos e de outras crianças, totalizando no máximo oito crianças na casa.

Quando a Profª Maria Inês passou a conhecer a realidade das creches domiciliares, achou não apropriado o tipo de atendimento, pois como educadora não concordava com algumas questões.

Como eu e Angela havíamos feito aquele curso em São Paulo, começamos a dar um enfoque diferente ao atendimento em creche as novas unidades que estavam sendo criadas. Neste período foram inauguradas pela Promoção Social, mais duas creches o CEI 59 "Eugênio Leite", em Brigadeiro Tobias e o CEI-60 "Anna Rusconi" Vila Jardini.

Com a necessidade de adequações à Constituição de 1988 no tocante ao atendimento infantil, a Profª Maria Inês levou eu e a Angela para a Secretaria da Educação e junto foram também as três creches CEI-58, 59 e 60. As creches domiciliares também foram não me recordo o número de quantas, mas Regina Márcia que era assistente social também foi para a educação, cada uma levou seu cargo de origem eu era a única que realmente pertencia a educação como Professor III. Ficamos mais ou menos um ano em uma situação instável, pois ainda não tinha saído concurso que ocorreu em 1991.

A ideia da Profª Maria Inês era construir creches em bairros onde já havia as Creches Domiciliares, como em Brigadeiro Tobias e ir eliminando conforme fossem sendo criados novos espaços.

Neste período tinha também as creches das entidades que recebiam "verbas" da prefeitura. As entidades eram "Cáritas Diocesano" no bairro Lopes de Oliveira, "OPAI Sagrada Família", "OPAI Nossa Senhora Imaculada da Conceição" no Largo do Divino. A OPAI tinha prédios também em outros bairros como Vila Rica e Mineirão. A Profª Maria Inês entrou no circuito e propôs as entidades que disponibilizassem o prédio pois a prefeitura manteria todos os custos como reforma e infra-estrutura em uma nova proposta de atendimento infantil. Profª Maria Inês contatava as entidades que possuíam convenio com a prefeitura e propunha para a prefeitura gerenciar.

Deste modo foram inaugurando as unidades CEI-61 "Yolanda Rizzo", prédio da Entidade Cáritas Diocesano, CEI 64-"Joana Simon Sola", prédio da OPAI, CEI-76 "Menino Jesus" no Bairro Mineirão e também prédio da OPAI o CEI-65 "Santo Agostinho"

Profª Maria Inês colocou professores nas creches desde o berçário ate as etapas de atendimento (1ª, 2ª e 3ª. Fases). As regentes maternas concursadas permaneceram e foram se especializando através de muitos cursos que a Profª Maria Inês promovia e incentivava os mesmos a cursar o ensino médio que muitos não possuíam. As regentes maternas que não se encaixaram no novo modo de atendimento das creches foram ocupando novos espaços

administrativos deixando as creches, pois eram concursadas. A partir daí só poderia trabalhar em creche professor e regente/agente infantil que tivesse 2º. Grau, por meio de concurso público. Administradores de Creche também deveriam passar pelo concurso público.

Lideramos toda implantação de creche na nova proposta educacional. Profª Maria Inês já havia falado que eu permaneceria na Secretaria da Educação. Passei como 1ª, colocada no concurso público e fui a 1ª. a escolher o CEI 63º Reynaldo de Alessandro no Paço Municipal. Como fui para a secretaria Vera Siveira foi para me substituir.

Quanto ao Programa Creche Vida, na realidade aconteceu o seguinte: a Profª Maria Inês foi para Curitiba conhecer um novo projeto onde os empresários compravam um carnê para ajudar com a disponibilidade das vagas.

Fui a muitas empresas com ela. Mas este projeto não vingou. O que aconteceu é que a Constituição Federal que dizia que a partir do número estabelecido na lei, a empresa tinha que ter a vaga para o filho do funcionário. As empresas pagavam pra entidades as vagas para estas crianças. As creches municipais não tinham este convênio.

A Profª Maria Inês foi tentar vender as vagas, lembro bem dos carnêzinhos, fez reunião no SPA São Pedro, com as mulheres dos empresários tentou sensibilizar, mas não resultou em nada.

Houve uma boa intenção para sensibilizar, mas a maioria dos empresários somente queriam cumprir a lei até os 3 meses de idade durante a licença de maternidade, somente com as conveniadas a proposta era de parceria, para construir com a prefeitura não deu certo.

Não ouvi mais falar se em Curitiba deu certo. Isto ocorreu na mesma época em que instalaram os terminais de ônibus, também uma experiência observada em Curitiba.

Profª. Maria Inês que já pertencia à área da educação voltou muito entusiasmada e com dedicação no projeto. Acompanhei muito a Profª Maria Inês neste período. Ela dedicou-se muito as creches e no Alfa Vida, foi um ganho para a educação, os prédios das creches eram bonitos, pois anteriormente ficavam a desejar...muitos prédios precisavam de reformas. A transferência das creches da Secretaria da Promoção Social para a Educação foi um "bummmmm". Sorocaba foi a 1º. município do interior em passar o atendimento assistencialista em creche para a educação e a Profª. Maria Inês fez isto.

Eu e Angela continuávamos na Secretaria da Educação acabou a administração do Pannunzio e entrou o prefeito Paulo Mendes, com o Profª. Artur de Secretário da Educação e Profª. Bramante secretário da Secretaria da Criança e do Adolescente.

Certa vez encontrei com a Claudete psicóloga, uma amiga que trabalhava com o Profª. Bramante. Neste encontro me disse que o professor ele precisava muito de alguém para um projeto de creche alternativa. O prefeito Paulo Mendes queria uma creche alternativa, pois na gestão anterior em 1987 ele

deu continuidade nas Creches Domiciliares implantada durante o Governo de Flávio Chaves, a primeira dama D. Norma se empenhou bastante na época.

Fomos eu e Angela conversar com o Prof. Bramante, ele nos atendeu individualmente. Fomos somente para saber o que ele pretendia, mas no final ele me escolheu para a Chefia de Seção de Apoio ao Desenvolvimento Educacional. Fui em março de 1993 para Secretaria da Criança e do Adolescente. Ele era muito rápido em suas ações e queria uma proposta de trabalho, um atendimento alternativo de creche.

Pensei naquela noite ...vou propor o aluguel de casas, a prefeitura adapta para creche de um modo rápido e sem construção. Se a prefeitura já autoriza as escolinhas particulares em casas adaptadas podemos também fazer. O Prof Bramante disse: _ Nossa é excelente essa ideia!!!!!!

Eu que implantei as Creches da Vizinhança enquanto estava lá. Selecionei as casas, as pessoas, os professores atuam e também os agentes infantis que pertenciam à Secretaria da Educação. Única diferença era um número menor de crianças e as casas adaptadas.

Na metade do ano de 1994 o Prof.º Arthur pediu exoneração e o Prof.º Bramante foi para a Secretaria da Educação e me levou junto com ele. As Creches da Vizinhança ficaram com a Secretaria da Criança e do Adolescente, e no lugar do Prof.º Bramante, ficou o seu assessor ocupando a pasta da secretaria, durante o governo de Paulo Mendes. O mandato do prefeito Paulo Mendes termina no ano de 1996 e no ano seguinte entrou o prefeito Renato Flauvel Amary após eleições.

Quando o prefeito Renato Amary assumiu o governo, ele extinguiu a Secretaria da Criança e do Adolescente. A equipe nomeada que estava na secretaria foi cada um para o seu cargo de origem e eu assumi a direção do CEI-30 "Maria Pedroso Belotti".

Com a nova administração, acabaram também as Creches da Vizinhança. A nova chefia, desta nova administração, era contra o tipo de atendimento. Eu acho que as crianças que eram da Creche da Vizinhança do Bairro Trujillo foram absorvidas pelo CEI 16 na Avenida Afonso Vergueiro. As crianças foram para as CEIs mais próximas de seus endereços.

O marco da transição da creche da Secretaria da Promoção Social para a Secretaria da Educação foi a Constituição, Federal de 1988 e a Prof.ª Maria Inês com sua predisposição. Ela teve determinação, "garra" e a Constituição Federal, impulsionou.

Hoje me encontro aposentada, mas sempre fui muito envolvida e motivada com o trabalho que desempenhei e nas secretarias em que atuei, tanto como chefia ou como diretora do Centro de Educação Infantil'.

Entrevista IV: Ursula Jacinto Medeiros

Data: 10/08/2015

Local: CEI-31 " Victoria Haddad Sayeg"

Rua: José Martinez Y Martínez, nº. 50 - Jardim Gonçalves

"Na realidade foi assim... quando foi passado para nós enquanto Secretária da Educação, que deveríamos atender todas as creches que o município tinha, inclusive de outra Secretária, a primeira ação foi visitar e conhecer todos os espaços para que pudéssemos planejar uma ação que tivesse coerência com as políticas públicas que é o atendimento de qualidade para nossas crianças. Feito isto, montamos uma comissão de supervisores de ensino, e eu mesma como Chefe de Divisão na época, fui à campo, fui conhecer as creches. Nas visitas percebemos que as casas que eram alugadas estavam fora do padrão de atendimento que tínhamos como referência de trabalho na rede municipal de ensino.

A partir daí, vimos, constatamos, vários espaços adaptados. Como se tratava de casas alugadas adaptadas para creche, estes espaços não eram apropriados, eram precários, não estavam de acordo com a proposta de qualidade que entendíamos... e também não apresentavam lugar adequado de segurança para as nossas crianças. Foi feito um trabalho muito bem pensado, no sentido de levantar os endereços das crianças, tanto os endereços das residências, como os endereços onde a mãe trabalhava, para que pudéssemos acomodar estas crianças nas unidades da rede municipal, ou seja, em nossas creches.

Como falei anteriormente, era uma questão de atendimento dentro de uma política pública com segurança e qualidade, principalmente pensando na criança que tem um tempo de oito a dez horas dentro de uma unidade. Para isto, tudo precisava estar dentro dos preceitos de espaço para brincar, para alimentar, para descansar. O que precisa ficar claro é que o nosso atendimento é a criança, e a educação prima pelo desenvolvimento pleno, uma educação integral.

Então fomos visitando as unidades... algumas tinham escadas perigosas... e outras unidades não acomodavam adequadamente as crianças entre outras questões. Visto isto, e tendo como foco a criança enfrentamos uma grande batalha porque nós mexemos na "zona de conforto" das mães... que desciam do ônibus na frente da porta da creche e pegavam as crianças. O que a gente ouvia as mães afirmarem era que o importante era atender as crianças, enquanto trabalhavam, não importava como.

Para nós que compúnhamos uma equipe de profissionais com responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento da criança, não podíamos deixar de ver o que fosse melhor para a criança...

A partir deste momento começamos a trabalhar para segurar as vagas que nos tínhamos em nossas unidades e guardá-las para estas crianças observando o endereço destas mães, repito, observando o endereço de residência ou de trabalho. Também na época nos tomamos à atitude de reformar e otimizar algumas unidades com recursos da Secretaria da Educação. Vou dar um exemplo que me lembro agora, o CEI-02, na Vila Santiana, funcionava de forma parcial e tinha uma defasagem de atendimento, não tinha muitas crianças. Investimos no CEI-02 para que tivesse uma reforma, uma adequação do prédio, para poder receber as crianças que estavam na Creche da Vizinhança da rua: Comendador Oelerer, que era um dos piores espaços das crianças. Cheguei para visitar este prédio e fui entrando...o que constatei, ninguém me contou, eu presenciei os fatos e vi ... não atendiam a criança com qualidade...não irei mencionar detalhes neste momento, mas posso te afirmar isto.

Compartilhei todas as visitas e os resultados com a Secretária da Educação Profa. Sheila Bovo e sua assessoria. Mediante as visitas, elaboramos um planejamento para atendimento das crianças. Guardávamos as vagas para as crianças em unidades próxima ao endereço de residência ou de trabalho da mãe. Otimizamos os recursos que a Secretaria da Educação dispunha empregando em reforma, ampliações, adequação dos prédios, para poder receber estas crianças e assim foi que ocorreu.

Foram inúmeras unidades, fizemos estudo de todas as creches que poderiam receber a criança, na realidade foram muitas, mandávamos para a direção da unidade a lista das crianças e os respectivos endereços e conforme surgiam vagas automaticamente a criança era chamada. Muitas vezes a ampliação era mesas, cadeirinhas, móveis então dispomos dos recursos que tínhamos para ampliar o atendimento dentro dos padrões. Foram inúmeras unidades algumas maiores como CEI-07 Santa Rosália, CEI-08 Vila Progresso. Tínhamos muito claro que esta medida geraria polêmica, porque politicamente falando, é interessante ampliar vagas, não importa como.

Nós primamos por um atendimento de qualidade e eu particularmente estive em muitos lugares, não só nas visitas "In loco" da Creche da Vizinhança, mas estive na Câmara Municipal, que na época era na rua: Dr. Brigadeiro Tobias, enfrentando "os leões"... muitas mães foram com caríazes reclamando!

Nós não fechamos as creches, não deixamos as mães sem creche em nenhum momento. Fizemos uma reunião em cada local, foi bem esclarecedor, fui a cada local fazendo reunião com os pais das crianças, esclarecendo que haveria uma mudança gradativa e para melhor prezando o atendimento de

qualidade para nossas crianças, que isto iria acontecer onde houvesse vaga próximo ao endereço de residência ou de trabalho iríamos sim, atender a criança. Os pais receberiam uma carta, faríamos contato, receberiam informação onde a criança deveria ser atendida. Deixamos claro que as Creches da Vizinhança não seriam fechadas enquanto não atendêssemos todas as crianças com um atendimento de referência de trabalho.

Mesmo assim com todo este cuidado e com toda essa organização nós sofremos um movimento contrário porque entrou na "zona de conforto" dos pais e então acionaram a mídia, rádio, televisão, a Câmara dos Vereadores, então nós sofremos ... posso dizer, que fui nestes lugares e dei a "cara pra bater" para esclarecer e deixar bem claro que nosso foco era a criança. Posso dizer para você que foi um processo árduo, difícil e que gradativamente fizemos isto, conseguimos atender todas as crianças que estavam matriculadas na Creche da Vizinhança, só fechamos as portas das Creches da Vizinhança quando conseguimos atender todas estas crianças nas unidades da rede municipal de ensino.

No final depois de todo este grande desgaste que envolveu Câmara Municipal, mídia, algumas mães me procuraram para agradecer pessoalmente, só que daí não procuraram a mídia (risos)... quando elas entraram na creche CEI-02 e viram toda a estrutura que era oferecida para a criança, desde o prédio, a estrutura física, a questão da alimentação, com uma equipe de funcionários, profissionais qualificados, dentro da rede municipal de ensino, vieram agradecer no particular. Foi justamente o grupo da Rua: Comendador Oeteer que mais brigou. Ficaram gratas porque conseguiram identificar a diferença no atendimento. Por mais que eu falasse isto no começo elas tinham medo, insegurança e fizeram movimento contrário.

Pois bem, achei que isto foi algo muito positivo, foi um marco, um divisor de águas porque paramos de ter atendimento em casas, atendimentos precários para ter um atendimento conforme estabelece a legislação a política pública vigente que é o atendimento à todas as crianças com qualidade tendo a legislação nos amparando, o espaço físico de acordo com os metros quadrados por criança, profissionais qualificados de acordo com a LDB, enfim isto foi um avanço, um salto qualitativo falando-se em infância, falando-se de criança e principalmente falando-se em direito da criança.

Isto precisa ficar muito claro, porque nós quando vamos desenvolver um trabalho nosso objetivo é a criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê isto. Primeiro, a creche não é só de mães trabalhadoras, a creche é um espaço com direito a um desenvolvimento pleno e educacional... claro que não existe ainda a universalização deste atendimento, porém nós temos que sempre trabalhar visando a garantir estes direitos de todas as crianças... Olhando a criança enquanto um ser em desenvolvimento, com direito à saúde,

ao lazer, a educação, enfim a um desenvolvimento pleno e harmonioso para que sejam pessoas felizes, bem integradas ao mundo podendo realmente ser sujeitos.

No final nos sentimos realizadas, foi um processo árduo e doloroso isto eu gostaria de deixar registrado ...quando a gente trata de política educacional, a gente tem que ter coragem, e quando se tem coragem a gente tem força de enfrentar as adversidades, porque temos um foco a política educacional. Vejo o que pode comprometer esta condição favorável e quando se trata apenas de política partidária, porque na época se pensássemos em política partidária não era positivo fechar aqueles espaços, porque se eu fecho espaços tenho um número menor de vagas porém como tínhamos o compromisso com a qualidade e não a quantidade, e com a política educacional quero também aqui mencionar que as lideranças da época foram firmes a nossa Secretária de Educação Municipal Profa. Sheila Bovo e seus assessores nos sustentaram politicamente e partidariamente para fizéssemos o que precisava ser feito.

Creio, em minha experiência de vida, o que precisa ser feito muitas vezes não é ... As pessoas querem mostrar dados e não prezam como atendimento as crianças. Acho que é isso... tivemos coragem em passar por um período difícil, mas foi recompensador quando vimos todas as crianças bem atendidas porque o que eu vi, presenciei, no início, não poderia acontecer mais."

Entrevista V

Entrevistado: Prof. Neide Terezinha Mello

Data: 24/08/2015

Local: Bistrô Padaria Real/ Av. Engenheiro Reinaldo Mendes, Sorocaba-SPaulo.

"Entreí trabalhar na Prefeitura de Sorocaba em agosto de 1979, durante a gestão do governo do prefeito José Theodoro Mendes, o secretário da educação era o Prof. Luiz Marins.

Nesta época eu trabalhava como assessora do Prof. Marins nos CECOPEs (Centro de Convivência do Pré Escolar), que foi um projeto ousado, de baixo custo com dois professores, uma merendeira, um porteiro, e a colaboração da comunidade. Sabíamos que com o tempo haveria pressão dos pais sobre o governo municipal para conseguir a construção de escola, pois o governo municipal, precisava construir escolas, mas o custo era muito alto, ficava muito caro. A saída dada pelo secretário foi então de construir escolas de uma maneira mais barata e assim iniciou-se o atendimento com CECOPE 1 na Av. Juscelino Kubitschek, com o CECOPE 2 na Avenida Perimetral (atualmente Av. Afonso Vergueiro antigo CEI-16) e o CECOPE 3 no Centro de Esportes Dr. Pitico.

Eu representava o projeto do CECOPE (Centro de Convivência do Pré-Escolar) cujo atendimento era para crianças de 4 a seis anos. Recebíamos pessoas para conhecer o trabalho, mas alguns professores não gostavam e muitos diziam que não era escola de verdade. As diretoras de EMELs tinham preconceito com os CECOPEs, era um ataque pessoal, não era interessante para eles fazer dar certo ... O Prof. Marins tinha uma visão aiém do seu tempo, e eu entrava na dele, envolvia –me plenamente com o trabalho, para mim era natural e espontâneo. O Prof. Marins gostava do meu trabalho.

No início as crianças não tinham uniformes, e adotamos o mesmo uniforme das EMELs. A rotina era difícil, tínhamos que dominar a comunidade, cada mãe queria fazer de um jeito, cada uma queria dar merenda primeiro para o seu filho. Era quantas mães quisessem trabalhar não tinha número certo, eu nem sei como administrava tanta gente, tinha um rodízio muito grande de crianças.

A equipe de assessoria dos CECOPEs acabou extinguindo por uma série de motivos e nesta época não tinha creche municipal, então tiveram a ideia de fazer a creche no bairro Maria do Carmo, mas não tinha nada, nem casa, nem o Centro Esportivo, quando chovia causava enchente.

Creio que ele inaugurou na metade do ano, em julho de 1981 a Creche "Prof. Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro", hoje CEI-58, localizada no Jardim Maria do Carmo. Nesta época não havia a numeração era somente o nome da escola e também não era vinculada à educação, era vinculada à Secretaria da Promoção Social. O Prof. Marins colocou o irmão dele para tomar conta da creche, como administrador de creche o Sr. José Carlos Marins, o "Zefra". Mas o "Zefra" não permaneceu na creche e o Prof. Marins que reconhecia meu trabalho, muito mais que eu mesma... me colocou como administradora da Creche no Jardim Maria do Carmo. Em 1982 Prof. Marins fez o convite para eu ir para creche, como administradora da creche.

Esta Creche era "a menina dos olhos", do prefeito Theodoro Mendes que queria alguém de confiança para administrá-la. Lembro que o terreno foi doado pela família Mendes e não tinha casas como agora, era só mato...então o

Prof. Marins acabou por me convidar para atuar como administradora de creche.

Na creche tinha eu administradora, as "pajens... lembro que usavam um uniforme "verdinho" todas elas, mas não tinham formação nenhuma.

Passei a trabalhar oficialmente seis horas, mas nunca trabalhei somente este horário na minha vida, sempre oito horas, porque é o ritmo de creche. As vezes sete horas da noite estava entregando crianças nas casas que a mãe não vinha buscar, pegava o endereço eu e o "tio" o porteiro entregávamos na casa. O endereço era em "fichinhas" sem muitas informações, não tinha ficha de criança(prontuário) não tinha ficha de matrícula como hoje.

A Creche era interligada com o posto de saúde. Se hoje tem "problema com a merenda" naquele tempo os funcionários, médicos do Posto de Saúde, todos comiam na creche... Era assistencialista, chegou um ponto que não tinha mais onde por criança, porque era vaga para todos... os funcionários da prefeitura queriam as vagas para seus filhos, eles tinham vagas garantida.

Havia uma perua Kombi que passava na casa dos funcionários, tinha um roteiro, pegava as crianças... imagina !!! uma perua com nenês, deitadinhos no banco, sem "cadeirinhas", sem "cuidadora", nada como é hoje...

Muitas vezes a criança voltava com a mesma fraida do dia anterior, era fraida de pano, a mochila a mãe não via, voltavam do mesmo jeito que iam embora ... As crianças chegavam outro dia e tínhamos que dar banho, precisávamos ir atrás da mãe, localizar o setor que a mãe trabalhava quando eram essas mães que trabalhavam na prefeitura, mas, algumas trabalhavam como domésticas e algumas nem trabalhavam.

Muita gente tinha vindo da região norte do País para trabalhar nas indústrias. Lembro que tinha uma mãe que trabalhava na LINHANYL, deixava duas crianças na creche e a irmãzinha quando saía da aula ficava rondando a escola à tarde para ver os irmãos até que um dia fui conversar com ela e fiquei sabendo que ela não tinha comida, vinha da escola e ficava preocupada em buscar os irmãos, como ela não sabia horas ela ficava andando em volta da escola. Então o que fiz, coloquei esta criança para dentro da escola. Era mais seguro, ela comia e como era maiorzinha ajudava a "cuidar" dos outros, porque a creche era totalmente "assistencialista".

Conforme aumentava o número de crianças, eu mandava ofício para a prefeitura solicitando mais funcionários... só que eram os funcionários que não davam certo em outros setores como posto de saúde, recursos humanos, secretaria de obras que mandavam para lá, pessoas sem formação nenhuma sem preparação!!!!

Então sentei com a Dona Ivone Castilho Chefe da Promoção Social e o secretário Renato Biazzi, da Promoção Social e solicitei professoras para trabalhar na creche, eu achava um absurdo porque não tinha nada educacional para a criança, não tinha nada eles ficavam lá ... as crianças não tinham rotina... eu achava um acúmulo de criança, era desumano, ficavam sem atividades, as crianças iam lá apenas para comer !!!! tinha que ter algo pedagógico !!!! tinha que ter atividades para desenvolver ...

Dona Ivone designou duas professoras uma para período da manhã e outra período da tarde. Como eu tinha curso de pedagogia, orientação e também especialização em pré-escola sentei com as professoras e fizemos um projeto pra trabalhar... estabelecemos uma rotina e estipulamos horários de

entrada na creche. As mães não tinham horário para levar as crianças cada uma agia conforme achava melhor para elas.

O berçário era separado, mas as demais crianças ficavam todas juntas, não eram separados por idade, na hora de dormir eram todos juntos, alias uma coisa que eu brigava demais era separar porque tinha criança que fazia xixi, era fralda de pano nesta época... Fiz todo trabalho em distribuir as crianças conforme a idade, berçário, os maiorzinhos, dos que andavam... Eu tinha uma funcionária bem atuante, fizemos uma parceria muito boa... Ah! Me lembro também que a creche recebia a visita semanal de um médico Dr. Ary Juvenal Salzano, que ia ate a creche com uma enfermeira e consultava as crianças, quando estas precisavam de exames pediamos no posto ao lado da escola.

O fato de não receber mais criança pois a creche estava lotada, começou a incomodar muitos que queriam vagas e então passei a criar "problema". Meus officios passaram a ser direcionados todos para o prefeito Theodoro Mendes que por sinal é um exímio professor de português, ele corrigia meus officios e eu retornava com bilhetinhos "professor já corrigi, mas gostaria que o Sr. lesse como prefeito !! Olha que topetuda !!!! eu não faria isto hoje !!!!

Mas eu tinha uns trinta anos e um ideal !!!! queria um melhor para crianças !!! eu saí muito pelo bairro pois tínhamos famílias e crianças com diversos problemas e eu corria atrás, eu queria psicólogo, eu ia à procura. Por minha conta fui conhecer creches em São Paulo, em Campinas, creches que tinham cunho pedagógico que não eram assistenciais, nem vinculadas a Promoção Social, fui pedindo transporte para poder ir... fui descobrindo não sei nem como porque na época não tinha internet, fui me infiltrando!!!

Saía muito tarde da creche... muitas vezes ia levar as crianças até suas casas... porque alguns familiares esqueciam de buscar... eu sofria com aquilo... Eu tinha um amor muito grande pelo que fazia. Acima de tudo eu tinha um idealismo muito grande !!!! Uma vontade muito grande de mudar !!! Sempre acreditei na educação !!!

Em 1985, fui aprovada em 1º lugar no concurso para direção, não queriam que eu saísse da creche, mas eu tinha prestado concurso e fiquei em uma dúvida se iria para educação ou permanecia na promoção social. As mães começaram elogiar, os funcionários, os médicos do posto de saúde... e fui para a secretaria da educação, como diretora do CEI-05 no bairro Barcelona.

Como diretora no CEI -05 Barcelona, minha atuação resultou em desconforto. Por um lado as professoras eram resistentes as mudanças, estavam acostumadas com o mesmo tipo de trabalho e por outro eu querendo inovações com outra mentalidade, foi difícil para ambas as partes.

Com a remoção fui para o CEI-04 Vila Angélica, e lá incomodei muita gente !!! pois não concordava com o maneira de trabalho!!! Eu era nova com outras ideias e comecei a tirar muita gente da "zona de conforto", ocasionando um período difícil em minha vida profissional, com muita pressão por parte de algumas pessoas. Mas graças ao meu trabalho realizado com seriedade e responsabilidade fez com que lideranças da época lutassem a meu favor, lembro-me que neste período os partidos de governo municipal, tiveram divisões, mas o meu lado profissional e político pescu ac meu favor.

Mesmo com toda minha experiência profissional fui afastada e comecei a trabalhar na Casa da Cultura, trabalhei no administrativo.

Duas pessoas que não posso deixar de mencionar e que me ensinaram, fizeram eu sair do óbvio, ver outras possibilidades na vida foram: uma foi Prof. Luiz Marins e a outra o meu chefe na Casa da Cultura o Jornalista Geraldo Bonadio, na época eu era sua assessora.

Em 1989, fui para a direção do CEI 17, depois fui para supervisão de ensino e em 1997 pedi para deixar o cargo e voltei para a escola como diretora. O meu modo de ser incomodou a muitos colegas e políticos da época e isto me causou problemas de saúde e acabei sendo readaptada na oficina pedagógica... Quando olho para trás vejo que fui muito destemida. Briguei com "gente grande"...

Hoje tenho a honra de falar que sobrevivo do meu trabalho, tive o privilégio de trabalhar com profissionais éticos, responsáveis, pessoas com outras visões de mundo e isto contribuiu para a minha carreira profissional e minhas experiências pessoais de vida."

ENTREVISTA VI : Regina Márcia Antunes Varca
Dia: 09/09/2015
Local: Rua:Henrique Lambertini, nº239 apto 11- Jardim Emília- Sorocaba
Sobre o Entrevistado:

"A creche domiciliar nasceu praticamente assim : no governo do prefeito Flávio Chave. Naquela época só existia uma creche convencional e havia necessidade de ampliar o atendimento de creche em virtude das mães que começaram todas a trabalharem fora e não tinham onde deixar as crianças.

Então, Flávio Chaves tinha visto esta experiência em São Paulo, tinha tomado conhecimento da existência , e começou a procurar pessoas que fossem capacitadas em creches para poder implantar o sistema em Sorocaba.

Inicialmente eu achava que era creche convencional, mas depois tomei conhecimento que este novo sistema, que atendia nas casas das pessoas, chamava-se Creches Domiciliares. e era isto que ele queria implantar devido a impossibilidade financeira de estar construindo prédios para creches convencionais.

Soubes-se então que tinha uma casa vazia no bairro Guadalajara, de uma senhora que se chamava Maria Leite, ela perdeu a casa por falta de recursos, a casa era em um núcleo habitacional. Era uma casinha popular, bem pequena, dois quartos sala cozinha banheiro, acredito que dava em torno de uns 50 a 60m², não mais que isto.

Ela não tinha filhos, ela era muito conhecida no bairro, uma pessoa muito querida, gostava muito de crianças e perdeu a casa, por problemas financeiros. Esta casa estava desabitada e serviu como recurso disponível.

A sede das Creches Domiciliares foi neste núcleo habitacional que era no Jardim Guadalajara. Neste núcleo é que começou a creche domiciliar ... com 8 crianças, o primeiro núcleo domiciliar.

Selecionamos uma crecheira e fomos ampliando nesse bairro, para 10 crecheiras. Então começou assim: eu que era a responsável pela coordenação do projeto... eu sou assistente social, porque até então as creches eram um equipamento social, eu era uma assistente social da Promoção Social.

Era feita a seleção da crecheira nessa sede e a seleção era composta assim: a gente chamava a pessoa, e primeiro a gente fazia uma observação da pessoa como se comportava dentro do bairro, se ela tinha perfil se a pessoa era idônea, boa, íntegra para que pudesse ser mãe crecheira, Após esta pesquisa

preliminar ela vinha para sede, nós fazíamos uma entrevista com ela, víamos o perfil da pessoa, se adaptava a este tipo de atendimento, e fazíamos uma visita domiciliar para ver se a casa da pessoa era compatível em aspecto de higiene, espaço físico e se tinha condições de abrigar as crianças e não tinha uma família muito grande. Porque se ela tivesse uma família muito grande ela não poderia ser mãe crecheira. Dava preferência quem tivesse no máximo dois filhos pequenos, as casas eram muito simples porque eram todas do núcleo habitacional, quase todas iguais. Então selecionávamos a mãe.

Começavam as inscrições para as crianças e eram divulgadas no mesmo bairro, porque atendíamos as crianças do bairro.

As mães crecheiras, nós a chamávamos de Crecheiras Domiciliares. O projeto "Mãe-Crecheira" era em São Paulo o nosso tinha outra denominação, o nosso era "Crèche Domiciliar", "Crecheiras Domiciliares", Monitoras Domiciliares e Administradoras de Núcleos, assim que era composta nossa equipe.

Tínhamos a coordenadora pedagógica e tínhamos uma nutricionista. A nutricionista era a Iris Pollini, que era da prefeitura, as outras pessoas elas eram funcionárias autônomas, registradas como autônomas, com exceção das coordenadoras que eram funcionárias da prefeitura, o resto da equipe eram contratadas como funcionárias autônomas.

Esse pagamento é uma coisa interessante de mencionar era feito assim: a prefeitura repassava o dinheiro para uma entidade assistencial que era a Casa Transitória André Luiz e esta entidade assistencial era que pagava este pessoal, praticamente todas eram prestadoras de serviço para a Casa Transitória André Luiz... porque a prefeitura não tinha como vamos dizer... bancar todo esse pessoal registrado, em carteira, porque o custo do projeto ficaria muito alto, não teria como manter, para que fosse possível o projeto atender todos seriam autônomos e recebiam por RPA-Recibo de Pagamento de Autônomo. Todos recebiam assim... O projeto era viabilizado através da Casa Transitória André Luiz, que na época o presidente era o Sr. José Luiz que ele, quando soube do projeto se sensibilizou e ofereceu a Casa Transitória para fazer este repasse.

Então, por exemplo, nós prestávamos conta da verba recebida pela Casa Transitória André Luiz e a Casa Transitória prestava contas para a prefeitura, a entidade era um vínculo com a Promoção Social, era assim que era feito o repasse de verbas.

Nós começamos o projeto com uma mãe crecheira e chegamos a dez no bairro Guadalajara e depois chegou a 12 bairros, num total de 1200 crianças.

Os bairros eram Jardim Guadalajara, núcleo inicial, Vila Gomes, Jardim Real, V. Formosa, Itanguá, Jardim Lilú, Vila Sabiá, Jardim Novo Mundo, Vila Formosa, Vila Gomes, Nova Esperança e Luciana Maria.

Estes eram núcleos e todas as sedes eram espaços cedidos pela comunidade ou por algum equipamento social. Vou dar um exemplo: na Vila Sebiá o Rotary Clube tinha uma sede que eles faziam clube de mães e outras coisas... então fomos conversar com o responsável e eles nos cederam, inicialmente, uma sala dentro desta sede social, depois com o tempo eles viram que foi crescendo o projeto, e eles foram nos cedendo espaços. No final cederam a casinha inteira, era uma casinha pequena porque era casa de núcleo habitacional que existia em todos os bairros. Vila Sabiá atendia Vila Romão e Zacarias

Vila Gomes, por exemplo, era o Lions Clube a gente divulgava o trabalho e com isto conseguia conquistar o espaço, contávamos sobre o projeto eles se sensibilizavam e cediam. Eles também tinham o clube de mães onde ensinavam costuras e outras coisas, e foram cedendo salinhas, no final o Lions Clube que ficou dentro da Sede das Creches Domiciliares, inverteu... nós ficamos donos do espaço, porque praticamente trabalhávamos também com as mães e eles foram cedendo...

No Bairro Luciana Maria era a SABs- Sociedade de Amigos de Bairros que tinha um espaço falamos com a comunidade e a SABs cedeu a casinha e criamos a Sede. Todos os bairros tinham uma sede, e todas tinham uma administradora de núcleo e todos os núcleos tinham as monitoras domiciliares. Então funcionava assim: tinha a seleção da mãe crecheira desde a pessoa, o perfil, a casa, a família, colocávamos 8 ou 9 crianças conforme a capacidade e as crianças tinham idades diferentes de 0 a 6 anos e nove meses. Porque com 7 elas iam para escola e nenhuma família tem criança da mesma idade. Era muito trabalhoso, tinha várias idades 2, 3,4 até 6 anos, não separava irmãozinhos, trabalhávamos 24 horas no ar... Mesmo nenêzinhos ...tinha um nenêzinho que vinha com 2 meses, a gente procurava que a mãe desmamasse, mas alguns conforme a situação nos pegávamos...

Tinha uma rotina pré-estabelecida eles chegavam e todos recebiam café da manhã, quando chegava às dez horas recebia uma fruta ou gelatina, uma coisinha assim... depois o almoço todos dormiam, nós tínhamos colchonetes para todas as

crianças. Todas as mães crecheiras tinham colchonetes. A gente tinha que pensar até nisso em um espaço que coubessem os colchões na sala, ou no quarto, todas as crianças dormiam depois tomavam o lanchinho da tarde das 16:00 às 17:30 horas tomavam uma banho, uma sopa e iam embora. A mãe vinha buscar e para ir embora; todos tomavam banho.

Então a procura era muito grande...toda mulher queria ser mãe crecheira e toda mãe queria pôr a criança nesta creche. Nós tínhamos as monitoras domiciliares que faziam visitas de casa em casa. Geralmente nós tínhamos 2 ou 3 por bairros, eles supervisionavam toda a rotina básica e supervisionavam o cardápio porque o cardápio era estipulado pela Irís da prefeitura.

Toda a alimentação era enviada na segunda-feira na casa das mães-crecheiras, a fruta, a verdura, o ovo, a carne, tudo isto, toda segunda-feira era feita a distribuição de casa em casa. Distribuía toda essa alimentação perecível na segunda-feira e uma vez por mês toda alimentação não perecível, arroz, feijão, óleo, açúcar, café, Nescau, tudo o que a criança tomava leite em pó. As mães-crecheiras tinham que manter a limpeza da casa, digamos assim... quando precisavam ir ao médico, a monitora ficava na casa durante o período que ela iria ao médico...não podia faltar...pois recebia as crianças...A monitora se organizava para ir a casa enquanto a mãe-crecheira iria ao médico ou para resolver algum problema particular, a monitora ficava este período, para que pudessem sair

As monitoras faziam relatório diário, visitavam todos os dias as casas, em média 4 casas cada uma. Chegavam na casa, davam uma atividade pedagógica para a criança e observavam tudo o que estavam fazendo. O horário das monitoras era imprevisível, tinha dia que a visita era no horário de almoço, tinha dia que era para pegar o lanche, jantar ou banho... era para dar uma supervisão !

As atividades pedagógicas que elas davam eram preparadas pela orientadora pedagógica, que nós tínhamos no começo, a Gisele e a Bete, que trabalhavam conosco e faziam as programações semanais.

Nós dávamos o que a criança não tinha, por exemplo, se ela não tinha roupa, nós pedíamos e a Sueli Chaves que era na época a primeira dama, era muito envolvida, ah! Quando precisávamos, por exemplo, de remédio para matar piolhos ligava pra ela e já via quem iria dar, com dar e tudo isso socorria...resolvia!!!

Todas as crianças tinham o seu cobertorzinho, travesseirinho e colchonetete para dormir, então era assim que era feito.

Se a criança ficava doente, passava mal, nós tínhamos uma condução, uma Kombi, e um motorista muito envolvido chamado Sr. Juvelino, que era assim um "anjo da guarda", dizíamos: - Sr. Juvelino precisa levar a criança doente ou precisa buscar lá no Bairro Luciana Maria, cu não sei aonde, ou no pronto socorro, que a criança está passando mal...lá ia o Sr. Juvelino, correndo...e ajudava... tem uma criança aqui sem remédio precisa tomar, que a mãe não trouxe!!! lá ia o Sr. Juvelino comprar na farmácia...

Bem as mães não pagavam, a creche era gratuita, mas todas as mães passavam por uma entrevista social e pedíamos uma contribuição de acordo com o que ela pudesse... se estava empregada, se o marido estava empregado, se não estava... esta contribuição podia ser por exemplo um real, não lembro o dinheiro da época, mas à todas pedíamos que contribuíssem.

Eu tinha muito assim, na minha cabeça... que a pessoa que contribuía com alguma coisa, que colaborava, tinha o direito de reclamar, o que não estava bom, o que não estava certo e tudo...e quando você dá uma coisa digamos uma "esmola" a pessoa não dá valor, acha que não pode reclamar, diz não estou dando nada!!!

Então tínhamos essa concepção e realmente, as mães sempre que podiam ajudavam e a gente via assim que era uma coisa prazerosa de dar... ninguém falava: - ah! A senhora deu ! Não!! elas davam com prazer...um pouquinho ou muito no dia combinado elas vinham trazer e essa contribuição que a gente recebia juntava-se uma "caixinha", que a gente dizia...

O dinheiro voltava todo para criança assim... para fazer os aniversários, as festas, comprar presente para o dia das crianças, essas coisas... assim para a criança, ninguém era obrigado a dar... mas se a mãe achava que a creche valia alguma coisa que elas contribuíssem e sempre contribuíram.

Muitas às vezes, essa contribuição virava em remédio, leite, ou alguma necessidade, tudo que precisasse e que não poderia contar na prestação de contas, comprava com esta "caixinha".

Fora isto, nós tínhamos as reuniões semanais, em cada núcleo com a administradora de núcleo, em todos os bairros... era uma coisa muito bonita !! era

bonito de ver !!! As mães crecheiras vinham com suas crianças, andando porque era muito próximo do núcleo, traziam todas as crianças...

Uma vez por semana a administradora do núcleo fazia uma reunião com as crecheiras domiciliares. Ali elas colocavam as dificuldades, o que estava faltando o que não estava qual o problema de uma criança, por exemplo, uma criança que a mãe não trocava a fralda do jeito que ia embora, voltava no outro dia, tudo isto era colocado nesse momento.

As crianças ficavam todas brincando com as monitoras, todas as crianças juntas, porque as crianças precisavam também ter uma interação social entre elas. As monitoras davam atividades, músicas, todas aquelas coisas de creches...enquanto as administradoras faziam esta reunião com as mães crecheiras para que elas também... vamos dizer assim... interagissem , trocassem as dificuldades do que estava acontecendo, troca de experiências, o problema de uma serviria para outra.

Depois de um tempo, quando ainda estava sozinha no projeto, veio outra assistente social trabalhar comigo, uma pessoa com um perfil maravilhoso, foi uma coisa assim...um casamento feliz...até hoje somos amigas, ela chama-se Ana Zenaide Longuevitis. Então daí nós duas que coordenávamos tudo, porque 12 núcleos para você coordenar era um trabalho!!!

A gente dividia, enquanto uma, ficava na sede para dar suporte , a outra com a condução disponível, percorria todos os núcleos para ver o que estava acontecendo, o que estava precisando, com é que era...

Pegamos tudo aquilo, como a gente dizia não era da prefeitura era nosso !!! e ela também com este espírito que era dela !!! Fizemos aquilo virar do avesso !!!

Tivemos muito apoio, muita autonomia, inicialmente era a Dona Ivone que era a nossa chefe, ela era Chefe de Divisão de Promoção Social, pois a creche pertencia à divisão dela. Ela dava todo apoio, toda assistência, foi uma chefe especial, minha amiga até hoje, amo de paixão !!!!!

Quando foi para a educação, com a mudança, estavam exatamente assim 1200 crianças. Então a creche tornou-se um equipamento educacional.

Mas as crianças nas creches domiciliares nunca ficaram em momento algum sem uma assistência educacional, com orientação pedagógica que acompanhava o currículo educacional, elas tinham um programa para a criança !!! Ela seguia

exatamente a linha do que as crianças aprendiam em escola regular, nossas crianças aprendiam também...

Nossas crianças eram divididas em maternal I, maternal II, jardim, era dadas atividades de acordo com a idade da criança, o que era muito complicado...ora o tempo das atividades de mimeógrafos, rodavam as atividades por idade e para as crianças menores, tudo o que era lúdico, como se fosse realmente uma escola regular.

E quando foi essa passagem e Maria Inês entrou, em 1989, a creche tornou-se equipamento educacional e não se encontrava mais como no nosso caso equipamento social.

Fora isto também aconteceu o seguinte: a Lei empregatícia passou a considerar que um funcionário que trabalhava por tantos anos em uma função só, com horário determinado ele não poderia ser autônomo a vida inteira, então apareceu esta questão de que nós nesta época tínhamos mais de 100 autônomos, com toda equipe 120 funcionários eram autônomos, prestavam serviços para uma mesma entidade, com horários fixos. Isto começou a dar problema, e foi preciso repensar porque se não todos teriam que se tornarem funcionários públicos.

Não poderiam se tornar funcionários públicos porque todos não eram concursados. Então ficou um empasse em duas situações na empregatícia e na situação da legislação da educação.

Começou então a desfazerem as Creches Domiciliares e a pensar nas Creches Convencionais... então a Maria Inês veio com esse "pique" todo, envolvida em fazer os equipamentos de creches tradicionais.

Então houve uma mudança radical e na época aquilo mexeu muito comigo...e como ficaria esse pessoal...120 desempregados...foi uma situação muito difícil...principalmente para a gente que era muito envolvida...

Eu conversei com a administração da prefeitura e falei vocês não podem despedir todas estas pessoas!!!! Ai justamente nesta época foi feito um concurso, foi chamado todo o pessoal de creche domiciliar e eu e a Ana preparamos as pessoas para poderem prestar o concurso para poderem ser aproveitadas como funcionários municipais e poderiam trabalhar como merendeiras ou no administrativo, teriam capacitação para encaixarem-se no que fosse !!! Então começamos a preparar este pessoal, para não ficar os 120 desempregados...

As crianças passaram para as PEMSOs, não me lembro de nomenclatura...mas passaram para estes equipamentos no bairro e assim ia desfazendo a creche domiciliar...

Mas as pessoas que trabalharam por tantos anos, não sei talvez uns doze anos, não poderiam ficar sem direito a nada...o autônomo não tem direito!!!

Não me lembro direito a nomenclatura, mas só tinha uma creche a do bairro Maria do Carmo cuja Darci era administradora, era a única creche convencional.

As crianças foram redistribuídas nas PEMSOs, as crecheiras, as monitoras, todas sem emprego, foi uma situação muito difícil. O 13º a prefeitura conseguiu pagar mas, o resto elas não tinham direito à nada. Fazíamos um esquema de férias, se não elas não aguentavam, com as crianças, era muito difícil a administração por elas serem autônomas..

Muitas não quiseram fazer o concurso da prefeitura e outras conseguiram tornar-se funcionário público o que foi para a gente uma vitória, uma alegria quando elas conseguiram !!!

Eu não lembro bem, mas parece que na época do concurso, quem já trabalhava tinha tipo de um bônus... que foi considerado no concurso, conversamos com prefeito da época para que ele se sensibilizasse e ele concedeu também esse direito. As que passaram tornaram-se funcionárias públicas.

E assim a creche foi se desfazendo, as crianças redistribuídas e assim aconteceu. Um projeto na época embora Domiciliar teve pouquíssimas falhas, todas as pessoas que se envolveram, tiveram envolvimento emocional e eram comprometidos, pois se não fossem comprometidas não ficavam.

Era fácil, fazer a mudança, porque a mulher muitas vezes não podia trabalhar fora porque tinha criança e não tinha com quem deixar... e isto era um trabalho dentro da própria casa, não precisava sair da casa, recebia um salário, tinham pessoas que queriam ser, muitas pessoas...

Tínhamos que ver a parte da alimentação se não era desviada para a família, e não era usada pela criança, tinha que fazer uma avaliação sócio-econômica da família para ver se a família ela tinha meios de subsistência sem aquele trabalho...porque de repente a alimentação e materiais de higiene viravam para a família...era uma fiscalização enorme...e as mães tinham consciência disso...a avaliação inicial era muito transparente, nos dizíamos que a mesma facilidade que

tinhamos para contratar tínhamos para despedir porque eram autônomas porque não tinham vínculo. Qualquer coisa errada seriam despedidas ...

Nós dávamos toda assistência de saúde, procurávamos dar suporte, higiene, material de limpeza, por conta disso a casa teria que estar limpinha em ordem, as crianças tinham que escovar os dentes, dávamos tudo o que imaginar, banheira, chiqueirinho, e o que não dávamos a comunidade ajudava, todos se envolviam com as creches domiciliares, fazíamos festa de aniversário da creche domiciliar, pra ter uma ideia fizemos uma festa no clube recreativo campestre. Nas festas que fazíamos convidávamos todas as mães crecheiras e suas famílias e as crianças.

A gente trabalhava muito o aspecto social da família, tinha filhos das mães-crecheiras que não eram registrados nós cuidávamos do registro, cuidava de tudo, conhecíamos a mãe –crecheira, a vida acho que melhor que ela... se a mãe –crecheira sofria alguma tipo de agressão verbal do marido, trabalhávamos esse relacionamento, se tinha algum problema de doença com ela ou filho nós agilizávamos o tratamento, chegamos até fazer casamento de crecheiras domiciliares, que foi muito lindo !!!! Fazíamos o civil e a igreja !!!!! e o prefeito Flavio Chaves e a Sueli eram padrinhos !!!

Trabalhávamos o social, o psicológico, toda a necessidade, víamos o que estava pegando... quando chamávamos por alguma questão, nos víamos então o que estava acontecendo e procurávamos ajudar...porque elas acabavam contando o problema pessoal...

Foi um trabalho muito bonito, uma história maravilhosa começou pequena e foi crescendo, uma história muito bonita Luiz Francisco amava de paixão as Creches Domiciliares ... Flávio Chaves deu toda força que podia.. Paulo Mendes e a Norma foram nossos incentivadores, envolveu-se demais com o projeto as primeiras damas eram muito envolvidas com o projeto de creches domiciliares ... foram as duas administrações de Paulo Mendes ...Quando chegou no Panunzio parou por este dois motivos: a legislação com a educação e lei empregatícia.

Foi um momento muito triste, difícil, as pessoas não se conformavam, algumas tinham que deixar o emprego, como já aconteceu em várias circunstâncias... tinham que levar as crianças em uma distância ...e na creche domiciliar atendíamos quem morava próximo...eram todos bairros próximos e quando foi desfazendo não tinha onde por as crianças, fora o desemprego do pessoal que trabalhava...foi assim um momento muito difícil.

Daí em 1989, entrou a Maria Inês, começou com a Creche Tradicional que teria que ter 600m² de área construída, que eu lembro muito bem...

Ela me convidou para ir para a educação e começar a trabalhar este projeto novo de creche que era um projeto construtivista. Trabalhei quatro anos com Maria Inês, Angela Del' Cistia, Alcoléa, e a Ana, na secretaria da educação, mudando tudo para construtivismo, para a construção de creche, vamos dizer assim... esta creche que tinha todo um projeto arquitetônico todo diferente...as salas com metragem adequada...foi muito difícil... quando eu saí tinham 6 creches destas, creches tradicionais, me lembro da Creche do Paço.

Então nesta época a Maria Inês nos treinou para que nos treinássemos, então fomos treinadas neste conjunto novo de normas que ela queria e assim começaram a vir as administradoras, monitoras, das creches convencionais. Treinávamos esse pessoal e fazíamos a supervisão de todas as creches, implantávamos o construtivismo e passávamos para ela que era coordenadora de creche neste tempo. Ficamos quatro anos sob a supervisão dela, eramos funcionárias dela.

A secretária da educação era a Célia Nardi e a Maria Inês era coordenadora de creches municipais e também nessa época ela mudou as escolas regulares, então nós íamos com ela ou não em todas as escolas regulares fazer palestras e mostrar como funcionava o construtivismo foi uma mudança radical.

Tudo que existia sobre creche ela lia e trazia material para gente e quase no final da administração dela, fiquei doente e fiz cirurgia e fiquei afastada um mês e voltei a trabalhar, mas no Hospital Psiquiátrico. Fui trabalhar na SEMEAR – Secretaria do Menor e do Adolescente, com cursos profissionalizantes como: reparador elétrico, pintura, reparador de bicicleta, conhecimento automotivos. Trabalhei também com núcleos, foi um projeto muito gratificante também. Era o jovem aprendiz de hoje!!!

Nesta época era Paulo Mendes de novo, eu fui para outra secretaria e a Angela e a Alcoléa ficaram com as Creches da Vizinhança. Fui para implantar os cursos profissionalizantes, o núcleo central era no espaço do Humberto de Campos.

Quando fui falar com prefeito Paulo Mendes que eu iria aposentar, pois já tinha tempo de serviço, ele relutou afirmava que eu era moça ainda, mas aí foi que eu aposentei e trabalhei 10 anos na integrar.

Ah!!!! Estava esquecendo de contar !!! muito interessante !!! como a "casinha" da Maria leite lá no Bairro do Guadalajara estava muito pequena, pois o projeto foi

crescendo tivemos que mudar para Rua : Artur Gomes, em um sobrado em frente da Rua: Manoel Jose da Fonseca, alugado pela prefeitura, que virou a sede das Creches Domiciliares. E neste local era feito tudo, toda a distribuição de alimentação ali, era muito louco... descarregavam tudo ali, por exemplo 12 caixas de tomate, 12 caixas de mexerica, e outras coisas mais e eram distribuídas para outros núcleos. Quando faltavam alguns legumes eu ia até o CEAGESP, o pessoal mais dava do que vendia e tínhamos também doações de pães, bolos.

Fazíamos palestras sobre o trabalho em clubes de serviços em todos locais. Tinha uma pessoa da prefeitura que fazia todo pagamento, havia crescido muito e não dávamos mais conta...colocaram dois funcionários administrativos que ajudavam e o motorista sempre conosco. E o projeto terminou nesta casa. Foi uma história muito linda !!!!!"

Entrevista VII- Ivone Gomes Castilho
Data: 10/09/2015
Local: Rua Humaitá , nº140 apto. 81- Centro- Sorocaba- São Paulo

"Contar um pouco esta história como é que eu fui para a Assistência Social da prefeitura , a minha formação sou professora primária... me casei...ingressei na prefeitura só quando meu terceiro filho já tinha uns seis anos que resolvi ingressar, primeiro como substituta, então comecei nos antigos parques infantis de Sorocaba, que era assim um trabalho com crianças de três anos e meio a treze anos. A criança que estava na escola fundamental ia no período em que não estava na escola, ela ia à escola e depois no parque infantil. Ali ela almoçava, ela vinha direto e tínhamos várias atividades, a gente fez até um curso específico como professora recreacionista.

Então tinha atividades desde teatralização, educação do movimento... eu ingressei como professora comecei no Parque nº1 na Além Ponte, que hoje demoliram, pois é... depois de algum tempo fui convidada para ser diretora de uma escola, então, naquela época não havia concursos públicos ainda, era convite por ser professora escolhida e pelos resultados que a gente trazia. Então eu fui e fiquei diretora alguns anos no Parque Infantil da Barcelona, era o antigo grupo escolar, escola antiga, grande, boa, mas muito desgastada, salas de aulas grandes, era da prefeitura. Fizeram a escola do Estado então foi disponibilizado este espaço. Fui ser diretora lá, começamos assim do nada, porque as instalações eram velhas não havia material para as professoras trabalharem com as crianças e o Dr. Otto, que era o secretário na época pôs em minhas mãos para eu administrar, tudo bem... acho que foi uma história muito grande, porque fizemos aquilo uma escola de referência . Ai o que aconteceu... aí que muda a história.

Eu fiquei na área educacional praticamente nove anos . O que aconteceu... Padre André Peroni, ele chefiava a Divisão de Saúde Pública e Assistência Social da prefeitura, ele era o Chefe de Divisão, mas era um trabalho assim... o padre uma pessoa inteligentíssima trouxe a faculdade aqui um homem que realmente enalteceu Sorocaba, então ele teve uma leucemia e em três meses ele faleceu, então o prefeito me chamou e me ofereceu para chefiar esta divisão.

Eu francamente... era diretora de uma escola cuidando de crianças, aquele convite me tomou assim de surpresa ... Era Saúde Pública e Assistência Social, então o que acontecia, os postinhos médicos da prefeitura que hoje é Edén, Cajuru , Brigadeiro...pertenciam para esta divisão...eu fui cuidar de posto médico, trabalhar com médico, realmente o convite me assustou na época... eu pedi até um tempo para que pudesse pensar, e acabei assumindo fui para o lugar do Pedro Peroni, realmente....

E foi por isso que eu comecei a trabalhar na área de promoção social , minha formação, sempre digo, sou professora primária, normalista.

Quando comecei na divisão eram 7 pessoas no total, com os médicos, as auxiliares de enfermagem eram 7 no máximo na divisão. Tudo bem ... eu fiquei 25 anos no cargo e deixei com mais de 300 funcionários...eu não ...eu e minha equipe..

Vamos dizer assim ... as creches vieram para o meu setor. Porque na época a creche era um projeto da área social ...não era um projeto da área da educação...cu conto um pouco essa história, porque a Dona Ivone foi trabalhar na assistência social da prefeitura...

Realmente foi assim um convite que me tomou de surpresa... mas como tenho uma irmã que é assistente social conversei com ela, e disse: -estou preocupada...nunca lidei com isso, ainda mais saúde !!!! E ela falou vá em frente você foi convidada... o que eu puder orientar na área do serviço social.

Não tinha ainda assistente social, nenhuma... Eram sete pessoas mais eu...

Então comecei principalmente a cuidar um pouco dos postos médicos. Na época chamava-se postinho de saúde...era Edén Cajuru Brigadeiro Tobias, depois abrimos na Aparecidinha e fui ficando... orientando as pessoas, dando uma estrutura melhor para as pessoas trabalhar na área da saúde... porque eu sempre conto que era assim.. auxiliar de saúde dava injeção ,fazia curativo, tirava beme da cabeça, fazia ntô parto e depois limpava o chão !!!!Fazia tudo... procurei dar uma estrutura colocando auxiliares de limpeza dentro das unidades.

Graças a Deus sempre tive bom relacionamento com os médicos que trabalharam comigo e chegou uma determinada época contratamos a primeira assistente social, ele chamava-se Rosita Portinholi Viegas...

Começamos o trabalho social, e foi crescendo de mais assistente social, como era uma divisão que pertencia para a secretaria de saúde tínhamos uma integração muito grande com a área da saúde ...com as enfermeiras de alto padrão e coisa e tal...

Nosso trabalho foi amplo, começamos a nos dedicar a conhecer as entidades sociais de Sorocaba, fazendo visitas, fazendo encontros, para que elas pudessem trocar informações cada uma sobre o seu trabalho, para que pudesse encaminhar toda a população carente.

Por exemplo: a APAE funciona assim...os Vicentinos funciona assim... e começamos fazer encontros com estas entidades para que uma conhecessem o trabalho da outra e pudessem fazer um atendimento mais adequado para as famílias carentes.

Na parte administrativa, sempre mantive a parte das relações humanas que eu acho que é a principal parte que leva qualquer trabalho.

E assim a coisa foi crescendo contratamos assistentes sociais, psicólogos...

Quando eu saí deixamos montado um projeto para a Secretaria de Promoção Social que existe hoje com outro nome...certo...mas um trabalho de gigantes porque sempre tive uma equipe idealista.

Os recursos sempre foram poucos, eu falava que quando ia ver era o último do orçamento...então tínhamos muito ideal... fazíamos o que dava para ser feito...claro com a população carente do município, que foi sempre o nosso foco, a população.

Por isso eu digo enquanto eu era professora, diretora, eu conhecia a minha comunidade, onde eu morava, onde tinha a minha escola, e quando você começa a ver uma cidade inteira eu sempre digo assim... é como se fosse uma coroa de espinhos... que as pessoas não conhecem e só conhecem quem esta na base né...

Nosso trabalho era conversar com a população carente, atender incêndio em barraco, atender enchente, barraco que caia, o desfavelamento da Vila Barão trabalhei desde o começo. Era um trabalho essencialmente social. Tratando da sua tese...surgiu a primeira creche como uma creche padrão na Vila Gabriel... a primeira. Ela surgiu assim das próprias necessidades da

população carente e a prefeitura tinha que investir nesta demanda muito grande e a oferta de vagas pequena.

Então a primeira foi da Vila Gabriel que se tornou uma creche padrão tinha uma estrutura, atendia 120 crianças, das 7:00 as 17:00 horas era um trabalho essencialmente social, prioriza os filhos de empregadas domésticas, mães solteiras, enfim população carente. A nossa seleção era feita realmente baseada na parte social. Atender quem realmente precisava deixar a criança ali para poder trabalhar... A diretora era a Darci Singui, sempre foi muito dedicada...Basicamente era um projeto piloto na Vila Gabriel por causa dos CIS –Centro de Integração Social.

A gente tinha alguns Centros de Integração Social onde fazíamos trabalho com a comunidade, A população da Vila Gabriel era uma população ativa, participante, voluntários, acho que tem um pouco a ver com a história do Luiz Almeida Marins Filho que morou, ou mora deste lado, eles fundaram a APAE. Essa família sempre foi muito voltada para o voluntariado...a mãe dele, Dona Mariquita Marins, falecida, foi a primeira voluntária de Sorocaba.

O CIS dava apoio para a creche na parte educacional, as crianças acima de cinco anos já estavam próximas de entrar na rede pública, as professoras davam um apoio mostrando que a vida logo seria diferente...Era creche e depois a escola formal. Tinha também uma relação muito boa com a saúde.

Fazíamos o cadastro das mães vendo quantos filhos tinham na idade de creche e este cadastro era social porque a gente priorizava empregada doméstica mães solteiras, pessoas carentes que precisavam sobreviver muitas vezes abandonadas pelos esposos, alcólatras, situação de risco. Então a saúde fazia uma triagem para orientar as mães sobre vacinação, higiene, complementando porque o trabalho social é muito amplo não tem limites.

Foi assim um trabalho com poucos recursos, mas de boa vontade, a creche era bem montada, tinha toda estrutura de móveis, naquela época quem cuidava das crianças eram as "pajens", não eram professoras ainda... eram "pajens" que depois se chamou regente maternal. E a Darci quando entrou era administradora de creche não era diretora de creche, até foi todo um processo depois de muitos anos que passou a ser diretora, foi reconhecido, equiparou o salário, porque ela tinha formação.

Tinha berçário, 1º, 2º. E 3º. Fase, não sei se as creches de hoje são assim...As "pajens" eram pessoas simples, mas que cuidavam do berçário, davam banho nos bebês, alimentavam, não tinham formação pertenciam a área social. Não tinha nem estrutura e nem orçamento pra isto.

Abrimos mais uma creche em Lopes de Oliveira, não recordo o ano...

Fui até 1988, mas continuei uma parte mesmo aposentada. Quando me aposentei tínhamos acabado de implantar a Creche da Vila Jardini, que basicamente seriam três creches. Acredito que a creche de Brigadeiro Tobias também, não consigo lembrar...

Procuramos com o trabalho junto as entidades sociais, mesmo os órgãos públicos, como o centro de saúde aqui em frente da rodoviária, que eles fossem implantando creches nos locais. O antigo Centro de Saúde implantou creche para as mães que lá trabalhavam. Fomos conseguindo sensibilizar que creches fossem implantadas.

Parece-me também que a Uniso, por meio da Djanira Luiza, que foi nossa assistente social, uma pessoa bastante importante nesta parte de entrosamento com as faculdades ... conseguiu sensibilizar alguns pra irem fazendo.

Como é que surgiu o projeto das creches domiciliares, trabalhávamos nas comunidades carentes e a oferta de creche era muito pequena, sempre menor do que a demanda, uma creche formal tem um custo para construir e um custo para a manutenção.

Naquela época, eram cinco refeições por dia, não sei se é até hoje, era um projeto de alto custo e a prefeitura não conseguia suprir de acordo, então aconteceu o Projeto de Creches Domiciliares que era um projeto da nossa Divisão da Saúde e Promoção Social. Vimos a necessidade muitos diziam que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar o filho, lembro que uma mulher contou que fechava com cadeado do lado de fora!!!! Entende !!!! outros deixavam com filho maiorzinho...

O social sentia esta pressão, então Regina, soube deste projeto e fomos conhecer... ela fez um trabalho com as assistentes sociais que formaram o grupo que foi muito importante !!!!

Nossa!!! Nasceu dentro da nossa divisão e essa coisa... de que precisamos atender mais pessoas não tem como... vamos fazer um projeto que não é aquele ideal, ideal !!!! A gente sabe o que é ideal também, entende...

Eu acho hoje que a creche e a pré-escola inserida na educação onde tem hoje o maior orçamento é uma coisa muito boa, embora ainda continue em falta...

Reunimos dados, e elas foram abrindo creches, elas faziam trabalho de acompanhamento as mães crecheiras, o projeto cresceu...o ideal seria um prédio aparelhado mas para nós o social foi muito importante porque conseguia atender mais mães e a criança não ficava na rua.

Quando trabalhei no antigo parque infantil, não existia criança de rua, ela saía da escola e ia para o parque infantil direto, muitas vezes, não ficava na rua, eu falo sempre hoje as crianças ficam na rua porque ficam pouco na escola são pouquíssimas que tem um trabalho integral.

Tínhamos pouco recurso, mas muito ideal !!! E foi assim que surgiu o projeto das creches domiciliares, vamos conhecer, precisa atender...vamos arregaçar as mangas e fazer... tivemos apoio da prefeitura.

Essa parte das creches domiciliares a Regina passou para você...

Isto veio para nós e foi muito importante... Tínhamos também um trabalho que chamcu-se Promogest era a promoção da gestante , era um trabalho social com a população carente, dentro de uma entidade ou centro comunitário CIS atendimento à gestante. Elas aprendiam a fazer o enxoval, aprendiam noções de higiene, um projeto social muito importante.

Na divisão ficavam a creche, os postos, o CIS e depois gradativamente o posto foi para a Saúde. Nós pertencíamos a Secretaria educação e Saúde depois a saúde desmembrou e veio sanitária.

Foi um período muito rico de experiências e também rico de experiências como mãe de família, como esposa, porque quando meus filhos falavam... eu dizia : isto não é nada !!!

Precisamos realmente valorizar o que a gente tem... esta experiência toca à todos nós...hoje aposentadas. A Regina, a Angela, a Alcoléa ...pessoas voltadas ao ser humano...principalmente ao ser carente aquele que tem menos oportunidade de vida...Como estava criando a Secretaria da Promoção Social pediram para eu ficar mais um pouco porque, era um trabalho que não era fácil.

Entrevista VII- Ivone Gomes Castilho

Data: 10/09/2015

Local: Rua Humaitá , nº140 apto. 81- Centro- Sorocaba- São Paulo

"Contar um pouco esta história como é que eu fui para a Assistência Social da prefeitura , a minha formação sou professora primária... me casei...ingressei na prefeitura só quando meu terceiro filho já tinha uns seis anos que resolvi ingressar, primeiro como substituta, então comecei nos antigos parques infantis de Sorocaba, que era assim um trabalho com crianças de três anos e meio a treze anos. A criança que estava na escola fundamental ia no período em que não estava na escola, ela ia à escola e depois no parque infantil. Ali ela almoçava, ela vinha direto e tínhamos várias atividades, a gente fez até um curso específico como professora recreacionista.

Então tinha atividades desde teatralização, educação do movimento... eu ingressei como professora comecei no Parque nº1 na Além Ponte, que hoje demoliram, pois é... depois de algum tempo fui convidada para ser diretora de uma escola, então, naquela época não havia concursos públicos ainda, era convite por ser professora escolhida e pelos resultados que a gente trazia. Então eu fui e fiquei diretora alguns anos no Parque Infantil da Barcelona, era o antigo grupo escolar, escola antiga, grande, boa, mas muito desgastada, salas de aulas grandes, era da prefeitura. Fizeram a escola do Estado então foi disponibilizado este espaço. Fui ser diretora lá, começamos assim do nada, porque as instalações eram velhas não havia material para as professoras trabalharem com as crianças e o Dr. Otto, que era o secretário na época pôs em minhas mãos para eu administrar, tudo bem... acho que foi uma história muito grande, porque fizemos aquilo uma escola de referência . Ai o que aconteceu... aí que muda a história.

Eu fiquei na área educacional praticamente nove anos . O que aconteceu... Padre André Peroni, ele chefiava a Divisão de Saúde Pública e Assistência Social da prefeitura, ele era o Chefe de Divisão, mas era um trabalho assim... o padre uma pessoa inteligentíssima trouxe a faculdade aqui um homem que realmente enalteceu Sorocaba, então ele teve uma leucemia e em três meses ele faleceu, então o prefeito me chamou e me ofereceu para chefiar esta divisão.

pela própria necessidade da população mais sofrida e a prefeitura deu condição para agir.

Passei por uns 14 prefeitos comecei com o Dr. Pitico, A nossa divisão coordenou a Festa Junina no CIC, por 13 anos. Luiz Marins era muito ligado, era muito amigo, inteligentíssimo, motivador... tinha contato direto sempre com respeito. Um período gratificante.

O que eu acho... a gente é uma gota d'água no oceano, uma gota d'água que se firmou, o ideal e as pessoas que estavam com a gente... não mediam horário, era assim nossa vida...

Sempre dizia que tínhamos que pisar com os pés no chão, pois senão a gente não fazia nada as carências são muito grandes. Falava isto para as assistentes sociais fazer o que é possível hoje, amanhã não existe mais. Aprenda a falar o não adequado para a pessoa não sair pior do que entrou.

Integramos as entidades sociais. O próprio GEPACI, Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil, visitamos em Campinas, e como já tínhamos trabalhado na área da saúde foi mais fácil para a classe médica trabalhar com os voluntários, coloquei uma assistência social para ajudar lá... fomos uma "parcelinha" e foi crescendo...

Deus põe no caminho da gente, não que a gente sabe tudo, mas a gente tem o conhecimento prático, mas como sempre disse sou professora normalista, eu administrando e as assistentes com a técnica ...eu cresci muito através delas, foi recíproco...

Fomos crescendo um trabalho muito bom assim, muito generoso!!!"

ANEXO 1 - LEI QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PARQUE INFANTIL

PROJETO DE LEI N.º 38/24 Proc. N.º

CAMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



SECRETARIA

Procedência JOÃO RODRIGUES BUENO

Assunto Dispõe sobre denominação de Parque Infantil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

LEI N. 384, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

(Dispõe sobre denominação de Parque Infantil.)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Denominar-se-á "Parque Infantil Antonio Carlos de Barros", o parque localizado no Bairro de Além-Ponte, final da rua Cel. Nogueira Padilha.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 9 de Dezembro de 1954.



(Emerenciano Prestes de Barros)
PREFEITO MUNICIPAL.

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 9 de Dezembro de 1954.



(Doracy Amaral)
Diretor Administrativo.



Prefeitura Municipal de Sorocaba
- DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES E ARQUIVO -
- SERVIÇO DE EXPEDIENTE -

Sorocaba, 19 de maio de 19 70.-

N.º DCA-SE-128/70.-

Senhor Secretário.

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Senhoria, cópia da Lei Municipal nº 1.597, de 14 de maio de 1.970, promulgada pelo Prefeito Municipal, Dr. José Crespo Gonzales, com forme Autógrafo nº 4/70 dessa Câmara Municipal.

Ao ensejo, reiteramos a Vossa Senhoria as -
nossas expressões de alto apreço.

ADEMAR ADADE

(Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo)

Ilmo. Sr.
ANDRÉ JOSÉ VALARELLI
DD. Secretário da Câmara Municipal de
SOROCABA

tit/.-

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

Projeto de Lei nº 38/54, de 14/9/54

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº _____ de _____ de 1954.

(Dispõe sobre denominação de Parque Infantil).

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:

Artigo 1º - Denominar-se-á "PARQUE INFANTIL ANTONIO CARLOS DE BARROS", o parque localizado no Bairro do Além-Ponte, final da Rua Cel. Nogueira Padilha.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LCE/-



Prefeitura Municipal de Sorocaba

Sorocaba, 10 de Dezembro de 1954.

N.º 1.220/54. - (P.º 5.200/54.)

Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria da Câmara Municipal

Sorocaba.

Cumpra-me comunicar que o projeto de lei n.º 33/54, decretado por essa Câmara e enviado a esta Prefeitura com o ofício n.º 957/54, dispendo sobre denominação do parque infantil municipal, foi promulgado, ontem, pelo sr. Prefeito Municipal, tendo recebido o n.º 384, conforme cópia anexa.

Saudações cordiais.


 (Daniel Amarel)
 Diretor Administrativo.

D. Amarel
Luiza

Luiza de Lus fl. n.º 237.

9 Novembro 1950
Lanus

VISTA
Ordem do Dia de 16/11
13 Novembro 1950
Lanus

12 Novembro
12/11
Lanus

20 Novembro
20/11
Lanus

A Comissao de
Rebates
Vide nome de Comissao
Lanus

29 Novembro 1950
Lanus

VISTA
Comissao de Fedacao
24 Novembro 1950
Lanus

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

Comissão de REDAÇÃO

Parecer N.º 22-54

Sobre DENOMINAÇÃO DE PARQUE INFANTIL

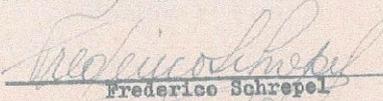
Passa a ter a seguinte Redação, o Projeto de Lei nº 38/54,
de autoria do Vereador, Sr. João Rodrigues Bueno:-

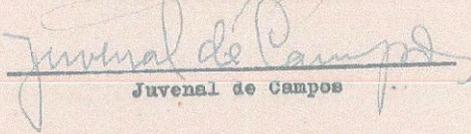
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:-

Artigo 1º - Denominar-se-a' "PARQUE INFANTIL ANTONIO CARLOS DE
BARROS", o parque localizado no Bairro do Além-Ponte,-
final da Rua Cel. Nogueira Padilha.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, -
revogadas as disposições em contrario.

Sala das Comissões, 26 de Novembro de 1954


Frederico Schrepel


Juvenal de Campos

Romeu Longhi

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

19
 PROJETO DE LEI
 INDICAÇÃO N.º

38-54

DESPACHO

Artigo 1º - Denominar-se-a "PARQUE INFANTIL ANTÔNIO PRESTES DE BARROS", o parque localizado no Bairro do Alem-Ponte, final da Rua Cel. Nogueira Padilha.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrario.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1954

-João Rodrigues Bueno-Vereador-

J U S T I F I C A Ç Ã O

A denominação proposta para o Parque Infantil, encerra em si dupla homenagem desta Casa:

A que se presta à tradicional família Prestes de Barros, e a que se rende à juventude sorocabana na pessoa de Antonio Prestes de Barros, prematuramente colhido pela mão da fatalidade.

Bem é, pois, que a edilidade, órgão genuinamente representativo do povo sorocabano, parcela nobilitante do povo brasileiro, o reconheça, em forma de lei, e o proclame com uma democratica demonstração que não será aqui comum em decisões desta espécie.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAMAÇÃO

Recebido em 14 de 9 de 1954

[Signature]

VISTA

Sem Oribina de 14/9/54

[Signature]

149 54
[Signature]

VISTA
Sr. Augusto Furtado
em 15 de Setembro de 1954

ob a respeito legal, nada a opor.
Car. Jun. 30/10/54

Comissão de Justiça
em 6 de Outubro de 1954
[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

Comissão de Justiça

Parecer N.º 60-54



Sobre denominação de Parque Infantil

À vista dos termos de justificação do nobre vereador
João Rodrigues Bueno, opinamos pela aprovação do projeto de lei nº 38/54.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 1954.

Milton Vieira de Souza
Milton Vieira de Souza

Antonio...
Jorge...

**ANEXO 2 - LEI QUE TRANSFORMA EM CENTROS DE RECREAÇÃO
INFANTIL OS PARQUES INFANTIS**

LEI Nº 1.597, de 14 de maio de 1.970

(Transforma em Centros de Educação e
Recreação Infantil os atuais Parques
Infantis.)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - A fim de garantir o cumprimento da letra "f" do § 3º do artigo 15 da Constituição Federal, ficam os Parques Infantis Municipais transformados em Centros de Educação e Recreação Infantil.

Artigo 2º - Além da recreação infantil, que passará a ser desenvolvida como atividade supletiva, os Centros de Educação e Recreação Infantil serão destinados ao trabalho de educação pré-primária.

Artigo 3º - Hospitadas as lotações dos Parques Infantis em atividade, a Secretaria de Educação e Saúde determinará a instalação de quantas classes de educação pré-primária se tornarem necessárias em face do interesse da clientela escolar.

Artigo 4º - Os Centros de Educação e Recreação Infantil deverão receber como patronos, nomes de pessoas que tenham se destacado nos meios administrativos ou educacionais do país, mas, serão classificados administrativamente, através de numeração ordinal, tomando por base a data de instalação de cada Centro.

Parágrafo único - Ficam mantidos os nomes atuais dos Parques Infantis como patronos dos respectivos Centros de Educação e Recreação Infantil.

Artigo 5º - As classes de educação pré-primária dos Centros de Educação e Recreação Infantil serão regidas, preferencialmente, por educadoras-recreacionistas com especialização no ensino pré-primário.

Artigo 6º - A partir de 1.971 adiante serão admitidas, nos Quadros dos Centros de Educação e Recreação Infantil, educadoras-recreacionistas especializadas em educação pré-primária.

1/1/1/1

Cláudio *[assinatura]*

Lei nº 1.597 - (lis. 2)

Parágrafo único - Além das escolas de substitutas de que trata a Lei nº 1.237, de 20 de maio de 1.964, fica criada, nos termos dessa mesma lei, uma escola "C", para educadoras-recreacionistas com especialização em educação pré-primária, as quais serão chamadas prioritariamente para o preenchimento das vagas ocorridas nesse tipo de classes.

Artigo 7º - A Secretaria de Educação e Saúde providenciará o registro das classes de educação pré-primária nos organismos que superintendem esse ramo de ensino.

Parágrafo único - Os Centros de Educação e Recreação Infantil continuarão recebendo orientação técnica do Serviço de Recreação Infantil do Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo.

Artigo 8º - Caberá à Divisão de Educação e Recreação Infantil, da Secretaria de Educação e Saúde, a supervisão técnica e administrativa dos Centros de Educação e Recreação Infantil, bem como C.E. Municipal "Presidente Roosevelt".

Artigo 9º - Para cobertura das despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a proceder o rearranjo das dotações orçamentárias, constantes do Orçamento vigente, atendidas as determinações da Lei Federal nº 4.320/64, especialmente no que toca às Categorias Econômicas e às Funções.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em 14 de maio de 1.970, 115º da Fundação de Sorocaba.-

[Assinatura]
JOSÉ CARLOS GONZALES
(Prefeito Municipal)

[Assinatura]
Camilo Julio Filho
(Secretário de Educação e Saúde)

Publicada na Divisão de Comunicações e Arquivo, na data supra.

[Assinatura]
Ademar Adade
(Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo)

ANEXO 3 - CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CECOPES

ANEXO 3 Construção de novas unidades de CECOPs

Codeso vai construir um Cecop na A. Grande

Segundo informações prestadas nesta semana pelo prefeito José Theodoro Mendes, a Codeso vai construir um Centro de Convivência do Prê-Escolar (já está implantando dois, nas avenidas Afonso Verguelo e Juscelino Kubitschek de Oliveira) no bairro da Arvore Grande.

O novo Cecop, de conformidade com aquela fonte, poderá ser implantado até o final deste ano. Localizar-se-á em uma área pertencente à Prefeitura e situada bem em frente ao cemitério municipal da Consolação.

Naquela área, funcionou por muitos anos uma escola rural pré-fabricada e doada pelo governo mexicano. Com a construção de um moderno prédio escolar no bairro, o então prefeito Dr. Armando Pannunzio decidiu transferir a escola pré-fabricada para outra área necessitada. A escola passou a funcionar em um terreno que o próprio prefeito doou, na estrada da Serrinha. Hoje, atende a dezenas de escolares daquela área.

Pretendia-se, à época da transferência daquela escola rural, construir no lugar onde ela se localizava um velório municipal de apoio ao cemitério da Consolação.

QUINTA FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1979

CRUZEIRO DO SUL 3 PAGINA

ANEXO 4 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DA PREFEITURA COM A L.B.A.

7-33-81 L.B.A. nº 331

PROJETO DE LEI N. 56/81 Proc. N.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



URGENTE
SECRETARIA

Procedência: Prefeito Municipal

Assunto: Autoriza celebrar convênios com a Legião Brasileira de Assistência - Projetos "Casulo" e "Elo".



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Sorocaba

SECRETARIA DE ATIVIDADES JURÍDICAS E INTERNAS

Sorocaba, 30 de setembro de 1.981.

SAJI-PL-EX-026/81
(Proc. nº 7.017/81)

Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar à consideração dessa Colenda Câmara o incluso projeto de lei, - que autoriza a celebração de dois convênios com a Legião - Brasileira de Assistência e referentes aos Projetos "Casulo" e "Elo".

O Projeto "Casulo" é uma resposta às aspirações e necessidades da comunidade no que se refere ao grave e extenso problema do menor carente, que necessita de atendimento de saúde, educação, recreação e segurança jurídico-social. Deverá ser implantado em comunidade carente, segundo as peculiaridades da região, área e localidade, obedecendo-se às necessidades e interesses reais da clientela, compatibilizando os aspectos quantitativos (maior número possível de clientes atendidos) e os qualitativos. - Através desse Projeto a L.B.A. se compromete a prestar - orientação técnica no âmbito de Serviço Social aos menores mantidos pelo projeto, destinando à Obra a importância de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros).

O Projeto "Elo" é um projeto proposto pela L.B.A., que visa a estabelecer e desenvolver um trabalho com o Menor Escolar procurando através de atividades esportivas, criadoras e lazer afastá-lo da ociosidade, favorecendo assim a formação de sua personalidade e melho-

/././.



Prefeitura Municipal de Sorocaba

LEI Nº 2.131, de 03 de novembro de 1.981.

(Autoriza celebrar convênios com a Legião Brasileira de Assistência - Projetos "Casulo" e "Elos".)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

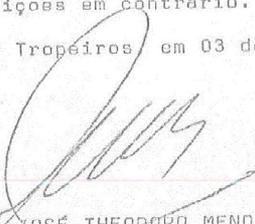
Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Sorocaba - autorizada a celebrar convênios com a Legião Brasileira de Assistência, para a implantação dos Projetos "Casulo" e "Elos".

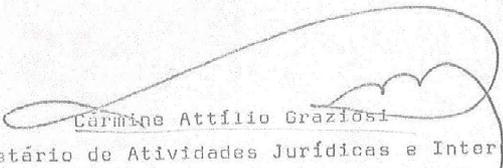
Artigo 2º - Para cumprimento dos convênios que integram a presente lei, a Prefeitura Municipal fica autorizada a proceder todas as medidas para tanto indispensáveis.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta das verbas orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros em 03 de novembro de 1.981, 328ª da Fundação de Sorocaba.


 JOSÉ THEODORO MENDES
 (Prefeito Municipal)


 Carmine Attilio Graziösi
 (Secretário de Atividades Jurídicas e Interpas)

./././.



Prefeitura Municipal de Sorocaba

Lei nº 2.131, de 03/11/61 - fls. 02.

Luiz Almeida Marins Filho
(Secretário de Educação e Saúde)

Publicada na Divisão de Comunicações e Arquivo, na data supra.

Antonia Poveda Garcia
(Chefe de Divisão de Comunicações e Arquivo)

ECS.

4/6

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA E A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - PROJETO CASULO.

(Processo nº 7.017/01)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA CGC do MF nº 46.634.044/0001-74, representada pelo seu Prefeito Municipal Dr. José Theodoro Mendes, brasileiro, casado, advogado, doravante denominada PREFEITURA e a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, inscrita no CGC do MF sob número 33.627.092/020-03 Inscrição nº 108.301.672, Instituída como Fundação vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social através do Decreto 74.000 de 1/5/1974, integrante do SIMPAS através da Lei 6.439, de 1/9/1977, com Registro LBA através do Decreto-Lei 593, de 2/05/1969, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e Superintendência em São Paulo a Rua Guianazes, 1.385, neste ato representada pelo Secretário de Administração das Finanças da LBA Dr. Jorge Hyppolito Vanier, brasileiro, casado, doravante denominada LBA, têm entre si pelo presente Convênio ajustada a prestação de orientação técnica no âmbito do serviço social - projeto Casulo, consistente no seguinte:

CLÁUSULA I

A LBA se compromete, através do Projeto Casulo a prestar orientação técnica no âmbito de Serviço Social, ao total de crianças matriculadas pela U.O.C., propiciando assistência educacional, recreativa, alimentar e médica para menores na faixa etária de 03 meses a 05 anos, desenvolvendo trabalho de orientação educacional, recreativa e cultural junto aos pais.

CLÁUSULA II

Para referida obra, a LBA se compromete a destinar a importância de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros) para aplicação conforme relatório e plano apresentado os quais ficam fazendo parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA III

O local de execução será a Creche Municipal "Profa. Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro", com endereço na cidade de Sorocaba a Rua Eliezer Barbosa Lima s/nº Vila Maria do Carmo.

1.1.1

Convênio para Prestação de Orientação Técnica - fls. 02.

CLÁUSULA IV

A PREFEITURA se compromete a:

- a) Acompanhar a execução do Projeto referido no Cláusula I e zelar pelo seu fiel cumprimento;
- b) responsabilizar-se pela adequada aplicação dos recursos recebidos da LBA.;
- c) aceitar quando necessário, toda e qualquer orientação que seja indicada pela LBA., para aprimoramento de suas atividades assistenciais, permitindo visitas de inspeção de técnicos credenciados pela LBA.;
- d) não aplicar, em nenhuma hipótese, a cooperação financeira recebida da LBA., ou qualquer parcela da mesma, no pagamento de pessoal ou em obras de reforma, construções ou modificações em prédios das entidades convenentes;
- e) apresentar mensalmente relatório de suas atividades relacionadas com o presente convênio;
- f) prestar contas na forma exigida pela LBA.;
- g) ostentar, em local visível, na entrada principal, placa que poderá ser fornecida pela LBA., alusiva a colaboração prestada, responsabilizando-se pela conservação da mesma;
- h) atender os clientes da LBA., estabelecendo-se que o total a ser atendido será de 90, número de famílias 85, número de pessoas 450, sendo que deste total, 30 são encaminhados pela LBA.

CLÁUSULA V

Será motivo para a interrupção do Convênio o descumprimento, pelas partes contratantes das obrigações ora assumidas.

Para todos os efeitos legais e de Direito firmam o presente.

Palácio dos Tropeiros,

JOSÉ THEODORO MENDES
(Prefeito Municipal)

Legião Brasileira de Assistência

TESTEMUNHAS: 1. _____

2. _____

**ANEXO 5 - LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO DE
CRECHES DOMICILIARES**

Autômatouº 15/92 *lei nº 4002*

PROJETO DE LEI N. 194/92 Proc. N. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



SECRETARIA

Procedência Senhor PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Dispõe sobre a criação do Projeto de Creches Domiciliares
e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fls. 05.

A Prefeitura Municipal ainda providencia condução e mantém Equipe Técnica.

ANEXO I - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES
6. RECURSOS HUMANOS

O projeto envolverá os seguintes recursos humanos:

02 (dois)- Assistentes Sociais que coordenarão todas as atividades; 09 (nove) Orientadoras de Creche Domiciliar, encarregadas de garantir a execução e avaliação do projeto; 20 (vinte) Monitoras Domiciliares com a responsabilidade de percorrer as casas das Crecheiras Domiciliares desenvolvendo atividades pedagógicas e recreativas e 70 (setenta) Crecheiras Domiciliares atendendo perto de 530 crianças.

7. AVALIAÇÃO

Haverá um acompanhamento permanente das atividades das crecheiras domiciliares. Serão realizadas reuniões periódicas e sempre que haja motivo que as justifiquem. Serão exibidos relatórios mensais das monitoras e Orientadoras. Serão feitas visitas pela coordenação do Projeto para que haja supervisão eficiente.

B. RECURSOS FINANCEIROS

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO				
Pessoal Civil	1002	3111	0842	188	2008
Dirig. Patronais	1002	3113	0842	188	2008
Mat. Consumo	1002	3120	0842	188	2008
Outros Serviços e Encargos	1002	3132	0842	188	2008
Equip.e Material Permanente	1002	4120	0842	188	1002



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/07/92 - fls. 06.

ANEXO II - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES

SÚMULA DE ATRIBUIÇÕES

Função Pública: Crecheira Domiciliar

Descrição Sintética

Atender em sua residência, de 2ª a 6ª feira, 7 (sete) menores entre 03 meses a 06 anos de idade, além dos seus filhos em idade de frequentar creche, provendo os meios para preparo de sua alimentação, cuidados com a higiene e saúde, bem como orientação educativa e moral, sob a supervisão da Monitora e Orientadora de Creche.

Tarefas Principais

- 1.- Servir as crianças nas suas necessidades diárias, preparando-lhes a alimentação, auxiliando-as nas refeições, para garantir o seu bem estar e desenvolvimento em ambiente saudável.
- 2.- Zelar pela higiene e segurança das crianças, promovendo a Creche Domiciliar como instrumento sócio-educativo da comunidade.
- 3.- Estabelecer condições de higiene, saúde e segurança do seu domicílio, seguindo as normas pré-estabelecidas pelo regulamento interno.
- 4.- Cuidar adequadamente do preparo da alimentação, da distribuição dos gêneros alimentícios dos equipamentos e utensílios em condições higiênicas apropriadas.
- 5.- Cumprir as determinações da Administração Superior e as disposições legais pertinentes ao seu campo de atuação.

Quantidade: 70 (setenta)

Salário-base (base mai/92): Cr\$ 277.647,00

Jornada semanal: 40 horas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fls. 07.

ANEXO II - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES

SUMULÁ DE ATRIBUIÇÕES

Função Pública: Orientadora de Creche Domiciliar

Descrição Sintética

Orientar e supervisionar o trabalho das Monitoras de Creche Domiciliar e das Crecheiras Domiciliares, garantindo a execução e avaliação do planejamento, bem como proporcionando a mais estreita colaboração entre os pais, creches e comunidade.

Tarefas Principais

- 1.- Acompanhar a rotina da criança dentro de um processo participativo pré-estabelecido pelas normas do projeto.
- 2.- Controlar o serviço das funcionárias conforme as normas estabelecidas pelo projeto, mantendo em dia a documentação necessária ao controle geral do núcleo de Creches Domiciliares.
- 3.- Controlar o consumo e estoque de gêneros alimentícios, material pedagógico, equipamentos e utensílios.
- 4.- Promover a seleção, matrícula e o desligamento das crianças.
- 5.- Promover a Creche Domiciliar como instrumento sócio-educativo da comunidade, integrando pais, crianças e creches.
- 6.- Participar das reuniões e do planejamento.
- 7.- Cumprir as determinações da Administração Superior e as disposições legais pertinentes ao seu campo de atuação.

Quantidade: 09 (nove)

Salário-base (base maio/92): Cr\$ 525.435,60

Jornada semanal: 40 horas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fls. 08.

ANEXO II - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES

SÍNULA DE ATRIBUIÇÕES

Função Pública: Monitora Domiciliar

Descrição Sintática

Colaborar no atendimento das crianças percorrendo as casas das Crecheiras Domiciliares no bairro, desenvolvendo atividades pedagógicas e recreativas, ministrando o planejamento diário, orientando e despertando na criança a cooperação e autonomia através da construção de conhecimentos.

Tarefas Principais

- 1.- Desenvolver, ministrar e orientar atividades recreativas e pedagógicas, procurando despertar na criança a cooperação e autonomia como elementos de construção de conhecimentos.
- 2.- Responder pelo atendimento das crianças na ausência da Crecheira Domiciliar, conforme as normas estabelecidas.
- 3.- Percorrer os domicílios das Crecheiras Domiciliares (3 a 4 casas) ministrando o planejamento diário, noções de higiene e elaborando relatório sobre o trabalho da Crecheira.
- 4.- Participar do planejamento mensal das atividades psico-pedagógicas.
- 5.- Cumprir as determinações da Administração Superior e as disposições legais pertinentes ao seu campo de atuação.

Quantidade: 20 (vinte)

Salário-base (base Maio/92): 380.476,30

Jornada semanal: 40 horas

*/minuta02



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

(Processo nº 10.282/92)

LEI Nº 4.002, de 2 de setembro de 1992.

(Dispõe sobre a criação do Projeto de Creches Domiciliares e dá outras providências)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Projeto de Creches Domiciliares, destinado a suprir provisoriamente, e pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, o atendimento de crianças de zero a seis anos em instituições formais.

Parágrafo Único - Faz parte integrante desta Lei o planejamento de desenvolvimento do projeto, inclusive seus parâmetros de avaliação e desenvolvimento posterior, constantes do Anexo I.

Artigo 2º - O Projeto constitui-se dos núcleos já existentes, instalados nos diferentes bairros da cidade, cada qual com sede nas residências das Crecheiras Domiciliares.

Artigo 3º - Cada núcleo recebe em média 7 (sete) crianças, além dos filhos da Crecheira Domiciliar, em idade de frequentar creche.

Artigo 4º - Para a execução deste projeto ficam instituídas as Funções Públicas de Crecheira Domiciliar, Monitora Domiciliar e Orientadora de Creche Domiciliar, constantes do Anexo II desta Lei, contendo atribuições básicas, quantidade, salário-base e jornada das mesmas, conforme artigo 9º - Inciso III da Lei nº 3.001 de 02/12/91.

Artigo 5º - A admissão do empregado público para o exercício de Função Pública de Crecheira Domiciliar, Monitora Domiciliar e Orientadora de Creche Domiciliar ocorrerá sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 6º - Por Decreto do Executivo serão considerados extintos os núcleos de Creche Domiciliar, quando ocorrer construção de Creche Convencional que absorva a clientela do bairro e adjacências, dando-se prioridade à matrícula às crianças que já vêm obtendo atendimento.

Artigo 7º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verba própria consignada em orçamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fls. 02.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 2 de setembro de 1992, 339º da fundação de Sorocaba.

Antonio Carlos Bannunzio
ANTONIO CARLOS BANNUNZIO
Prefeito Municipal

Clineu Ferreira
Clineu Ferreira
Secretário dos Negócios Jurídicos

Leuvijildo Gonzales Filho
Leuvijildo Gonzales Filho
Secretário de Governo

Helder Leal da Costa
Helder Leal da Costa
Secretário da Administração

Célia Maria Vieira de Andrade Nardi
Célia Maria Vieira de Andrade Nardi
Secretária da Educação e Cultura
Publicada na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
JOÃO DIAS DE SOUZA FILHO
Chefe da Divisão de Comunicação e Arquivo

*/minuta02



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fols. 03.

ANEXO I - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES

1. JUSTIFICATIVA

Dentre as muitas conquistas de ordem social, a nova Constituição Federal consignou no capítulo III, artigo 208, IV, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Sorocaba precisava de um amplo programa de atendimento à crianças de zero a seis anos em Creches Convencionais.

Em que pese o esforço desenvolvido até a presente data, ainda não foi possível suprir com este equipamento todos os bairros.

A Secretaria da Educação e Cultura estabeleceu as prioridades na construção das Creches convencionais levando em conta núcleos já existentes de Creches Domiciliares.

As Creches Domiciliares, por sua natureza, são residências familiares onde as Donas de Casa recebem sob sua guarda e responsabilidade 07 crianças durante o dia enquanto suas mães trabalham.

As Creches Convencionais criadas até o momento absorveram grande parte das Creches Domiciliares existentes. Permanecem ainda 09 núcleos, em 09 bairros, com atendimento de mais ou menos 500 menores.

A necessidade de manter ainda por algum tempo estes núcleos, até que se conclua as obras de construção de Creches Convencionais nos bairros acima referidos, justifica plenamente a instituição das Funções Públicas objeto do presente Projeto.

Todavia, tão logo sejam concluídas as construções das Creches Convencionais, a clientela hoje atendida pelas Crecheiras Domiciliares será absorvida, desativando-se o núcleo domiciliar.

É inegável o ganho em qualidade quando se utiliza um espaço educativo onde a criança se desenvolve plenamente no seu aspecto físico, intelectual, afetivo e social do cidadão-criança.

Não se quer com isto invalidar um processo que atendeu a criança sorocabana até agora. Mas não se pode deixar de compreender que a conotação de assistencialismo da formação da criança nessa faixa etária está sendo retirada progressivamente, implantando-se uma rede de creches e pré-escolas com características eminentemente educacionais, dedicadas ao desenvolvimento integral da criança e nela centradas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Lei nº 4.002, de 02/09/92 - fls. 04

ANEXO I - PROJETO DE CRECHES DOMICILIARES

2. Objetivos

2.1 - Objetivo Geral: Dar atendimento integral em regime de semi-internato à criança na faixa etária de zero a seis anos através da implantação de uma alternativa que favoreça a comunidade na solução dos seus problemas de falta de creches, oportunizando à mulher sua liberação para participar no mercado de trabalho.

2.2 - Objetivos Específicos: Prestar assistência à criança de zero a seis anos nos setores de educação, saúde, alimentação, lazer, recreação, atividades pedagógicas e psico-sociais.

Liberar a mãe trabalhadora para sua efetiva inserção no mercado de trabalho.

Propiciar à mãe Crecheira o aumento de sua renda familiar, prestando serviços dentro de seu próprio lar.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada nas Creches Domiciliares é a de buscar o desenvolvimento bio-psico-social da criança através do trabalho das Monitoras Domiciliares que são treinadas por uma professora e equipe técnica. Estas Monitoras percorrem as residências das Crecheiras Domiciliares, permanecendo por duas horas em cada casa, proporcionando atividades educativas para as crianças e servindo de elo entre a Crecheira Domiciliar e a sede do Bairro.

São realizadas reuniões constantes onde participam as Orientadoras de Creche, as Monitoras de Creche Domiciliar, as Crecheiras Domiciliares, os Pais e representantes da Comunidade do Bairro.

4. RECURSOS FÍSICOS

O presente projeto irá constituir-se de 09 (nove) núcleos, com sedes nos seguintes Bairros: Jardim Guadalajara, Vila Sabiá, Vila Gomes, Jardim Itanguá, Jardim Lilo, Jardim Nova Esperança, Jardim Real, Aparecidinha e Vila Formosa.

Cada sede reúne um grupo de residências-creches (Casa das Crecheiras), estando hoje em número de 70 residências.

5. RECURSOS MATERIAIS

A Prefeitura Municipal, com ajuda da L.S.A. providenciam: Alimentação, Materiais de Higiene e Limpeza, Material de expediente e equipamentos.

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA E A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - PROJETO CASULO.

(Processo nº 7.017/81)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA CGC do MF nº 46.634.044/0001-74, representada pelo seu Prefeito Municipal Dr. José Theodoro Mendes, brasileiro, casado, advogado, doravante denominada PREFEITURA e a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, inscrita no CGC do MF sob número 33.627.092/028-03 Inscrição nº 108.301.872, Instituída como Fundação vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social através do Decreto 74.000 de 1/5/1974, integrante do SIMPAS através da Lei 6.439, de 1/9/1977, com Registro LBA através do Decreto-Lei 593, de 2/05/1969, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e Superintendência em São Paulo a Rua Guaianazes, 1.385, neste ato representada pelo Secretário de Administração das Finanças da LBA Dr. Jorge Hyppolito Vanier, brasileiro, casado, doravante denominada LBA, têm entre si pelo presente Convênio ajustada a prestação de orientação técnica no âmbito do serviço social - projeto Casulo, consistente no seguinte:

CLÁUSULA I

A LBA se compromete, através do Projeto Casulo a prestar orientação técnica no âmbito de Serviço Social, ao total de crianças mantidas pela U.O.C., propiciando assistência educacional, recreativa, alimentar e médica para menores na faixa etária de 03 meses a 05 anos, desenvolvendo trabalho de orientação educacional, recreativa e cultural junto aos pais.

CLÁUSULA II

Para referida Obra, a LBA se compromete a destinar a importância de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros) para aplicação conforme relatório e plano apresentado os quais ficam fazendo parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA III

O local de execução será a Creche Municipal "Profa. Dulce Puppo de Oliveira Pinheiro", com endereço na cidade de Sorocaba a Rua Eliezer Barbosa Lima s/nº Vila Maria do Carmo.

1.1.1

Convênio para Prestação de Orientação Técnica - fls. 02.

CLÁUSULA IV

A PREFEITURA se compromete a:

a) Acompanhar a execução do Projeto referido na Cláusula I e zelar pelo seu fiel cumprimento;
b) responsabilizar-se pela adequada aplicação dos recursos recebidos da LBA.;

c) aceitar quando necessário, toda e qualquer orientação que seja indicada pela LBA., para aprimoramento de suas atividades assistenciais, permitindo visitas de inspeção de técnicos credenciados pela LBA.;

d) não aplicar, em nenhuma hipótese, a cooperação financeira recebida da LBA., ou qualquer parcela da mesma, no pagamento de pessoal ou em obras de reforma, construções ou modificações em prédios das entidades convenentes;

e) apresentar mensalmente relatório de suas atividades relacionadas com o presente convênio;

f) prestar contas na forma exigida pela LBA.;

g) ostentar, em local visível, na entrada principal, placa que poderá ser fornecida pela LBA., alusiva a colaboração prestada, responsabilizando-se pela conservação da mesma;

h) atender os clientes da LBA., estabelecendo-se que o total a ser atendido será de 90, número de famílias 85, número de pessoas 450, sendo que deste total, 30 são encaminhados pela LBA.

CLÁUSULA V

Será motivo para a interrupção do Convênio o descumprimento, pelas partes contratantes das obrigações ora assumidas.

Para todos os efeitos legais e de Direito firmam o presente.

Palácio dos Tropeiros,

JOSÉ THEODORO MENDES
(Prefeito Municipal)

TESTEMUNHAS: 1. _____

2. _____

Legião Brasileira de Assistência

ANEXO 6 - PROJETO CRECHE E VIDA




3. Uma empresa da classe de empresas constrói e mantém (inclusive limpeza diária) a creche.

A Prefeitura oferece assessoria, treinamento e supervisão e recebe 10% das vagas dessa creche.

O depositário da arrecadação do CAV - construção - VAGA, será o Fundo Social de Solidariedade de Sorocaba, que terá autonomia junto com o Conselho Fiscal, para o gerenciamento da verba. O mandato será de 02 anos.

O Conselho Fiscal será formado por cinco empresários a serem escolhidos pelos 20 primeiros que aderirem ao projeto.

As vagas para a comunidade serão ocupadas, inicialmente, priorizando as crianças cujos pais tenham uma renda familiar entre 01 e 03 salários mínimos, considerando-se como determinante a renda per capita.

O valor mínimo do CAV - Construção é o preço de 01 m² de creche construída.

É necessário observar a importância do espaço físico da creche, que deve possibilitar à criança a construção de conhecimentos em um processo de interação o que enriquecerá o seu desenvolvimento. Por este motivo o Projeto Creche & Vida inclui o projeto físico, elaborado diante da nova proposta de creche.

Área construída: 691,20 m²

Preço por m²: 400 BTRs

Área mínima para construção: 1500 m²

O valor mensal do CAV - Vaga, corresponde o preço de 01 criança na creche: 75 BTRs.





PMSC

3. ESTRATEGIAS:

Para atender à demanda de creche urge um incentivo à participação das empresas e da comunidade.

O Creche & Vida - construção

vaga, são carnês de contribuição com direito legal de abatimento no imposto de Renda.

Podem participar as empresas, os profissionais liberais, autônomos, comerciantes, etc. da seguinte forma:

Em um primeiro momento, o C&V - Construção: é doação pura e simples.

Sem direito à vaga, mas com prioridade na compra da mesma.

Os valores arrecadados serão empregados na construção de novas creches onde a Prefeitura se responsabiliza por tudo: construção, funcionários e manutenção.

Após a construção da creche, em um segundo momento, oferecemos o C&V - Vaga, que dá direito a uma vaga em uma creche a uma criança de 03 meses a 06 anos.

A contribuição pode ser mensal ou anual, por meio de carnês e o pagamento efetuado na forma de lei.

Há 03 alternativas:

- 1- Uma empresa ou grupo de empresas constrói uma creche.
A manutenção e funcionários serão encargos da Prefeitura.
A empresa ou empresas terão direito, através da compra do C&V - Vaga, a 50% das vagas dessa creche.
- 2- A Prefeitura constrói e mantém (inclusive funcionários) a creche.
A empresa, através do C&V - Vaga, tem 10% das vagas.





2. Absorção gradativa das creches-domiciliares.
3. Diligenciar junto às empresas para que dêem à sua família, além de outros, aquilo que, pela Constituição é um direito.

CAP. II - DOS DIREITOS SOCIAIS:

Art. 19:

§ São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IX- Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 06 anos de idade em creches e pré-escolas.

4- Viabilizar recursos, de forma que se tenha um atendimento digno e eficaz.

5- Valorização do profissional de creche; 2º grau para os educadores e nível universitário para diretores e supervisores

6- Formação constante dos educadores.

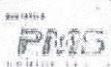
Percebemos, através de justificativa e dos objetivos deste projeto que o papel da creche é o de ser para a criança um espaço educacional complementar na família.

"Desde o nascimento as crianças estão em constante interação com os adultos. Os adultos são agentes externos servindo de mediadores do contato da criança com o mundo". Vigotsky

Portanto, a creche é um lugar de vida e crescimento, onde a criança se desenvolve, se conhece, se torna, aos poucos, independente e tem ao seu alcance diferentes oportunidades de construir gradativamente, no seu próprio ritmo, o seu conhecimento (Manual nº 04 do C.R.E.M.).



ANEXO 6 PROJETO CRECHE E VIDA

PROJETO CRECHE E VIDA

1. JUSTIFICATIVA:

A nova Constituição remete à Educação o dever do "atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 06 anos de idade" (artigo 206, item IV). A criança dessa faixa etária nunca desfrutou de leis e o tratamento dado a elas sempre foi carregado de uma concepção protecionista. Reconhecer a creche como um direito à educação, significa a opção por modelos que visam ao pleno desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social do cidadão-criança.

A educação das crianças, sempre ligada ao universo familiar, não mais pode ser responsabilidade da mulher-mãe, mas também de toda a família, da sociedade e do Estado.

E preciso pensar a creche não como uma proposta de substituição da família, mas sim como uma complementação.

complementação

2. OBJETIVOS:

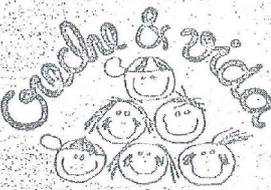
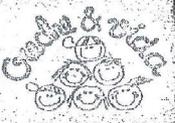
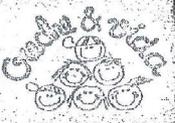
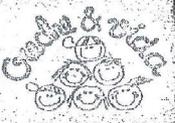
a) gerais:

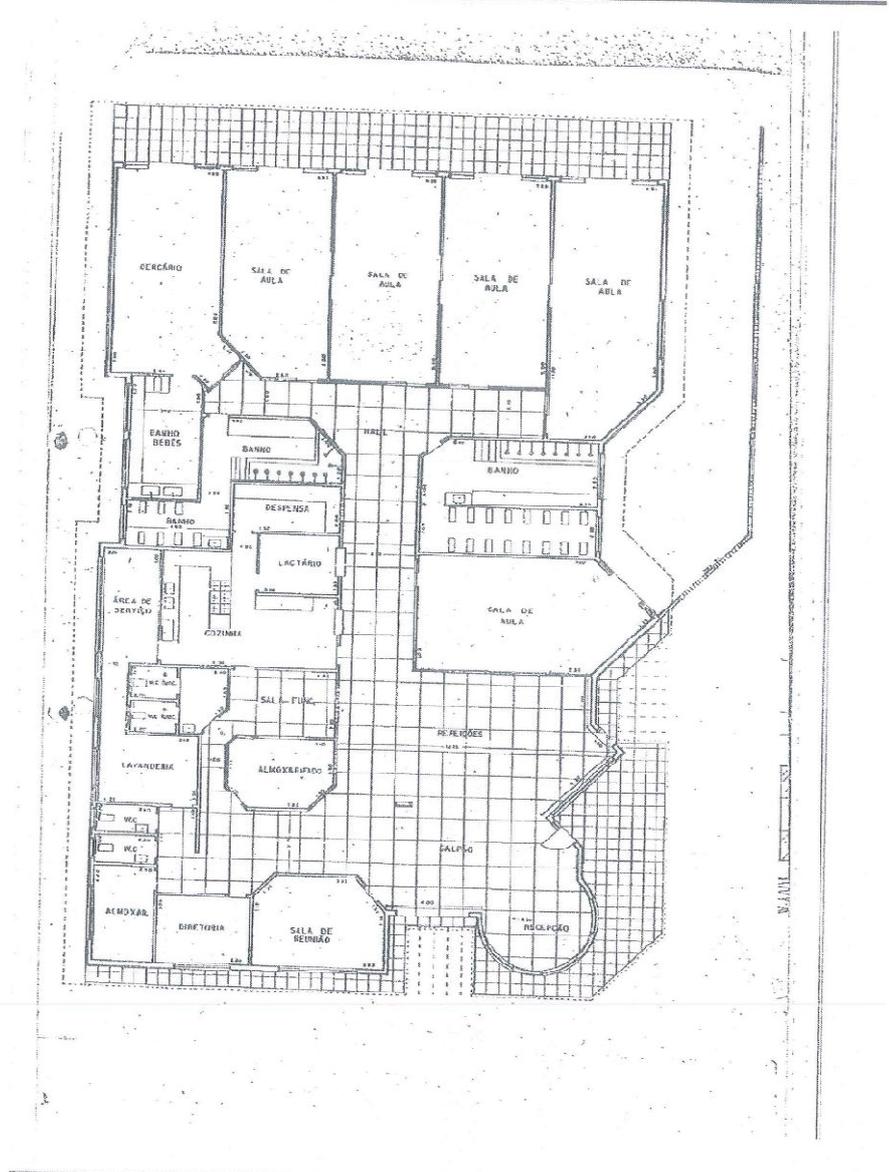
- 1- Proporcionar o desenvolvimento integral da criança.
- 2- Dar à família a opção do modo que lhe pareça mais adequado de educar suas crianças.

b) específicos:

- 1- Otimizar o atendimento da creche, introduzindo a nova concepção de educação da criança de 0 a 06 anos.



		CONSTRUÇÃO														
Cacha & vida																
<table border="1"><tr><td>CARRÉ Nº</td></tr><tr><td>PARC. Nº</td></tr><tr><td>VENCIMENTO</td></tr><tr><td>VALOR</td></tr></table>	CARRÉ Nº	PARC. Nº	VENCIMENTO	VALOR	<table border="1"><tr><td>CARRÉ Nº</td><td>PARC. Nº</td></tr><tr><td colspan="2">VENCIMENTO</td></tr><tr><td colspan="2">TIPO DE CONTRIBUITE</td></tr><tr><td colspan="2">VALOR</td></tr></table>	CARRÉ Nº	PARC. Nº	VENCIMENTO		TIPO DE CONTRIBUITE		VALOR		<table border="1"><tr><td style="text-align: center;"></td></tr><tr><td style="text-align: center;">AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</td></tr></table>		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
CARRÉ Nº																
PARC. Nº																
VENCIMENTO																
VALOR																
CARRÉ Nº	PARC. Nº															
VENCIMENTO																
TIPO DE CONTRIBUITE																
VALOR																
																
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																
PIPS DO BOMERINDUS																
Cacha & vida																
<table border="1"><tr><td>CARRÉ Nº</td></tr><tr><td>PARC. Nº</td></tr><tr><td>VENCIMENTO</td></tr><tr><td>VALOR</td></tr></table>	CARRÉ Nº	PARC. Nº	VENCIMENTO	VALOR	<table border="1"><tr><td>CARRÉ Nº</td><td>PARC. Nº</td></tr><tr><td colspan="2">VENCIMENTO</td></tr><tr><td colspan="2">TIPO DE CONTRIBUITE</td></tr><tr><td colspan="2">VALOR</td></tr></table>	CARRÉ Nº	PARC. Nº	VENCIMENTO		TIPO DE CONTRIBUITE		VALOR		<table border="1"><tr><td style="text-align: center;"></td></tr><tr><td style="text-align: center;">AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</td></tr></table>		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
CARRÉ Nº																
PARC. Nº																
VENCIMENTO																
VALOR																
CARRÉ Nº	PARC. Nº															
VENCIMENTO																
TIPO DE CONTRIBUITE																
VALOR																
																
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA																
PIPS DO BOMERINDUS																



ANEXO 7 - DIVULGAÇÃO DO 1º ENCONTRO REPENSAR A CRECHE

ANEXO 7 Divulgação do 1º Encontro "Repensar a Creche"

'Creche & Vida' quer derrubar tabus

"Precisamos mudar a maneira de encarar as creches e acabar com os preconceitos que ainda existem em relação a elas". Esta é uma das principais tarefas que a esposa do prefeito Antônio Carlos Pannunzio, Marinês Moron Pannunzio, e a equipe de elaboração do projeto "Creche & Vida", pretendem cumprir em curto prazo. Marinês e as esposas dos secretários municipais lançaram oficialmente o projeto, na última quinta-feira, no auditório "Rino Pieralini", Senac. Com visitas da equipe a empresários sorocabanos, a partir desta semana, o "Creche & Vida" começará a buscar a formação de convênios das iniciativas pública e privada para a construção de creches.

Marinês disse que as creches, para atendimento a crianças entre três meses e seis anos de idade, serão administradas para seguirem uma visão pedagógico-educacional diferente. Ela falou que há uma visão de creches como extensão da família e garantiu que o "Creche & Vida" entende a creche de outra maneira. "As nossas creches vão dar atendimento integral; a criança vai interagir e adquirir conhecimentos no meio de outras crianças", explicou. As crianças beneficiadas pelas creches desse projeto, informou, vão ganhar no seu desenvolvimento físico, mental e emocional.

Pessoal especializado

Marinês esteve, durante a semana, com as diretoras das

pré-escolas municipais e apresentou a elas o projeto, que envolve pessoal especializado para trabalhar nas creches. Ela disse que a Prefeitura admitirá esse pessoal, oriundo dos cursos de Magisterio — nível secundário — e Pedagogia — superior. No mês que vem já haverá um curso, provavelmente entre os dias 4 e 15, seguido de provas seletivas.

As empresas que se conveniarem à Prefeitura no "Creche & Vida" poderão destacar as próprias funcionárias para trabalhar nas creches. Nesse caso, a Prefeitura dará a elas o treinamento necessário. Como, de acordo com Marinês, nem o Estado e nem o Município, têm recursos para atender a Constituição, construindo mais creches, o projeto reúne o poder público e os empresários locais para que es-

sas construções já possam começar.

O convênio

A Prefeitura, que tem alguns terrenos, e as empresas comerciais e industriais, associam-se para implantar creches novas, dentro da orientação técnica pedagógica adotada pelo projeto "Creche & Vida", disse, Marinês adiantou que para cada grupo de empresas participantes ao projeto, pode ser feito um contrato diferente com a Prefeitura.

Do primeiro grupo de vinte empresários, serão escolhidos cinco para comporem o Conselho Fiscal; o Conselho de Creches já é formado pelas esposas de secretários municipais e o Grupo de Pesquisa e Apoio do "Creche & Vida" é composto pela educadora Marta Thereza Melletti, Regina Alcolea e Marinês Pannunzio. A Secretaria de Educação e Cultura dá a orientação técnica pedagógica e a Secretaria de Promoção Social e Habitação fornece subsídios ao projeto.

O Conselho Fiscal gerencia os recursos do programa e os empresários podem participar dos grupos "Creche & Vida — Construção", que fará as creches, ou "Creche & Vida — Vaga", que apenas garantirá vagas às crianças nas creches, sem construí-las. Marinês disse que este tipo de benefício social atingirá as famílias trabalhadoras e interessará aos empresários porque "entre outras vantagens, todo investimento será totalmente dedutível do Imposto de Renda".



Marinês coordena o "Creche & Vida"

CRUZEIRO DO SUL — PÁG. 8

DOMINGO, 26/11/89

Cidade

Creches serão discutidas no Senac, dia 24

No próximo dia 24, a Prefeitura realizará o 1º Encontro "Repensar a Creche", das 9h às 12h e das 14h às 18h, no Auditório "Rino Pieralini", do Senac local (avenida Coronel Nogueira Padilha, 2.392, Vila Hortência). O evento será aberto a todas as pessoas envolvidas com crianças, profissionais ou não em Educação, que terão exposições, debates sobre a nova visão educacional da creche e novas formas de implantá-la, e relatos do exemplo paranaense do "Vale-Creche". As inscrições poderão ser feitas pelo telefone da Prefeitura (32.8577), ramais 256 e 385, até o próximo dia 18. **Pág. 6**

JOSE ROBERTO PINTO

Creche em Deus

FA

FUNDADORES DO SENAC

CRUZEIRO DO SUL



CLAUDIO OLIVEIRA

ANO 87 - nº 24.867 - Sorocaba, sexta-feira, 11 de maio de 1990.

Dias úteis C\$ 15,00 Domingos C\$ 30,00

ANEXO 8 - DIVULGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO 1º ENCONTRO REPENSAR A CRECHE

ANEXO 8 Divulgação da participação dos profissionais da educação no 1º Encontro "Repensar a Creche"

À VENDA

**Nos principais
supermercados e
mercearias da região**

VENDAS NO ATACADO:
FONE: (0152) 31-3602
SOROCABA-S.P.

Encontro irá discutir creches

Acontece na quinta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 18 horas, o primeiro encontro "Repensar a Creche", promovido pela Prefeitura de Sorocaba, através da Secretaria de Educação e Cultura.

Durante o encontro serão debatidos uma nova visão educacional nas creches, bem como novas formas de implantação de creches, como o Vale-Creche existente em Curitiba.

O evento será realizado no auditório Rino Pieraini, no Senac, localizado na rua Cel. Nogueira Padilha, 2.392. Os interessados têm até o próximo dia 22 para as inscrições que estão sendo feitas na Divisão de Educação da Prefeitura.

De acordo com a coordenadora do projeto Creche e Vida e uma das promotoras do encontro, Maria Inês Moron Pannunzio, o evento visa proporcionar aos participantes o aprofundamento em novas práticas e teorias relacionadas com o tema creche. "Hoje ela não é uma necessidade somente para a mulher que

trabalha fora e não tem onde deixar seu filho, mas sim um espaço que representa um direito da criança de se socializar", disse Maria Inês.

Para a Secretária de Educação e Cultura, Célia Nardi, é importante o contato entre profissionais ou pessoas que trabalham com crianças, para que possam trocar experiências e ao mesmo tempo participarem de uma reciclagem dos conceitos sobre a creche na atualidade.

Estando participando do encontro, os profissionais ligados às Pré-Escolas Municipais de Sorocaba, Creches Municipais e também foram convidadas as escolas particulares que atendem a faixa até seis anos de idade.

Mais de 90 pessoas já confirmaram sua presença para o 1º Encontro "Repensando a Creche". Além dos convidados de Sorocaba, também estarão representantes das Prefeituras Municipais de Presidente Prudente, Lorena, Itararé, Guarulhos e Apiaí.

ABRILHO PADRÃO



**BRICA DE LADRILHOS.
QUALQUER QUANTIDADE.
PRONTA ENTREGA**

STª TEREZINHA
E
CALÇADÃO

Pedidos pelo fone:
32-4057.

Diário de Sorocaba 19/05/1990

Onze municípios participam do Encontro sobre creches

Representantes de mais seis municípios do Estado confirmaram na sexta-feira presença no 1º Encontro "Repensando a Creche", que vai acontecer na quinta-feira no auditório do Senac, à avenida Cel. Nogueira Padilha, 2.392, das 9 às 12 horas e das 14 às 18 horas. Ao todo onze cidades fizeram a confirmação no decorrer da semana.

Estão confirmadas as presenças de representantes de Rio Claro, Presidente Prudente, Lorena, Marília, Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Itararé, Mairinque, Apiaí, Riversul, Taubaté, Itu e Campinas. A Secretaria de Educação e Cultura vai aceitar inscrições dos interessados em participar do 1º Encontro "Repensando a Creche" até terça-feira, na Divisão de Educação na Prefeitura Municipal ou pelo telefone 328577 (ramais 385 e 256) com Márcia. Os participantes receberão certificados de conclusão após o encontro.

Diário de Sorocaba 20/05/1990

ANEXO 9 - DIVULGAÇÃO DO PROJETO CRECHE E VIDA

ANEXO 9 Divulgação do Projeto: Creche e Vida

CRUZEIRO DO SUL - PAG. 6

Cidade

SEXTA-FEIRA, 11/05/93

Prefeitura promove encontro 'Repensar a Creche'

No próximo dia 24, quinta-feira, a Prefeitura promoverá o 1º Encontro "Repensar a Creche", das 9h ao meio-dia e das 14h às 18h, no Auditório "Rino Pieralini", do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) local, à avenida Coronel Nogueira Padilha 2.392. O evento será aberto a pessoas envolvidas em Educação, profissionais ou não da área que terão acesso a exposições, debates sobre a nova visão educacional da creche e novas formas de implantá-las, abordando o exemplo paranaense do "Vale-Creche". As inscrições poderão ser feitas pelo telefone da Prefeitura (32.8577), ramais 256 e 385, com Márcia, até o próximo dia 18.

A mulher do prefeito Antônio Carlos Pannunzio, coordenadora do Projeto "Creche & Vida" de Sorocaba, Maria Inês Morón Pannunzio, entende que o encontro sobre creche visa dar mais conhecimento aos participantes e aprofundar em novas práticas e teorias sobre o tema. Ela defende a visão da creche como espaço para socialização da criança, em vez da teoria moramente assistencialista de creche- "necessidade para a mulher trabalhadora".

A coordenadora do encontro, secretária da Educação e Cultura, Célia Nardi, destaca a impor-



Maria Inês pretende com o encontro um intercâmbio de experiências

tância do contato entre profissionais e não-profissionais que trabalham com crianças. Ela disse que o encontro será um intercâmbio de experiências e reciclagem de conceitos para os participantes. "Por isto, convidamos mais de trezentos interessados entre os educadores das Prefeituras da região, além dos educadores da PEM-So e das creches municipais

e das escolas particulares sorocabanas", esclareceu.

Todos os participantes do encontro receberão certificados de conclusão pela participação no evento. Entre os temas, o 1º Encontro "Repensar a Creche" debaterá A Creche em Nossa Cidade, A Experiência de Curitiba (PR) e O Projeto "Creche & Vida".

ANEXO 10 - CRECHE DA VIZINHANÇA

ANEXO 10 Creche da Vizinhança

CIDADES

CRECHE DA VIZINHANÇA

Mães lutam contra transferência

Uma comitiva de mães beneficiadas pelo programa Creche da Vizinhança foi ontem até a Câmara Municipal pedir o apoio de vereadores contra a transferência de seus filhos para bairros mais distantes.

Munidas de cartazes de protesto contra a iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, elas foram recebidas por um grupo de vereadores. A chefe da Divisão de Educação, Ursula Jacinto Medeiros, compareceu ao local para tentar convencê-las de que essas mudanças estão acontecendo sem a intenção de prejudicá-las.

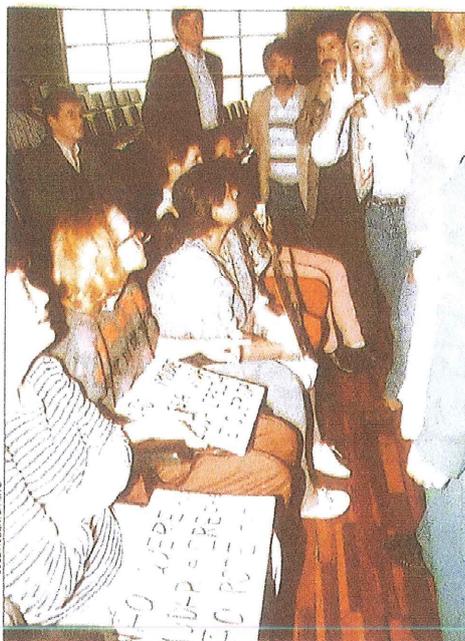
As mães alegam que após a transferência, e como trabalham no centro da cidade, estão enfrentando dificuldades para buscar seus filhos até às 17 horas, em outras regiões.

Elas afirmam que o fechamento da creche da avenida Afonso Vergeiro e do Trujillo e a futura desativação da creche do bairro do Vergueiro, na rua Cônego Januário Barbosa, as estão deixando sem opções.

Helôisa Fernandes de Andrade, 33, disse que antes seu filho de cinco anos ficava na Creche do Trujillo, mas acabou sendo remanejado para a creche no bairro do Mineirão onde ela reside.

Infra-estrutura

Segundo afirmou, seu problema é trabalhar no centro da cidade e não conseguir sempre sair horas antes para chegar até a creche no horário-limite. "Acabo colocando em risco o meu trabalho e não posso perder o emprego. Por isso



Mães pedem nos vereadores a continuidade da creche dos filhos

não posso aceitar a forma como essas mudanças foram feitas", comentou.

Dizem as mães que, se chegam muito atrasadas à creche, recebem

advertências por escrito, ficando sujeitas até mesmo a perder a vaga dos filhos. Outra observação foi quanto à transferência de crianças da Creche da Comendador Oeteer

para outros bairros e a preocupação de que ela seria fechada mesmo assim.

A chefe da Divisão de Educação explicou que se algumas creches foram fechadas, foi porque elas não tinham espaço suficiente nem possuíam instalações para funcionar adequadamente.

"As transferências são feitas nos bairros próximos onde as mães residem e não com o objetivo de prejudicá-las. Procuramos seguir o sentido pedagógico de acompanhamento e não com uma visão assistencialista, como aconteceu antes da Constituição de 1988 e que as creches eram vinculadas à área de Promoção Social. Em relação ao limite das 17h, desde que atraso tenha uma justificativa real, podemos chegar a um entendimento. O que não podemos aceitar é que muitas abrem a disciplina, simplesmente desrespeitando as normas como acontece às vezes", justificou.

Medeiros garantiu que a creche da rua Comendador Oeteer "não será fechada enquanto houver crianças dependendo de seu atendimento e não houver vagas em outras creches".

Após o retorno da sessão na Câmara Municipal o assunto voltou ser debatido pelos vereadores.

O líder do PSDB, José Francisco Martínez, considerou que "esse assunto está sendo debatido de forma clara e transparente sem esconder de ninguém as intenções da administração. Por isso ainda agendaremos uma nova reunião com as mães para discutir a melhor forma de se chegar a um consenso", finalizou.

ANEXO 11 - PROJETO DE TRABALHO DESENVOLVIDO EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE NO PERÍODO DE 1993 A 1996

CEI INTEGRAL

PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA AGENTE DE RECREAÇÃO INFANTIL

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a recente criação da função de Agente de Recreação Infantil para atuação junto às CEIs de período integral e, considerando que:

- este profissional tem por atribuição a responsabilidade de executar sob supervisão, os serviços relativos ao atendimento das necessidades diárias da criança, no tocante a sua saúde, higiene, segurança e educação;
- também lhe é atribuída a tarefa de planejar, organizar e executar atividades lúdicas, recreativas, educativas e artísticas para crianças em idade Pré-escolar;
- ainda na súmula de atribuições de funções, lhe é cobrada a responsabilidade de manter-se atualizado sobre as questões biopsicossociais da criança, estabelecendo um relacionamento afetivo com a mesma e de colaboração com a família, além de ter que participar de reuniões, treinamentos e cursos de aperfeiçoamento para os quais foram convocados;
- como pré-requisito fôra exigido apenas 2º Grau completo;
- o exame seletivo baseou-se apenas em avaliação teórica;
- trata-se de uma nova função no quadro funcional da Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
- existe uma exigência natural de adaptação às normas pedagógicas, estruturais, filosóficas e administrativas para com o trabalho a ser desenvolvido;
- este profissional necessita de informação básica específica para atuação satisfatória;

Percebemos que surge a necessidade imediata de um trabalho de preparação e acompanhamento deste profissional, através de treinamento para capacitação, com reciclagens e avaliações periódicas por um corpo técnico especializado.

fl.01

Acervo pessoal da entrevistada V.L.A.S.

OBJETIVO GERAL: Oferecer noções básicas de informação e ação que subsidiem a atuação deste novo profissional, além de estabelecer um plano de acompanhamento da evolução do trabalho como um todo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- orientar para o desenvolvimento de uma rotina pedagógica subsidiada por ações e reflexões derivadas da Recreação e Lazer, respeitando as diretrizes filosóficas da Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
- contribuir com a formação de uma nova dinâmica funcional das CEIs-integral;
- criar mecanismos que possibilitem estabelecer um programa de avaliação permanente da evolução dos profissionais, do trabalho e da criança;
- facilitar a escolha e a organização de programas que se dediquem à orientação de atividades recreativas, respeitando as características biológicas da criança, enfocando os estágios do desenvolvimento sócio-afetivo, cognitivo e psico-motor.

ANÁLISE:

- identificação filosófica, pedagógica, estrutural, administrativa e funcional das CEIs, para levantamento das ansiedades, necessidades e possibilidades para com o profissional "Agente de Recreação Infantil";
- estabelecimento de um perfil técnico de função do Agente de Recreação e Lazer, para atuação junto às CEIs;
- de acordo com a súmula de atribuição de funções do Agente e a identificação do mesmo com as CEIs, criar uma rotina de trabalho adequada à mecânica de funcionamento.

EXEMPLO.: PERÍODO DA MANHÃ

1º momento: Auxílio no café da manhã buscando compartilhar do momento com as crianças e demais profissionais de outras áreas de atuação,

f1.02

2^o momento: Observação e análise das crianças com preenchimento de ficha técnica individualizada por criança (obs.: na ficha técnica poderá constar planilha específica elaborada por Psicólogo, Pedagogo, Professor de Educação Física, etc, onde o preenchimento possa facilmente ser feito pela simples observação com portamental);

3^o momento: Período de planejamento das tarefas ou atividades a serem executadas à tarde;

4^o momento: Período de preparação dos materiais, equipamentos e espaço físico;

5^o momento: Apresentação de relato diário à Direção, referentes as tarefas do dia anterior.

PERÍODO DA TARDE

1^o momento: De acordo com o planejado, trabalhar com as tarefas ou atividades Recreativas e de Lazer, dirigidas ou não, onde, procurar-se-á oportunizar situações que propiciem o desenvolvimento global da criança, atentando com maior propriedade para com o desenvolvimento físico-motor;

2^o momento: Executar tarefas lúdicas, pequenos jogos, brinquedos e brincadeiras que enfatize esquema corporal, relacionamento sócio-afetivo e aspectos cognitivos;

3^o momento: Responsabilizar-se pela reorganização dos materiais e sala.

Observação: em todos os momentos, seja no período da manhã, seja no período da tarde, zelar, pelo bem estar da criança, independente de funções.

- Estabelecer uma sistemática de avaliação e reciclagem do profissional, aconselho que seja trimestral, só no 1^o mês, esta avaliação deve ser mensal.

fl.03

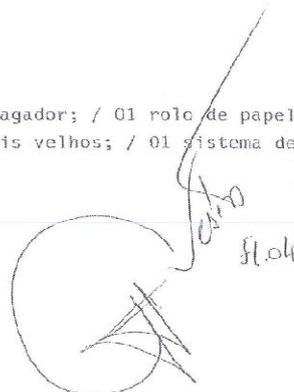
PLANO DE CURSO

- 25/01/96 - Dinâmica de Grupo (Tema: Linguagem e Comunicação)
- Abordagem teórica com conceituações sobre Recreação, Lazer, Jogos, Brinquedo e Lúdico.
- O papel da Recreação no CEI-INTEGRAL.
- 26/01/96 - Dinâmica de Grupo (Tema: Organização)
- Abordagem teórico-prática sobre comportamento sócio-afetivo, cognitivo e motor.
- Conceituações sobre esquemas organizacionais de tarefas.
- Abordagem teórico-prática sobre atividades dirigidas e não dirigidas (livres).
- 29/01/96 - Dinâmica de Grupo (Tema: Iniciativa).
- Aplicação prática da Recreação.
- Dinâmica de discussão e debate (Tema: Recreação no CEI-INTEGRAL).
- Verificação do aprendizado/assimilação.
- Dinâmica de Grupo (Tema: Credibilidade)

RECURSOS:

FISICOS: - 01 sala de aula; / 01 galpão

MATERIAIS: - 01 retro-projetor; / giz; / lousa e apagador; / 01 rolo de papel milimétrico de 1,50m de largura; / 100 jornais velhos; / 01 sistema de som com deck; / 36 arcos; / 36 bastões.

A large handwritten signature is written over the text. To its right, the initials 'fl.04' are written.

OBJETIVOS:

- Promover a capacitação dos Agentes Infantis e dos Agentes de Recreação Infantil.
- Favorecer a troca de experiências entre as Diretoras das unidades de CEI-Integral.
- Conhecer e discutir textos pertinentes ao trabalho desenvolvido nas unidades de CEI-Integral.

METODOLOGIA:

- 1- Encontros mensais com as Diretoras, para:
 - discussão de textos
 - sensibilização através de Dinâmicas de grupo.
 - debates
 - reflexão sobre a prática
 - avaliação do encontro
- 2- Fechamento da unidade, um dia por bimestre, para ser desenvolvido um trabalho efetivo, envolvendo durante todo o dia, todos os funcionários, com exceção dos professores, que só participarão no período da manhã. Esse trabalho constará de:
 - discussão de textos (enviados antecipadamente; para leitura prévia)
 - sensibilização através de Dinâmicas de grupo
 - debates
 - reflexão sobre a prática
 - avaliação do encontro.

RECURSOS HUMANOS:

ELENICE CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA - Equipe Técnica

ROSELI APARECIDA DA SILVA - Supervisora

RAFAELA LUCIA ALVES SILVEIRA - Supervisora

JUSTIFICATIVA:

- 1- Considerando o resultado altamente positivo, alcançado com o trabalho realizado em 1995 com as Diretoras de CEI-Integral e com os Agentes Infantis, concluímos que a continuação desse trabalho é de suma importância para que consigamos efeitos ainda maiores em 1996.
- 2- Os encontros mensais com as Diretoras proporciona uma oportunidade de trocas de experiências e favorece a unidade da linguagem entre os CEIs de período integral.
- 3- Um grande número de Diretores está assumindo um CEI-Integral, pela primeira vez neste ano.
- 4- Através de um trabalho intenso e contínuo com as Diretoras podemos assegurar, com maior certeza, um atendimento de qualidade para todas as nossas crianças.
- 5- A partir deste ano as unidades estão contando com mais um profissional atuando diretamente com as crianças, o que aumentará a responsabilidade das Diretoras e, também da Equipe Técnica e de Supervisão, pois estarão diariamente em contato com alunos: Professores, Agentes Infantis e Agentes de Recreação Infantil. O suporte que a Equipe terá que proporcionar será maior e mais frequente que em 1995.
- 6- Os professores serão capacitados através das Reuniões Pedagógicas e dos cursos oferecidos durante o ano. Já os Agentes Infantis e os Agentes de Recreação Infantil terão necessidade de encontros onde as crianças não estejam presentes. Estamos propondo, neste Projeto, tipos de encontros diferentes dos realizados em 1995, para que as visitas das supervisoras, às unidades não sejam prejudicadas.
- 7- Neste projeto estamos nos atendo às Diretoras e aos Agentes apenas, pois o trabalho relacionado aos Professores será desenvolvido em parceria com o CEI-parcial.

CRONOGRAMA DAS REUNIÕES NAS UNIDADES, QUE FECHARÃO NESSES DIAS:

Local: Nas próprias unidades.

Horário: O mesmo do funcionamento das unidades.

Datas:

Abril	-	Quarta-Feira	dia 10
Junho	-	" "	" 12
Setembro	-	" "	" 11
Novembro	-	" "	" 13

Obs.: Os temas a serem discutidos nestes encontros sairão das sugestões e das necessidades propostas pelas Diretoras nas reuniões mensais.

CRONOGRAMA DE REUNIÕES COM AS DIRETORAS DE CEI-INTEGRAL: ANO DE 1996

Local: Oficina Pedagógica

Horário: 8:00 às 12:00hs

<u>MÊS</u>	<u>DIA</u>	<u>TEMA</u>
Fevereiro	13-08	- Rotina do CEI-Integral e a atuação dos Agentes Infantis, Agente de Recreação Infantil e Professores.
Março	01	- Fases do Desenvolvimento. Fichas de registro: Berçário, Mini-grupo, Maternal, 1ª, 2ª e 3ª Fases.
Abril	11	- Fase oral } conceitos e Fase anal } implicações
Maio	02	- Análise das fichas de Março. - Resumo das categorias de Carl Rogers - Análise das fichas de Abril.
Junho	28/05	- (Como a reunião Pedagógica de Junho será dia 01/06, precisamos fazer a reunião de Junho nos últimos dias de Maio) - Análise das fichas de Maio. - Resumo das categorias de Carl Rogers
Julho	07	- Categoria de Carl Rogers - Análise das fichas de Junho e Julho.
Agosto	12	- Disciplina e Autonomia - Análise das fichas de Agosto
Setembro	03	- Birras e Mordidas - Análise das fichas de setembro
Outubro	07	- Avaliação Geral do ano.

Obs.: Os temas sugeridos poderão sofrer alterações, conforme sugestões das próprias diretoras.

**ANEXO 12 - LEI E SÚMULA DE ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE
EDUCAÇÃO**

PROJETO DE LEI Nº 407/2011 Lei Nº 9.711

AUTÓGRAFO Nº 257/2011 Vetor Nº 01/11

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



SECRETARIA

Autoria: DO SR PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Dispõe sobre alteração da classe de vencimentos e súmula de
atribuições do cargo de auxiliar de educação, cria o prêmio de assi-
duidade aos cargos que menciona, e dá outras providências.



Prefeitura de SOROCABA

Sorocaba, 12 de Agosto de 2011.

Projeto de Lei nº 407/2011
SEJ-DCDAO-PL-EX- 75/2011.

LOS PROJETOS DE DELIBERAÇÃO

Em 12/08/2011

Senhor Presidente:

Temos a honra de enviar à apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da classe de vencimentos e súmula de atribuições do cargo de Auxiliar de Educação e cria prêmio de assiduidade aos cargos que menciona, e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa resgatar a classe salarial dos profissionais ligados à área de educação, ocupantes do cargo de Auxiliar de Educação, que passa através do presente Projeto de Lei de AD 7 para AD 9, juntamente com os cargos de Agente Infantil e Regente Maternal que já integram tal classe.

O cargo de Auxiliar de Educação foi criado em 30/10/2001 na classe AD 4, já tendo sido resgatado para classe AD 7 em 08/04/2008 e agora, para AD 9, de modo a possibilitar uma remuneração mais condizente com sua nova súmula de atribuições e atender à realidade da importância que tal cargo exerce dentro das escolas da rede municipal de ensino.

Tal projeto também estende o prêmio de assiduidade criado pela Lei nº 9.572, de 16 de maio de 2011, aos cargos de Auxiliar de Educação, Agente Infantil e Regente Maternal de modo a incentivar a permanência dos profissionais no trabalho, gerando grande benefício aos alunos, evitando-se substituições e valorizando os profissionais mais assíduos e comprometidos com a causa pública.

Outra matéria tratada pelo presente Projeto é a necessidade de adequação do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, para a exclusão da exigência de curso de informática antes previsto na Lei nº 9.587, de 24 de maio de 2011, porém, desnecessário ao exercício do mesmo, o que poderia prejudicar os futuros candidatos a tal emprego público, cujo concurso está em vias de ser aberto.

Tendo aqui justificado plenamente a necessidade da transformação deste Projeto em Lei, em regime de urgência, por Vossa Excelência e Nobres Pares, uma vez que atenderá às necessidades da Administração Pública Municipal, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VITOR LIPPI
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
MÁRIO MARTE MARINHO JÚNIOR
DD. Presidente da Câmara Municipal de
SOROCABA
PL Aux. Educação

FOTOCOPIA ORIGINAL

12-480-2011-16-05-1002009-2/3

02/08/2011 14:05:10



PREFEITURA DE SOROCABA

Lei nº 9.711, de 31/8/2011 – fls. 3.

ANEXO I

- Cuidar de bebês e crianças, a partir dos objetivos estabelecidos para as diversas faixas etárias conforme disposto no projeto político pedagógico da escola e nas diretrizes da Secretaria da Educação, zelando pelo bem estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, cultura recreação e lazer.
- Desenvolver atividades que estimulem as crianças a adquirirem hábitos de higiene e saúde.
- Executar, orientar, acompanhar e complementar a higiene das crianças após a defecação e micção, durante o banho, escovação de dentes, troca de vestuários e outras atividades da rotina diária.
- Colaborar na organização e desenvolver atividades lúdicas e culturais de forma integrada.
- Respeitar a criança, zelando e acompanhando-a durante o sono/repouso.
- Oferecer, acompanhar e cuidar da alimentação da criança, de acordo com as orientações recebidas dos setores competentes.
- Zelar pelo uso adequado do espaço, dos materiais e brinquedos, organizando o ambiente e os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades.
- Elaborar relatório das atividades desenvolvidas submetendo-o à apreciação superior.
- Monitorar a frequência das crianças, registrar as ocorrências do dia e levar ao conhecimento do professor e/ou da equipe gestora qualquer incidente ou dificuldade apresentada.
- Levar ao conhecimento do professor e/ou da equipe gestora à necessidade de realizar qualquer tipo de comunicação verbal ou escrita, aos pais.
- Respeitar a criança não a submetendo a nenhum tipo de constrangimento ou humilhação, seja por violência verbal ou física.
- Facilitar o desenvolvimento integral da criança nos seus diversos aspectos e dimensões, através das ações de cuidados e brincadeiras, estabelecendo uma relação segura, estável e afetiva que contribua para sua formação social, emocional e física.
- Participar de reuniões, capacitações e cursos, quando convocados.
- Auxiliar a direção e professores na recepção dos alunos e dos pais, nos trabalhos de rotina escolar e nas atividades que envolvam a comunidade.
- Auxiliar no atendimento e na organização dos alunos, nas áreas de circulação interna ou externa da escola, e no deslocamento para outros espaços.
- Auxiliar no atendimento aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, de acordo com determinações dos profissionais especializados da Secretaria da Educação.
- Cumprir a jornada de trabalho, atuando nas unidades escolares de educação básica ou nos programas/projetos da Secretaria da Educação, nas atividades, horários e turmas determinados pelo chefe imediato.



PREFEITURA DE SOROCABA

Lei nº 9.711, de 31/8/2011 – fls. 4.

Sorocaba, 12 de Agosto de 2011.

SEI-DCDAO-PL-EX-75 /2011.

Senhor Presidente:

Temos a honra de enviar à apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da classe de vencimentos e súmula de atribuições do cargo de Auxiliar de Educação e cria prêmio de assiduidade aos cargos que menciona, e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa resgatar a classe salarial dos profissionais ligados à área de educação, ocupantes do cargo de Auxiliar de Educação, que passa através do presente Projeto de Lei de AD 7 para AD 9, juntamente com os cargos de Agente Infantil e Regente Maternal que já integram tal classe.

O cargo de Auxiliar de Educação foi criado em 30/10/2001 na classe AD 4, já tendo sido resgatado para classe AD 7 em 08/04/2008 e agora, para AD 9, de modo a possibilitar uma remuneração mais condizente com sua nova súmula de atribuições e atender à realidade da importância que tal cargo exerce dentro das escolas da rede municipal de ensino.

Tal projeto também estende o prêmio de assiduidade criado pela Lei nº 9.572, de 16 de maio de 2011, aos cargos de Auxiliar de Educação, Agente Infantil e Regente Maternal de modo a incentivar a permanência dos profissionais no trabalho, gerando grande benefício aos alunos, evitando-se substituições e valorizando os profissionais mais assíduos e comprometidos com a causa pública.

Outra matéria tratada pelo presente Projeto é a necessidade de adequação do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, para a exclusão da exigência de curso de informática antes previsto na Lei nº 9.587, de 24 de maio de 2011, porém, desnecessário ao exercício do mesmo, o que poderia prejudicar os futuros candidatos a tal emprego público, cujo concurso está em vias de ser aberto.

Tendo aqui justificado plenamente a necessidade da transformação deste Projeto em Lei, em regime de urgência, por Vossa Excelência e Nobres Pares, uma vez que atenderá às necessidades da Administração Pública Municipal, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.


VITOR LIPEL
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
MÁRIO MARTE MARINHO JÚNIOR
DD. Presidente da Câmara Municipal de
SOROCABA
PL Aux. Educação

PROJECÃO GENL 12-16-00-2011-16-03-102409-3/3

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

(Processo nº 26.462/2014) **DECRETO Nº 21.438, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.**

(Dispõe sobre as diretrizes dos critérios das inscrições no Cadastro Municipal Unificado, da classificação, da reclassificação, da documentação para matrícula e da transferência nas Instituições Educacionais Municipais e nas Instituições conveniadas com o Município que atendem a etapa da Educação Infantil – Creche e dá outras providências).

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1º Os critérios das inscrições, da classificação, da reclassificação, da documentação para matrícula e da transferência no Cadastro Municipal Unificado, nas Instituições Educacionais da rede municipal de ensino e nas Instituições conveniadas com o Município, que atendem a etapa da Educação Infantil – Creche, serão efetuados respeitando as diretrizes e os procedimentos deste Decreto.

I - Do Cadastro Municipal Unificado

Art. 2º O Cadastro Municipal Unificado tem por objetivo planejar e organizar a oferta de vagas nas Instituições Educacionais Municipais e nas Instituições conveniadas com o Município que atendem a etapa Educação Infantil – Creche, tornando público e acessível aos munícipes a classificação dos cadastrados.

Art. 3º O Cadastro Municipal Unificado será organizado em duas fases:

- I – Fase Inicial: Constituir-se-á no cadastro realizado nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil – Creche para fins de inscrição;
- II – Fase Municipal: Constituir-se-á na utilização da lista de classificação de acordo com os critérios previstos neste Decreto, pelo Sistema Informatizado da Secretaria da Educação, após o término da fase inicial (inscrição), para atendimento à demanda. Nesta fase, as vagas serão disponibilizadas pela Secretaria da Educação em âmbito municipal, em observância à classificação referente aos artigos 7º e 8º deste Decreto e às opções de Instituições de Educação Infantil indicadas pelos responsáveis no ato de inscrição.

II - Dos critérios para inscrições

Art. 4º A inscrição no Cadastro Municipal Unificado deverá ser feita em uma única Instituição Educacional Municipal que atende a etapa Educação Infantil – Creche pelos pais e/ou responsáveis legais, no período indicado em Edital publicado pela Secretaria da Educação, no Jornal do Município de Sorocaba, devendo ser observado que:

- I – a inscrição no Cadastro Municipal Unificado poderá ser realizada em qualquer Instituição Educacional Municipal que atende a etapa Educação Infantil - Creche;
- II - as vagas serão oferecidas pela Secretaria da Educação, conforme classificação, e a sua disponibilidade não está vinculada ao local utilizado para fins de inscrição no Cadastro Municipal Unificado.

Art. 5º No momento da inscrição no Cadastro Municipal Unificado, os pais e/ ou responsáveis legais deverão apresentar os seguintes documentos originais:

- I - Certidão de nascimento da criança cadastrada e dos demais filhos de 0 a 18 anos de idade incompletos;
- II – CPF e RG ou documento oficial com foto, dos pais e/ou dos responsáveis legais da criança;
- III - Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;
- IV - Comprovante residencial atualizado em nome dos pais e/ou responsáveis legais. Na falta deste tipo de comprovante, declaração de residência com firma reconhecida em cartório do proprietário ou locatário do

imóvel;

V – Laudo médico para a comprovação do critério previsto no Inciso I do Artigo 7º sendo o caso;

VI – Laudo médico para a comprovação do critério previsto no Inciso II do Artigo 7º sendo o caso;

VII - Documento que comprove participação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social de acordo com o Inciso III do Artigo 7º, sendo o caso;

VIII - Declaração de matrícula do responsável legal, de até dezoito anos de idade, constando o período em que estuda, para a comprovação do critério previsto no Inciso IV do Artigo 7º sendo o caso;

IX – Recibo de Pagamento de salário atualizado, comprovando que é servidor estatutário do Poder Executivo Municipal de Sorocaba para comprovação do critério previsto no Artigo 20 sendo o caso;

Art. 6º Efetuado o cadastro, as Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil – Creche fornecerá aos pais e/ou responsáveis legais o comprovante correspondente à inscrição efetuada.

III - Da classificação

Art. 7º As vagas nas Instituições Educacionais que atendem a Etapa Educação Infantil – Creche serão oferecidas atendendo as crianças de maior idade, respeitando a organização de turmas, faixa etária e período de inscrição, priorizando a seguinte ordem:

I – Crianças deficientes conforme a Lei Municipal nº 5.413 de 2 de Julho de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 5.499 de 11 de Novembro de 1997 e Lei Municipal nº 10.436 de 18 de Abril de 2013;

II – Responsável legal ou irmão/irmã deficiente conforme a Lei Municipal nº 7.506 de 26 de Setembro de 2005 alterada pela Lei nº 10.923 de 30 de Julho de 2014;

III – Crianças em situação de extrema vulnerabilidade social, conforme Lei Municipal nº 10.496 de 10 de Julho de 2013;

IV – Responsável legal adolescente regularmente matriculado em escola pública no período diurno;

Art. 8º - Após o atendimento do disposto no Artigo anterior, as vagas remanescentes serão oferecidas para as crianças de maior idade.

Art. 9º A classificação dos cadastrados para as Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil - Creche se dará em conformidade com os artigos 7º e 8º deste Decreto e com o cronograma previsto em Edital publicado no Jornal do Município de Sorocaba.

Parágrafo único. Os critérios de desempate seguirão a ordem:

I – responsáveis legais com maior número de filhos de 0 a 6 anos de idade, devidamente comprovado, por meio de certidão de nascimento;

II - responsáveis legais com maior número de filhos de 7 a 18 anos de idade incompletos, devidamente comprovados, por meio de certidão de nascimento;

Art. 10. A classificação dos cadastrados será disponibilizada no site <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br>, na data e horário apontados no Edital, publicado no Jornal do Município de Sorocaba.

Parágrafo único. As listas de classificação terão validade durante o ano letivo.

IV - Da Reclassificação

Art. 11. Em períodos estabelecidos no Edital, publicado no Jornal do Município de Sorocaba, os pais e/ou responsáveis legais deverão atualizar os dados em qualquer Instituição Educacional que atende a etapa



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Educação Infantil - Creche, (informando mudança de endereço e/ou de telefone), ou em casos que apresentem mudança nas opções das instituições de Educação Infantil indicadas pelos responsáveis no ato de inscrição e/ou nas condições que determinaram a classificação de seus filhos, de acordo com os critérios do Artigo 7º deste Decreto.

Parágrafo único. Havendo reclassificação, os dados serão atualizados pela Secretaria da Educação, por meio do Sistema Informatizado.

V - Do preenchimento das vagas

Art. 12. As vagas nas Instituições Educacionais que atendem a Etapa Educação Infantil – Creche serão atribuídas atendendo o disposto nos artigos 7º e 8º deste Decreto na seguinte conformidade:

I – Primeira Fase: Distribuição das vagas de acordo com as opções indicadas pelos pais e/ou responsáveis no ato de inscrição;

II – Segunda Fase: Esgotada a Primeira Fase, havendo ainda interessados inscritos e também vagas remanescentes em outras unidades não indicadas na Primeira Fase, estas serão disponibilizadas para opção do pai/responsável conforme a ordem de classificação.

VI - Da matrícula

Art. 13. No ato da matrícula, os pais e/ou responsáveis legais deverão preencher formulário específico, constando dados e informações pessoais, entregar na Instituição Educacional uma foto 3X4 da criança e cópias, acompanhadas dos respectivos originais, dos seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento da criança;

II - Comprovante residencial atualizado em nome dos pais e/ou responsáveis legais. Na falta deste tipo de comprovante, declaração de residência com firma reconhecida em cartório do proprietário ou locatário do imóvel.

III - Carteira de Vacinação atualizada;

IV - Cartão do SUS da criança;

V - CPF e RG ou documento oficial com foto dos pais e/ou responsáveis legais;

VI - Comprovante judicial de guarda, sendo o caso.

VII - Laudo médico, para a comprovação do critério previsto no Inciso I do Artigo 7º, sendo o caso;

VIII - Laudo médico, para a comprovação do critério previsto no Inciso II Artigo 7º, sendo o caso;

IX - Documento que comprove participação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social de acordo com o Inciso III do Artigo 7º, sendo o caso;

X - Declaração de matrícula do responsável legal, de até dezoito anos de idade incompletos, constando o período em que estuda, para a comprovação do critério previsto no Inciso IV do Artigo 7º, sendo o caso;

XI - Recibo de pagamento de salário atualizado, comprovando que é servidor estatutário do Poder Executivo Municipal de Sorocaba, conforme o Art. 20, sendo o caso.

Art. 14. O não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais para a efetivação da matrícula na Instituição Educacional, no prazo de 2 (dois) dias úteis, ensejará na desclassificação do candidato e no chamamento dos pais e/ou responsáveis legais do próximo candidato classificado.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL****VII - Da Transferência**

Art. 15. Havendo interesse os pais e/ou responsáveis legais poderão solicitar transferência de crianças regularmente matriculadas nas Instituições Educacionais da rede municipal de ensino e nas Instituições conveniadas com o Município que atendem a etapa da Educação Infantil – Creche, conforme previsto em Edital publicado no Jornal do Município.

VIII - Das disposições finais

Art. 16. As vagas serão oferecidas para as crianças, cujos pais e/ou responsáveis legais comprovem residir no Município de Sorocaba.

Art. 17. As crianças não contempladas com vagas permanecerão nas listas de classificação do Cadastro Municipal Unificado.

Art. 18 - A criança, cujos pais e/ou responsáveis legais não efetuar a matrícula, sairá da lista de classificação do Cadastro Municipal Unificado.

Art. 19. O preenchimento das vagas nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil - Creche respeitará a relação de quantidade crianças/ adulto, a faixa etária e o espaço físico de cada Instituição Educacional.

Art. 20. O Centro de Educação Infantil nº 63 "Reynaldo D' Alessandro" atenderá, preferencialmente, os filhos dos servidores estatutários do Poder Executivo Municipal de Sorocaba, conforme Lei Orgânica.

Art. 21. Nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil – Creche, somente serão efetuadas matrículas de crianças a partir de seis meses de idade, salvo quando a licença – maternidade for de 120 dias comprovada por meio de recibo do INSS ou declaração médica.

Art. 22. Terão direito ao acesso à mesma Instituição Educacional irmãos gêmeos que forem contemplados para fins de matrícula.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário da Educação de Sorocaba.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e a seguinte legislação: Decreto nº 20.855 de 21 de Novembro de 2013.

Palácio dos Tropeiros, em 15 de Outubro de 2014, 360º da Fundação de Sorocaba.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Prefeito Municipal

JOÃO LEANDRO DA COSTA FILHO
Secretário de Governo e Segurança Comunitária

MAURÍCIO JORGE DE FREITAS
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicado na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

VIVIANE DA MOTTA BERTO
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

**ANEXO 13 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DOS CRITÉRIOS DAS
INSCRIÇÕES NO CADASTRO MUNICIPAL UNIFICADO**



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Mariange Aparecida da Silva Brito,
 RG. 19.929.988-2 CPF 128.551.558-78, declaro
 que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
 pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
 utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
 confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
 Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
 que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
 desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015



 Maria Solange Aparecida da Silva Brito



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu VERA LUCIA ALVES SILVEIRA,
RG. 3.369.746 CPF 162.619.113-91, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015

Vera Lúcia Alves Silveira



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Ursula Jacinto Medeiros,
RG. 16.383.418 CPF 062.790.838-10, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015

Ursula J. Medeiros
Ursula Jacinto Medeiros



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Ivone Gomes Castilho,
RG. 3.027.888 CPF 749.497.218-87, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015

Ivone Gomes Castilho



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Regina Márcia Antunes Varca
RG. 3.433.688.5 CPF 041.44.3088-39, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015

Regina Márcia Antunes Varca



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Regina Maria Aparecida Maiello Alcoléa
RG. 12.901551 CPF 044.145.268-75, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015

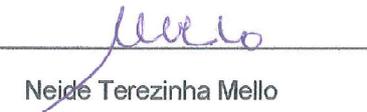
Regina Maria Aparecida Maiello Alcoléa



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu Neide Terezinha Mello,
RG. 5.308.854-8 CPF 130.481.358-47, declaro
que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada
pela pesquisadora Ilza Fernandes Faria, dos procedimentos que serão
utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.
Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem
que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia
desse termo de Consentimento.

Sorocaba, 08 de dezembro de 2015



Neide Terezinha Mello